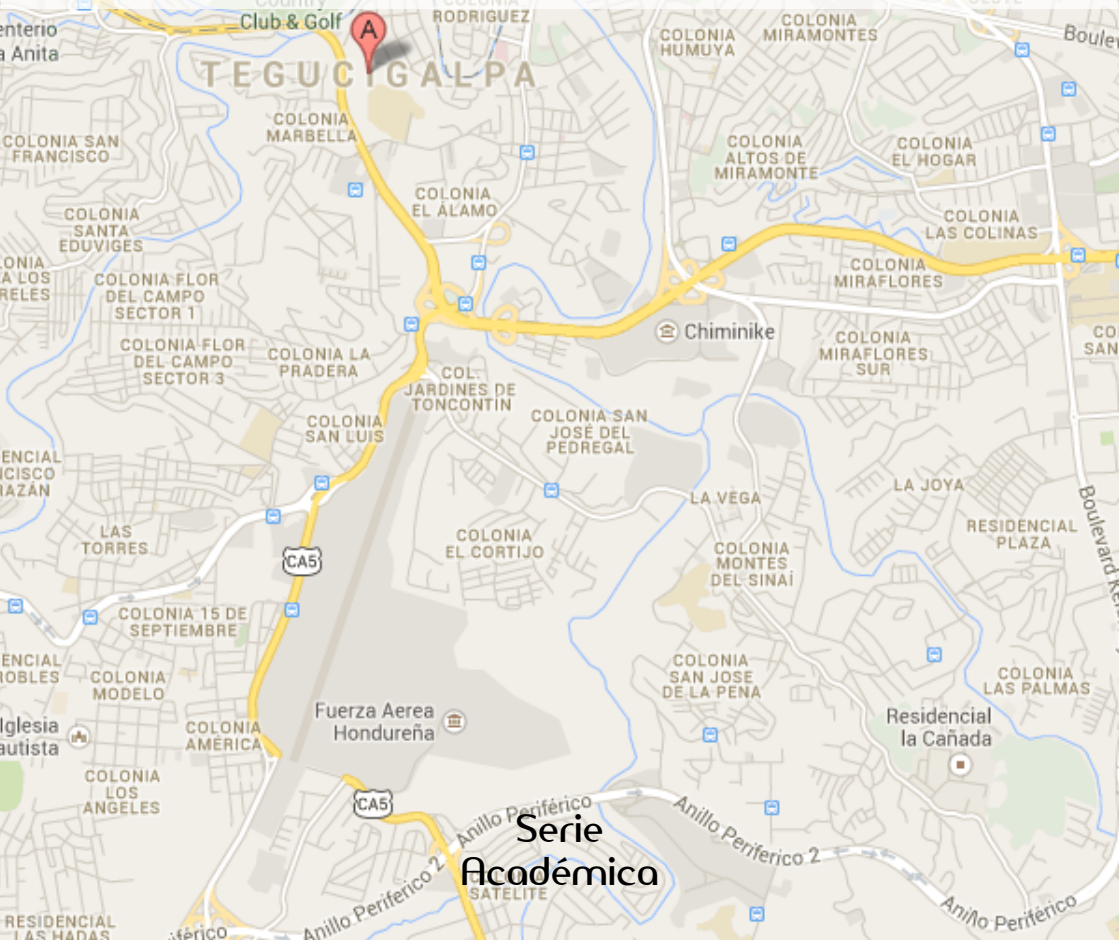


Honduras 2013

Golpe de estado, elecciones
y tensiones del orden político

Esteban De Gori (ed.)



Honduras 2013

Golpe de estado, elecciones y tensiones del orden político

Esteban De Gori (ed.)



INSTITUTO DE INVESTIGACIONES
GINO GERMANI
Facultad de Ciencias Sociales
Universidad de Buenos Aires



Serie Académica - 2014

Serie Académica

Honduras 2013 : golpe de estado, elecciones y tensiones del orden político / Esteban De Gori ... [et.al.] ; edición literaria a cargo de Esteban De Gori. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Sans Soleil Ediciones Argentina, 2015.
E-Book.

ISBN 978-987-45205-2-4

1. Sociología. 2. Política Latinoamericana. I. De Gori, Esteban II. De Gori, Esteban, ed. lit.

CDD 320.098

Obra editada bajo licencia Creative Commons 3.0:
Reconocimiento - No Comercial - Sin Obra Derivada
(by-nc-nd)

No se permite un uso comercial de la obra original ni la generación de obras derivadas. Siempre que se utilice esta obra tendrá que reconocerse su autoría.

-© 2014, de los autores

-© 2014, de la edición, Sans Soleil Ediciones Argentina.

Se puede por tanto compartir esta obra siempre y cuando se respeten las condiciones de la licencia Creative Commons.

Diseño de la portada: Sans Soleil Ediciones

Maquetación: Sans Soleil Ediciones

Hecho el depósito que prevé la ley 11.723

ÍNDICE

PRESENTACIÓN, <i>Esteban De Gori</i> ,	6
1. CRISE RIMA COM AMÉRICA CENTRAL: O JOGO QUE NÃO TERMINA EM HONDURAS E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL, <i>Aleksander Aguilar</i>	8
2. EL PARTIDO LIBERAL DE HONDURAS TRAS LAS ELECCIONES DE 2013, <i>Natalia Ajenjo</i>	17
3. ESTADO DE DERECHO, ELECCIONES Y DEMOCRACIA EN HONDURAS: ¿HACIA UNA DEMOCRACIA PLURAL O HACIA UNA GOBERNABILIDAD AUTORITARIA Y TUTELADA?, <i>Marvin Barahona</i>	27
4. INTERPRETACIÓN DE LA CRISIS POLÍTICA Y EL PROCESO ELECTORAL DE 2013, <i>Álvaro Calix</i>	34
5. LA RECONFIGURACIÓN DEL SISTEMA POLÍTICO EN HONDURAS: APRENDIZAJES PARA CENTROAMÉRICA, <i>ELVIRA CUADRA LIRA</i>	46
6. ZELAYA: DEL PALACIO A LA PLAZA, <i>ESTEBAN DE GORI</i>	53
7. HONDURAS: TESTIMONIO DE UNA RESISTENCIA, <i>KATIA LARA</i>	62
8. CRÓNICAS POLÍTICAS, <i>ARIEL MAGIRENA</i>	74
9. LOS PARTIDOS EN HONDURAS TRAS EL 2009: NUEVOS ACTORES, NUEVOS RETOS, <i>PATRICIA OTERO FELIPE</i>	80

10.	PARTIDO LIBRE: FIN AL BIPARTIDISMO Y ¿AHORA QUÉ?, <i>MARIELA PINZA</i>	94
11.	LA POLITIZACIÓN DE LA DIVERSIDAD Y LA CONSTRUCCIÓN DE UN NUEVO “ENEMIGO INTERNO”, <i>KRISTINA PIRKER</i>	103
12.	¿DEMOCRACIA PARA LA SEGURIDAD DE QUIÉNES?, <i>SILVINA M. ROMANO</i>	112
13.	VEINTE TOMAS DE LA PELÍCULA: ELECCIONES EN HONDURAS, <i>ALFREDO SERRANO MANCILLA</i>	121
14.	HONDURAS ELECCIONES 2013: ENTRE EL TRIUNFO CUESTIONADO DE LAS FUERZAS GOLPISTAS Y EL AVANCE DE LA IZQUIERDA SUR- GIDA DE LA RESISTENCIA, <i>EUGENIO SOSA</i>	125
15.	HONDURAS-EL SALVADOR: LA COMPLICIDAD DE LAS DERECHAS, <i>CARMEN ELENA VILLACORTA</i>	134
16.	EL PAPEL DE ESTADOS UNIDOS EN HONDURAS, <i>SONIA WINER</i> ...	142

PRESENTACIÓN

Este libro denominado “Honduras 2013: golpe de estado, elecciones y tensiones del orden político” es un esfuerzo colectivo por interpretar una compleja y dramática coyuntura. Una coyuntura política rica y en constante movimiento, como solo la acción de los actores que luchan por el poder pueden ofrecerlos. Es decir, este libro es un mirador para introducirse en una realidad desde diversas miradas, trayectorias y perspectivas.

El lector encontrará un conjunto de textos de diversos intelectuales, investigadores, investigadoras, analistas y periodistas, los y las cuales abordan el corto y vertiginoso proceso que se extiende desde el derrocamiento del presidente Manuel Zelaya (2009) hasta las elecciones de noviembre de 2013 y sus posibles consecuencias. En este sentido, se buscó observar y analizar un proceso que se inicia con una gran crisis ocasionada por un golpe de estado hasta el intento por “cerrar” dicha crisis con la realización de un proceso electoral. Cada autora y cada autor han aportado una propuesta intelectual valiosa e interesante para aquellas personas interesadas en la historia política de la América Latina actual y, especialmente, de la región centroamericana.

La idea de este libro surgió del un Proyecto de investigación financiado por la Universidad de Buenos Aires (UBACyT 20020110200103), “Elites políticas, culturales y económica en Centroamérica” –dirigido por Esteban De Gori y codirigido Julieta Rostica– radicado en el Instituto de Investigaciones Gino Germani (UBA) y del Grupo de Estudios sobre Centroamérica –coordinado por Julieta Rostica– radicado en el Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC).

Para aquellos y aquellas que colaboraron con este libro, va nuestro inmenso agradecimiento ya que sabemos que han pues-

to entre paréntesis sus actividades para presentar sus artículos, como también extendemos nuestra gratitud a Marina Gutiérrez de Angelis y a Gorka López de Munain que han diagramado y cuidado esta edición.

Por último, esperamos que disfruten de este libro urgente, entusiasta y, fundamentalmente, comprometido con las complejidades de su tiempo histórico.

ESTEBAN DE GORI
BUENOS AIRES, 2014

CRISE RIMA COM AMÉRICA CENTRAL: O JOGO QUE NÃO TERMINA EM HONDURAS E A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

Por Aleksander Aguilar
(antular@hotmail.com)

Numa pesquisa de primeira varredura no Google em que se digita “Brasil e Honduras” os inúmeros resultados do buscador da web serão repetitivos: a seleção brasileira goleou o time do país centro-americano por 5 a 0 no último amistoso preparatório para a Copa do Mundo de 2014 entre as duas equipes. Mas outro jogo, em política internacional, que também envolveu os dois países, persiste desde 2009 e os resultados dessa vez tem sido desfavoráveis para a democracia, a justiça e o desenvolvimento hondurenho. Considerados os níveis de violência, repressão, denúncias de fraude e manipulação de resultados da controversa eleição geral de 2013, não é simples retórica afirmar que o golpe de Estado em Honduras ainda não terminou.

Nessas polêmicas eleições os resultados finais, sob contenda adentrado o ano de 2014, deram vitória ao candidato governista do Partido Nacional, Juan Orlando Hernandez. Poderiam, no entanto, ter servido para deixar definitivamente para trás o golpe iniciado no dia 28 de junho de 2009, quando Honduras, que como país centro-americano tem importância modesta na grande arena internacional, ao lado da crise econômica globalizada acabou por também atrair as atenções da política mundial. Mas crise rima com América Central. É o que o retrospecto histórico nos evidencia e os fatos sociopolíticos atuais nos con-

firmam. A extravagante crise política em Honduras instaurada naquele ano teve cruciais desdobramentos até o presente. E o envolvimento do Brasil lá no início dessa dura partida, em particular, tão único quanto determinante, marca um capítulo especial, uma alteração do padrão do tipo baixo perfil das relações do país com o istmo com repercussão regional e importância para ambos.

Nesse pleito que controversamente elegeu Hernandez, o primeiro processo eleitoral pós-golpe com a participação dos setores populares reorganizados em um novo partido, LIBRE (*Libertad y Refundación*), outra vez o nome Zelaya esteve nas urnas, mas agora foi o de Xiomara Castro de Zelaya, esposa do presidente legítimo deposto na crise de 2009, Manuel Zelaya. Depois do golpe a militância organizou-se na Frente Nacional de Resistência Popular (FNRP), núcleo do que viria a constituir-se na agremiação política *Libre* e que impulsionou a candidatura presidencial de Xiomara. Atualmente o *Libre*, uma composição entre políticos egressos do Partido Liberal ao qual pertencia Zelaya e que reuniu movimentos sociais, centrais sindicais, agrupamentos de esquerda, e ONGs conseguiu romper em Honduras o bipartidarismo tradicional entre o Partido Liberal e o Partido Nacional, mas as sequelas do golpe de Estado permanecem.

É comum ouvir que o golpe de Honduras representou um retrocesso à democracia centro-americana, que havia sido recuperada a partir dos acordos de Esquipulas II – uma observação que não considera, contudo, que a retórica dos avanços das liberdades civis não alterou as reais estruturas de poder econômico e político. A grande maioria das populações dos países do istmo segue mergulhada em altíssimos níveis de pobreza e exclusão social, já que as aberturas de direitos políticos dos anos 90 deram-se sob o receituário neoliberal que não se preocupou em melhorar a vida dessas majorias e, assim, o

exercício pleno da cidadania segue restrito a pequenos grupos dominantes. Mesmo as Forças Armadas, supostamente subordinadas ao poder civil como consequência dos Acordos de Paz, podem ameaçar efetivamente a democracia, como nos mostrou o caso hondurenho. Honduras é o país centro-americano com a menor renovação de elites políticas e com a maior intervenção do poder empresarial na institucionalidade estatal, fortalecida justamente pelas privatizações neoliberais. Se olharmos para a história, para o golpe militar de 1963 contra o presidente liberal Ramón Villeda Morales, encontramos personagens que se repetem nas cúpulas das instituições políticas. Roberto Micheletti, por exemplo, presidente do Congresso hondurenho na época do golpe em 2009 e quem substituiu Zelaya até as novas eleições gerais controversamente realizadas em novembro do mesmo ano, foi membro da Guarda de Honra Presidencial do ex-presidente Villeda Morales que assim como Zelaya foi expulso do país para a Costa Rica.

Com uma população de aproximadamente oito milhões de habitantes, Honduras é um dos mais pobres e mais violentos países da América Latina. A renda per capita fica em torno de US\$ 4.000 e o índice de homicídios é de 86 por 100.000 habitantes (quatro vezes o índice brasileiro). A dívida pública, que comprometia 23% do PIB durante o governo de Manuel Zelaya, agora alcança 60% do PIB em função de empréstimos de curto prazo e a juros altos. A violência política e a criminalidade licenciosa tirou a vida de mais de 20 mil pessoas durante os últimos quatro anos. A precarização do trabalho também se reflete no atraso dos salários dos servidores públicos e há uma situação de militarização constante do país. A mídia corporativa hondurenha tem atuado como correia de transmissão dos interesses da extrema direita, profundamente vinculados ao governo dos Estados Unidos. Profissionais de comunicação que condenaram o golpe e se contrapõe ao oficialismo tem sofrido intensa

perseguição governamental também nesse período. Segundo Patricia Murillo, fundadora do curso de Jornalismo da Universidade Nacional Autônoma de Honduras (UNAH), 30 comunicadores foram assassinados desde o golpe e a impunidade é absoluta.

Como é sabido, com a deposição via força militar de Manuel Zelaya – obrigando sob a mira de fuzis a deixar o país numa cena digna de cinema ambientado nos anos 60 – estabeleceu-se um governo interino no país liderado por Micheletti. O golpe foi uma resposta da obscura elite hondurenha às medidas que Zelaya implementava, orientadas à justiça social e contra a corrupção e o privilégio estatal, além de diversificação das opções em política internacional que distanciavam Honduras dos Estados Unidos. Zelaya tentou realizar uma consulta popular não-vinculante que poderia possibilitar a realização de um plebiscito para produzir reformas constitucionais no governo a ser empossado em janeiro de 2010 – uma reforma inclusive em acordo com recomendações do PNUD (2004) sobre democracia na América Latina, da necessidade de se avançar de uma democracia eleitoral para uma democracia de cidadania. Esta atitude levou membros do próprio partido do ex-presidente a decretar à inconstitucionalidade do procedimento, apoiados por setores do poder Judiciário e das Forças Armadas, e assim a justificativa para o golpe, num bárbaro paradoxo, seria o risco de deturpação da democracia. O ato teve a rápida condenação da Organização dos Estados Americanos (OEA), de onde Honduras foi suspenso, e da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Zelaya fez uma rodada de visitas países latino-americanos em busca de apoio, entre eles o Brasil.

O Brasil também condenou o golpe desde o princípio. O ex-presidente Lula abre a Assembleia Geral da ONU em 2009 manifestando repúdio. A posição de Brasília foi de que a resolução da crise hondurenha passaria pela plataforma do Acordo de

São José que tinha como um dos principais pontos a restituição do presidente Zelaya para concluir pacificamente seu período de governo. Não se cumpriu. O governo golpista ganhou tempo com táticas dilatórias e conseguiu, naquela eleição de novembro, estabelecer seu sucessor com eleições convocadas durante o estado de exceção e ante muita crítica e polêmica. E assim o pleito que a esquerda não disputou resultou na eleição de Porfirio Lobo, deixando latente muitas insatisfações e tensões políticas. Em 21 de setembro daquele ano, porém, Zelaya regressa secretamente a Honduras por meio da fronteira com a Nicarágua. E foi nesse retorno, precisamente, que o Brasil tornou-se um jogador fundamental na acirrada partida hondurenha. Marcou um importante gol nesse jogo perigoso, pese leituras diferentes de quem parece não assistiu à partida direito, com o acolhimento de Zelaya durante quatro meses na embaixada brasileira em Tegucigalpa. Os norte-americanos livraram-se, com essa postura brasileira, de marcar um gol contra, ameaçados que estavam de uma conivência velada com os golpistas por omissão, já que o governo dos Estados Unidos inicialmente comportou-se com uma morosidade vista por muitos como consciente e premeditada. Os Estados Unidos fez-se de omisso e anunciou seu respaldo àquelas eleições realizadas em condições de repressão. O Brasil, porém, abriu espaço até a pequena área e chutou pra rede sem hesitar diante daqueles que tentaram ficar na trajetória da bola.

Argumentar que essa posição da diplomacia brasileira foi errante, que a América Central não é e nunca foi um foco historicamente privilegiado da política externa do Brasil, como alguns críticos nacionais demarcaram, revela estreiteza analítica ou simples má-fé. O argumento, torpe, baseia-se na observação da política norte-americana que, sob a lógica imperialista da Doutrina Monroe, ou da Doutrina de Segurança Nacional, principalmente em fins do século XIX e durante o século XX, destinou

importante atenção ao istmo centro-americano, e portanto não deixou espaço nem razão para a preocupação e influência do Brasil. Alegaram que o Itamaraty estava deixando sua tradicional posição de “equilíbrio” para se envolver numa disputa que não era sua, como se democracias e ditaduras nas vizinhanças não dissessem respeito a um país em pleno processo de consolidação de liderança regional. Mas a crise revelou a debilidade dos mecanismos de integração regional do istmo, como o *Sistema de la Integración Centroamericana* (SICA) e o *Parlamento Centroamericano* (PARLACEN), e se é fato que no desfecho se evidenciou o ainda forte peso dos EUA na região, é verdade também que foi a intervenção brasileira, firmemente manifesta ao receber Zelaya, que abriu a oportunidade e ao mesmo tempo forçou os Estados Unidos a agirem. A secretária de Estado norte-americano, Hillary Clinton, chegou a afirmar que a presença de Zelaya no país era a perfeita oportunidade para que fosse retomado a ordem constitucional com a sua reconstituição a presidência do país, e foi só aí, logo do envolvimento do Brasil, que Thomas Shannon, então sub-secretário de Estado para a América Latina, visitou Honduras para impulsionar um acordo que incluía a restituição do presidente.

O Brasil foi escalado para o jogo da crise hondurenha e com isso seu protagonismo na América Central transcendeu a estratégia de lenta aproximação com o istmo que esteve desenvolvendo a partir, principalmente das estreitas relações com El Salvador desde pelo menos 2008. A decisão brasileira de receber Zelaya na embaixada em Tegucigalpa foi coerente com busca de um maior reconhecimento nas relações internacionais latino-americanas e com postura universalista da sua política externa. E embora a concessão brasileira de abrigo tenha sido acertada e em acordo com a tradição diplomática e com os direitos humanos, o resultado do jogo, com a anistia aos autores do golpe e a Zelaya, fez com que o Brasil acabasse por reconhecer Por-

firio Lobo, dois anos depois da sua eleição, e os críticos da sua diplomacia aproveitaram para tentar enfraquecer a posição que o país construiu, válida mesmo com a importante vitória nesse jogo conquistada por Micheletti e seu grupo, que diante de toda uma comunidade internacional conseguiu manter-se no poder até a eleição de Lobo, e que nas eleições de 2013 ignora as denúncias de fraude, mantendo o novo nome da direita, Orlando Hernandez, como o vencedor do pleito presidencial.

Então à pergunta de qual teria sido os ganhos da hospedagem de Zelaya e da defesa de uma perspectiva democrática, sob a ótica da diplomacia brasileira, antigolpista em Honduras, espanta aos críticos liberais que não tenha sido o de abrir caminho para negócios vultosos para empresários brasileiros naquela região. Ora, o potencial econômico daquela localidade do continente é realmente pequeno para o Brasil. Em 2012, segundo dados da Divisão de Inteligência Comercial do Ministério de Relações Exteriores brasileiro, o Brasil obteve a 26ª posição entre os principais destinos das exportações hondurenhas, com 0,2% de participação no total exportado, e obteve o 16º lugar das importações, representando 0,8% do total das compras hondurenhas no mesmo ano. Já o ranking do comércio exterior brasileiro de 2012, Honduras figurou como o 105º parceiro comercial. Entre 2008 e 2012, o intercâmbio comercial brasileiro com o país apresentou queda de 23,6%. As exportações nacionais também apresentaram declínio de 31,4% neste intervalo, mesmo com o aumento de 130,9% das importações originadas do país em questão. Em valores, o intercâmbio comercial entre os dois países passou de US\$ 141,9 milhões em 2008, para US\$ 108,4 milhões em 2012.

Os principais vínculos entre o Brasil e Honduras não são de ordem econômica-comercial, mas sim política, principalmente entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e a nova esquerda do país centro-americano organizada no *Libre*. Os laços entre

a organização hondurenha e o PT brasileiro, porém, permaneceram, e estreitaram-se e Lula chegou a gravar um vídeo em apoio à campanha de Xiomara, que foi proibido de ser vinculado pelo Supremo Tribunal Eleitoral hondurenho. Na mensagem, Lula afirma que a candidatura de Xiomara é “um grande momento de renovação e esperança para Honduras” e pode fazer o país “se reencontrar com a democracia, o progresso e a justiça”.

O pleito, porém, caracterizou-se por numerosas denúncias de irregularidades, desde a hostilidade a observadores internacionais até a compra de votos por parte dos Nacionalistas por comida ou dinheiro. O ex-juiz espanhol, Baltasar Garzón, conhecido por suas posições a favor da memória histórica, como a condenação do ditador chileno Augusto Pinochett, foi integrante da missão da Federação Internacional de Direitos Humanos e falou explicitamente sobre fraude eleitoral. A recomendação de Kjeld Jakobsen, observador eleitoral internacional representando o PT foi de que o partido não reconheça a vitória de Hernandez e siga de perto a vida política do país para estreitar relações com o *Libre*, seus parlamentares e prefeitos. A sugestão é de que as organizações sindicais e sociais brasileiras façam o mesmo com suas contra-partes hondurenhas.

Nas últimas quatro eleições o sistema político hondurenho vem sofrendo crescentes questionamentos e a hora é de aproveitar a oportunidade aberta pelo golpe, isto é, o fim do bipartidarismo e dos tradicionais equilíbrios de poder. Agora, o *Libre*, o *Partido Anticorrupción* e parlamentares do *Partido Innovación y Unidad*, construíram um pacto para fazer oposição ao governo de Hernandez. Vale dizer que *Libre* está integrado por militantes de vários movimentos sociais e a relação no partido é um tema complexo. A via de oposição escolhida pelo partido pode causar descontentamento em parte de suas bases, que tinham altas expectativas num projeto comprometido com uma ordem geo-

política multipolar, mais voltada para o Sul global e que fomente processos pós-neoliberais. O resultado do pleito de 2013, manchado por fraude e que deixa latentes insatisfações, não atenderá os problemas fundamentais da sociedade hondurenha, e seguirá a luta campesina, dos povos indignas dos trabalhadores e trabalhadoras das cidades do país.

O jogo ainda não acabou.

RECIFE, BRASIL, JANEIRO 2014

Aleksander Aguilar é jornalista, mestre em Estudos Internacionais (Universidade de Barcelona) e doutorando em Ciência Política na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), onde coordena o Grupo de Estudos América Central (GEAC), do Núcleo de Pesquisas Desenvolvimento e Região (D&R).

EL PARTIDO LIBERAL DE HONDURAS TRAS LAS ELECCIONES DE 2013

Natalia Ajenjo
(natajenjo@gmail.com)

1. INTRODUCCIÓN

El Partido Liberal de Honduras (PLH) ha obtenido los peores resultados electorales en 2013 de su larga historia. Nacido hacia 1890, ha sufrido diversas escisiones a lo largo de su trayectoria política. La más llamativa hasta esta fecha era que el segundo principal partido del país, el Partido Nacional de Honduras (PNH, nacido en 1902), fue una escisión del PLH. Pero el año 2013 ha batido récords en términos de cambio del sistema de partidos hondureño. En primer lugar, el PLH se escinde una vez más, con Xiomara Castro, la esposa de Mel Zelaya, creando su propio partido, denominado LIBRE. En segundo lugar, han emergido otros tres partidos políticos que hacen que Honduras se aleje del tradicional bipartidismo reinante en todo el siglo XX. El detonante, a juzgar por la presencia de la palabra 'corrupción' en todos los programas electorales de los nuevos partidos, ha sido el contemplar un espacio político que se abría precisamente con la crisis interna del PLH después del golpe de Estado que le dieran a Zelaya en junio de 2009. Parte del PLH hubo de estar de acuerdo con esta maniobra y la sucesiva crisis que ocasionó en el país, al no estar certeros si se debían celebrar elecciones nuevas o si el PLH podía colocar a un nuevo

Presidente (el Presidente del Congreso Nacional, Roberto Micheletti) sin pasar por la competición electoral. Este escenario de caos, que finalmente se saldó con elecciones en 2009 a favor del PNH (Presidente Porfirio Lobo), procuró un nuevo espacio político y electoral a estos nuevos partidos que han emergido con el mensaje de 'basta de política tradicional', entendiendo por 'tradicional' la que han llevado a cabo durante más de un siglo los partidos PNH y PLH.

Así, asistimos a una doble ruptura con las elecciones del 2013: la ruptura del bipartidismo por primera vez en Honduras y la ruptura interna del PLH que le conduce a la debacle electoral. La ruptura del bipartidismo se ha producido por el comportamiento electoral de los ciudadanos, pues los otros tres partidos que ya existían en Honduras - Partido Innovación y Unidad (PINU) y el Partido de la Democracia Cristiana (PDCH) ya existían desde la década de 1980, y el Partido Unificación Democrática (PUD) desde 1997 - y sin embargo no habían obtenido nunca resultados que pudieran desafiar el asentado bipartidismo (ni los han obtenido en la actualidad). Los tres partidos que han surgido para las elecciones de 2013 sí han logrado movilizar el voto a su favor, rompiendo las claras concentraciones de poder de los dos partidos clásicos e históricos, el PLH y el PNH. De hecho, si la media de concentración de votos entre estos dos partidos estaba en torno al 90% en el período 1981-2009, estos partidos han concentrado el 57% de los votos en las elecciones de 2013 (presidenciales). Claramente, la dispersión en el comportamiento electoral de los ciudadanos se ha ampliado en el restante 43%, con la escisión del PLH de Xiomara Castro (partido LIBRE) conquistando un 29% de éstos votos volátiles y el Partido Anticorrupción (PAC) recogiendo hasta un 13.43%. De esta forma, podemos afirmar que ambos fenómenos - la ruptura del bipartidismo y la ruptura interna del PLH - están vinculados.

Naturalmente, la campaña de Xiomara Castro así como el personal político reclutado para el partido LIBRE proceden de una facción del PLH; las llamadas a recordar el período presidencial de Mel Zelaya, con su giro desde el Ejecutivo a un estilo político más cercano a la población pobre y rural, fueron constantes, así como a la ilegitimidad del golpe de Estado que sufrió éste en 2009, sin acabar su mandato. Muchos fueron los rumores que envolvieron la forma en que se llevó a cabo dicho golpe de Estado, algunos negándolo y otros acusando a Mel Zelaya de populista al estilo Chávez que pretendía prolongar su mandato presidencial. Xiomara Castro, en la campaña de LIBRE, ha sabido combinar las palabras “el pueblo en resistencia” con la “madurez del pueblo hondureño para el cambio”. Estos aspectos han estado claramente ausentes en las campañas del tradicional PLH, debido en parte a la personalidad política de Mauricio Villeda, y en parte al ambiguo y extenso espacio político del PLH, tanto como partido como para sus votantes. Esta extensión política ha sido tradicional en el PLH, pero con la ruptura del partido creado por Xiomara Castro, ubicado en el centro-izquierda, ha hecho situar al PLH en un espacio más reducido, más anclado en la derecha y por tanto menos diferenciado del PNH. El escándalo de que el propio partido de Mel Zelaya contribuyera a su destitución forzosa, por otra parte, ha contribuido también a que la posición electoral y política del PLH sea menos proclive a conquistar el voto de la población más pobre y rural, a la que había virado el gobierno de Mel Zelaya antes de ser depuesto. Además, la población urbana ha votado favorablemente al PNH, con lo que el espacio tradicionalmente extenso del PLH se ha visto doblemente reducido.

2. ELECCIONES PRIMARIAS Y CAMPAÑA DEL PLH

El PLH lleva realizando elecciones primarias al menos desde el 2000, según los datos del Tribunal Supremo Electoral. Gene-

ralmente, se presentan en torno a cuatro ó cinco movimientos, o facciones bastante personalizadas dentro del partido. Cada facción cuenta con sus apoyos en función de sus promesas y su prestigio propio. El PLH funcionaba así como un partido faccionalizado pero donde la etiqueta partidaria aún tenía fuerza y significación política. Con el colapso electoral actual se pone en entredicho esta última afirmación: parece que la etiqueta partidaria ha perdido significado electoral y político dada la escisión encabezada por Xiomara Castro con el partido LIBRE.

En todo caso, el PLH realizó elecciones primarias para las elecciones de 2013, con Mauricio Villeda resultando ganador por un estrecho margen (51,97% votos) respecto al segundo en contienda (Yani Benjamin Rosenthal, con un 44,21% votos). El último de la contienda recibió un 3,81% de votos (Esteban José Handal). Las elecciones primarias en Honduras son abiertas, puede votar cualquier ciudadano censado, sin ser necesario la afiliación al partido para emitir un voto en unas elecciones internas. La participación fue de 719583 personas, siendo válidos 620779 votos, lo que representa una participación del 14% de la población censada en Honduras (5109163). Todos los candidatos tienen experiencia política previa y son líderes de movimientos internos significativos dentro del partido. El ganador Mauricio Villeda es hijo de quien fuera Presidente entre 1957-1963, Ramón Villeda. Precisamente, el último de los candidatos, Esteban José Handal fue el coordinador de campaña de Ramón Villeda, y diputado a partir del período que comienza en 1997 por el movimiento de Jaime Rosenthal, padre de Yani Benjamin Rosenthal. Como puede apreciarse, los tres candidatos son conocidos entre sí y tienen vinculaciones históricas con el partido de gran calado.

La campaña de Mauricio Villeda, especializado en Derecho Mercantil, albergó los mismos cuatro temas que todo el resto del sistema de partidos trataron en sus programas (la incorporación de la mujer a la vida social, política y laboral; el combate de la

corrupción institucionalizada en el poder; la seguridad ciudadana a través de la lucha contra la delincuencia y la alta criminalidad en Honduras; y la garantía de servicios de salud y educación de calidad). En este sentido, sus propuestas más novedosas fueron tres: la creación de doscientos mil empleos anuales a través de la formalización de un pacto fiscal con la pequeña y mediana empresa, de forma que tanto trabajadores como empresarios se vieran beneficiados. En segundo lugar, el retorno al extensionismo agrícola, aspecto que no enarbolaba un discurso en la línea de favorecer a los más pobres como otros partidos. Y por último la renegociación de la deuda con el Fondo Monetario Internacional (FMI), aspecto que ningún otro partido tocó en sus programas electorales, pero que claramente no cala entre los sectores más populares del país. Así, la pieza central de su discurso eran las pequeñas y medianas empresas, y cómo resolver el problema de pobreza, paro y exclusión social a través de la riqueza que éstas pueden generar. La promesa de los doscientos mil empleos anuales, en este sentido, podría bien tacharse de optimista, en un país donde la economía sumergida supera el 47%, según datos del periódico La Tribuna, mientras que las estadísticas oficiales sólo reportan un paro alrededor al 4%.

Los otros aspectos mencionados, como el combate de la corrupción institucionalizada cobraron mayor credibilidad en el Partido Anticorrupción, quien cosechó hasta un 13,43% de votos en las elecciones presidenciales y logró 13 diputados en el Congreso Nacional, convirtiéndose en la cuarta fuerza política en el ámbito legislativo, dada la fragmentación actual.

También, la defensa de la seguridad ciudadana fue un tema tratado por todos los partidos, de forma que se convirtió en un issue que no diferenciaba a éstos, al igual que el discurso sobre la necesidad de incorporar definitivamente a la mujer en todos los ámbitos públicos. La fortaleza de su programa radicó en el electorado más leal del PLH, pues geográficamente se observa

cómo su voto está concentrado en los Departamentos que tradicionalmente han apoyado al partido.

3. RESULTADOS DEL PLH

El candidato del PLH a las elecciones presidenciales, Mauricio Villeda, obtuvo un 20,30% de votos, menos que la escisión del partido en LIBRE, que obtuvo un 28,78%. Especulando, de no haberse producido esta escisión, el PLH hubiera conquistado más votos que el PNH, ganador con el 36,89% de los votos. Seguidamente del recuento de votos, Villeda Mel Zelaya como Presidente de Honduras indicó que primero está Honduras y luego el Partido Liberal, en un guiño de reconocimiento de la derrota que sufrió, así como un reconocimiento del vencedor. La puesta en duda de la limpieza del proceso electoral por parte del partido LIBRE, que llegó a exigir un recuento de votos, hizo que los partidos tradicionales se apoyaran en que éstas habían seguido los cauces legales para negar en conjunto la posibilidad de fraude electoral.

En el ámbito legislativo, es predecible que el socio necesario del PNH, con mayor número de escaños (48), sea precisamente el PLH, con 27 diputados, dada la fragmentación existente. La segunda fuerza en el Congreso Nacional es el partido LIBRE, con 37 escaños. Así, el PLH pasa de haber tenido habitualmente un número de escaños cercano a la mayoría o la mayoría, a tener un escuálido 21% de cuota de poder en el Legislativo. La perspectiva es que ambos partidos tradicionales encuentren un mayor incentivo en aliarse para llegar a superar la mayoría simple y poder así pasar las leyes procedentes del Poder Ejecutivo o de su propia agenda en el Poder Legislativo (75 escaños entre ambos). En caso que todo el resto del arco parlamentario se volviera en contra de la alianza entre PNH y PLH, no lograrían paralizar los acuerdos de éstos (53 escaños entre éstos), y el

acercamiento del PNH a otro partido que no sea el PLH parece bastante improbable – al menos al inicio de la legislatura. Así, aunque nos encontramos en un escenario en que el PNH gana la Presidencia y formará gobierno, no tiene asegurado un Poder Legislativo (Congreso Nacional) favorable por sí solo, como ha sido habitual en Honduras (gobiernos unificados). De esta forma, pasa a depender de la línea de partido que el PLH ofrezca, esto es, si el PLH puede funcionar con disciplina y aportar sus escaños en pleno al PNH para las convenientes alianzas.

En el ámbito municipal, los dos partidos grandes, PNH y PLH, se han repartido la mayoría de las Alcaldías. El PLH gana 82 alcaldías repartidas en todos los Departamentos del país, según los datos del Tribunal Supremo Electoral, lo que supone un 27,51% del total de puestos municipales a repartir. La capital política (Distrito Central) y la económica del país (San Pedro Sula) quedan en manos del PNH, que tiene un rendimiento en las elecciones municipales excepcionalmente alto. En múltiples Departamentos, las Alcaldías han ido a parar a manos de candidatos de LIBRE, una vez más mostrando el coste tan alto que ha supuesto para el PLH esta escisión. En todo caso, lo que nos demuestra el comportamiento electoral para las municipalidades es que el votante hondureño no ha votado “en plancha” como solía hacer anteriormente a la proliferación de partidos nuevos y esta ruptura del bipartidismo recién ocurrida. Votar “en plancha” significa que el votante emite el mismo voto para un solo partido en todos los niveles electivos. Esto se daba por hecho hasta 1997, cuando se separan las papeletas electorales para cada ámbito electivo. En esta ocasión, observamos cómo los votantes hondureños han dispersado su voto en el nivel presidencial y legislativo mientras que mantienen las lealtades a los dos grandes partidos en el ámbito local/municipal.

4. VALORACIÓN Y CONCLUSIONES

El desasosiego que creó Mel Zelaya como Presidente de Honduras, del PLH, acabó en un golpe de Estado que no podría haberse producido sin la connivencia de los partidos políticos. Tras los diversos sucesos que acompañaron al golpe, como la re-entrada del político en el país bajo el auspicio de la Embajada de Brasil en la capital hondureña, y la celebración de nuevas elecciones, el PLH pierde el poder y sufre un deterioro de sus bases así como una escisión profunda.

Desde el golpe de Estado a Mel Zelaya en 2009, se conforma un movimiento de masas, inicialmente organizado como Frente Nacional de Resistencia Popular, que cristalizará en los distintos partidos legalizados para las elecciones de 2013, el PLH ha sufrido dos pérdidas en elecciones presidenciales y, en ésta última, la pérdida definitiva de una posición dominante en el sistema de partidos. Los votantes han penalizado extraordinariamente la maniobra de remover del poder a Mel Zelaya, y tantos afiliados como votantes han preferido dar su voto al partido de Xiomara Castro, LIBRE, que al PLH. El personal político de LIBRE procede del PLH, y, por tanto, es argumentable que, de no haberse producido esta escisión, el PLH hubiera conquistado la Presidencia del país así como la mayoría parlamentaria. Pero, por una parte, una gran cantidad de votantes han preferido la continuidad política votando al PNH en todos los ámbitos electivos. Por otra parte, la fragmentación del voto ha producido un PLH debilitado en todos los ámbitos, excepto tal vez en las municipalidades donde continúa en el poder. La erosión del partido pasó inadvertida por el líder Mauricio Villeda, quien no hizo una campaña electoral que recuperara las bases tradicionales del partido. En gran medida, esas bases tradicionales empezaron a poner en cuestión al partido cuando se vio que el golpe de Estado a Mel Zelaya había necesariamente contado con el visto bueno de las elites del partido. Este momento crítico no fue su-

ficientemente comprendido por el PLH, como se ha demostrado en su tibia campaña electoral y su confianza en la inercia histórica de ser un partido clave en toda la historia democrática de Honduras. En la actualidad, no ocupa la segunda posición en el Congreso Nacional sino la tercera, y ocupa tan sólo en torno a un cuarto de las municipalidades del país, más tan sólo tres diputados en el PARLACEN, perdiendo electorado por tanto en todos los ámbitos electivos. Con estos resultados contundentes, la dirección del partido deberá emprender una renovación tanto del mensaje como de su composición interna, volviendo a revitalizar el contacto que tenía con numerosas organizaciones de la sociedad civil. Se trata de un trabajo de recomposición de un partido histórico, que ha conocido perfectamente todos los resquicios de la maquinaria política, del patronazgo y promesas electorales, de la cooptación de organizaciones de la sociedad civil. El nacimiento y liderazgo del partido LIBRE sin duda está minando en todos los sentidos la posible recomposición del PLH, pues tanto afiliados, personal político como votantes han virado su apoyo a esta formación. Así, el espacio político del PLH ha quedado reducido y ubicado en la derecha, mientras que una clave de su éxito pasado había sido su polimorfismo y extensa ubicación ideológica, albergando desde el centro-izquierda hasta la derecha más clara. Con la emergencia de nuevos partidos que ocupan decididamente el centro-izquierda y la izquierda (LIBRE, FAPER, [junto a PUD y PINU de los tradicionales]) y que disputan el espacio de centro (PAC) y de derecha (la Alianza), el PLH ha quedado desprovisto de una capacidad de reacción rápida y clara en que resituarse y reorganizar tanto el mensaje como su credibilidad.

Su función, probablemente como partido bisagra en el Congreso Nacional, aliándose a las propuestas del PNH en su mayoría como habitualmente procedentes del Poder Ejecutivo, puede hacer perder al PLH aún más apoyos electorales, al

hacerse así incluso menos nítida su posición político-electoral. Esta dinámica puede probablemente mantenerse al inicio del período presidencial y legislativo, desmarcándose de la misma hacia el final de éste con el fin de diferenciarse y recomponerse electoralmente.

Natalia Ajenjo es Doctora en Ciencia Política y Social por el Instituto Universitario Europeo de Florencia (2005), Diplomada de Postgrado en Análisis e Interpretación de Datos en las Ciencias Sociales por la Universidad de Essex (2005), Diplomada en Estudios Avanzados en Ciencia Política por la Universidad de Salamanca (2002), Maestra en Estudios Latinoamericanos por la Universidad de Salamanca (2001) y Licenciada en Sociología por la Universidad de Salamanca (1999). Ha enseñado en las siguientes universidades: Burgos, Essex, La Rábida, Centroamericana de El Salvador, Republica de Uruguay, Torcuato di Tella de Argentina, German Institute for Global and Area Studies (Hamburgo).

ESTADO DE DERECHO, ELECCIONES Y DEMOCRACIA EN HONDURAS: ¿HACIA UNA DEMOCRACIA PLURAL O HACIA UNA GOBERNABILIDAD AUTORITARIA Y TUTELADA?

Marvin Barahona

(marvinbarahona@yahoo.com)

Como se comentó apenas tres semanas después de las elecciones de 1981 –las primeras de la transición política que devolvió el poder a los civiles tras el largo y casi ininterrumpido mandato de los militares desde 1963–, el sentimiento predominante en la ciudadanía no era fácil de definir, pero se sospechaba que su componente principal era una “mezcla de esperanza, de temor, de optimismo y de duda”, para convertirse poco después en “desconfianza crítica” y un “escepticismo”¹ que, lentamente, cobraba conciencia del abismo existente entre el valor concreto del eslogan ganador y su situación socioeconómica presente y futura.

Pese a las más de tres décadas transcurridas, este comentario viene a colación por su semejanza con el estado de ánimo que prevalece en la ciudadanía hondureña a poco más de un mes de las elecciones generales de 2013, que dieron como ganador al neoliberal Juan Orlando Hernández, el más proclive de los candidatos hacia el militarismo autoritario y una democracia restringida. Pasada la euforia de unos y la frustración de otros por el triunfo del gobernante Partido Nacional –con poco más de un tercio del total de votos– la ciudadanía ha visto desfilar por

1 “Una gran responsabilidad en un momento difícil”, *Tiempo*, San Pedro Sula, 18 de diciembre de 1981, p. 6.

el Congreso Nacional una lista considerable de decretos que el presidente electo está haciendo aprobar –antes de asumir formalmente como mandatario– para allanar el camino hacia el modelo de gobernabilidad que tiene en mente, un hecho sin precedentes en los últimos treinta años de historia política. La pregunta a responder es: ¿Representan estos decretos, así como la conducta excesivamente triunfalista del presidente electo, un adelanto de lo que seguirá después? Las respuestas probables obligan a una visión retrospectiva sobre las pautas que se han manifestado con mayor claridad entre las preocupaciones relativas al Estado de derecho y la democracia en Honduras, por lo menos desde 1993.

Los primeros clarinazos estuvieron a la orden del día durante la campaña electoral: “Policía Militar será clave en mi gobierno: Juan Orlando Hernández”; y después de las elecciones, en la primera rueda de prensa: “Los triunfos no se negocian”. Estas dos afirmaciones, además de reflejar la orientación ideológica del presidente electo, revelan con claridad la sombra que más opacó a la política hondureña del siglo XX y el siglo actual: el autoritarismo y una voluntad casi mesiánica de los mandatarios de presentarse como única solución a las endémicas crisis nacionales.

Entre los electores, ahora pesimistas y atribulados, renacen los temores ante la posibilidad de tener un gobierno que pretende resolver el desequilibrio fiscal con draconianas medidas impositivas y enfrentar la inseguridad ciudadana con un Estado policial, para responder así a dos temas cruciales para el Estado y la sociedad hondureña. Por el momento, el presidente electo –que según los datos oficiales recibió más del 60% de desaprobación en las urnas– se empeña en crear condiciones favorables para un mandato expedito, enfilado a utilizar “políticas de shock” similares a las practicadas por el gobierno del también nacionalista Rafael Callejas (1990-1994), que introdujo medidas de ajuste estructural para entonar con las políticas

neoliberales ya aplicadas en otras naciones latinoamericanas.

Este nuevo gobierno responde genéticamente a los gobiernos nacionalistas precedentes –tres en total–, en cuyas administraciones se encuentran las claves que sustentan las políticas que este comienza a implementar sin mayores preámbulos: paquetes de ajuste fiscal y medidas económicas cargadas de inequidad y propensas a profundizar las enormes desigualdades sociales y económicas ya existentes; políticas de “seguridad ciudadana” con rasgos de doctrina de seguridad nacional que solo fortalecen la militarización social y una derivación fundamental: la creciente militarización de lo político. De seguir estas tendencias, el nuevo gobierno podría cosechar resultados similares a los que obtuvieron sus antecesores nacionalistas en los periodos 1990-1994, 2001-2005 y 2010-2013, que se resumen en un incremento acelerado y desproporcionado de la inequidad social; la estigmatización de segmentos de la población identificados como “enemigos principales” por la política de seguridad, y –lo que ya comienza a verse– un súbito aumento de la conflictividad social y la desaprobación popular de las políticas económicas y fiscales.

Importa destacar, desde una perspectiva menos coyuntural y más estructural de estos problemas, que las medidas de política y las decisiones ya tomadas por el presidente electo apuntan hacia una consolidación del *statu quo* basado en dos factores clave: 1) el mantenimiento de una política de privilegios a favor de los grupos de interés identificados con las minorías oligárquicas para salvaguardar el usufructo de un poder absoluto desde el Ejecutivo; y 2) el mantenimiento de las viejas estructuras y del estilo de ejercer el poder establecidas y perfeccionadas por el bipartidismo en un esfuerzo supremo por mantener su hegemonía, amenazada por el descontento popular y el multipartidismo que despuntó en las elecciones de 2013 y que ahora se percibe como alternativa. Ambos factores dejarán intacto el

sistema clientelar entronizado por el bipartidismo y la sistémica corrupción que corroe la institucionalidad estatal, como lo demuestra el hecho de que ninguno de los nuevos decretos aprobados por el Congreso Nacional apunta a erosionar estos dos males endémicos.

Al rehuir un compromiso decidido con el combate al clientelismo político y a la corrupción pública –como parece ser la tendencia– a la vez que se aumentan los impuestos directos y se promueve la militarización, el nuevo gobierno demuestra ser más proclive a la reforma administrativa para aumentar su eficacia en rubros como la tramitación de concesiones a favor del capital transnacional para explotar los recursos naturales y hacer realidad el acariciado sueño del nuevo mandatario de conceder grandes porciones del territorio nacional a inversionistas extranjeros para establecer “ciudades modelo” o “zonas especiales de desarrollo”. Y todo lo anterior irá en detrimento de una reforma sustantiva de la institucionalidad dirigida a fortalecer el Estado de derecho y la democratización social.

En un plano temporal más extenso, si en la década de los 90 se presentó una coyuntura favorable a los cambios institucionales que buscaran resolver los conflictos “democracia versus militarismo” y “democracia versus corrupción”, para transformarlos en “democracia-civilidad” y “democracia-transparencia”, en la actualidad se observan marcadas tendencias a devolver esos conflictos a sus orígenes, al obviar premeditadamente los debates y lecciones asimiladas por Honduras en esta materia desde 1993, lo cual representaría un retroceso de veinte años para la democratización social y un freno sustantivo al fortalecimiento del Estado de derecho. Esto no solo amenaza los avances logrados con sacrificio y a cuentagotas en el pasado reciente, sino también el naciente pluralismo político, la participación ciudadana y la transparencia en la gestión pública.

Sin disminuir el peso y el enorme potencial de incidencia que

los factores antes señalados tendrán sobre el nuevo gobierno, la administración entrante enfrentará un problema de mayor envergadura aún: la legitimidad y la legalidad de sus acciones y decisiones. Aunque el problema es de larga data y sus antecedentes más cercanos se sitúan en el golpe de Estado de 2009, la conducta del nuevo mandatario, cuando aún fungía como presidente del Congreso Nacional, contribuyó –para el caso con la destitución de cuatro magistrados de la Sala de lo Constitucional, y la aprobación nuevas leyes lesivas a la soberanía territorial– a la pérdida de legitimidad de sus acciones por la práctica de una legalidad viciada y ampliamente desaprobada por diversos sectores políticos y sociales y una sociedad civil cada vez más vigilante.

El punzante como decisivo conflicto por la legitimidad y la legalidad encontró asidero al nomás concluir las recientes elecciones, cuando otros candidatos y partidos se negaron a reconocer el triunfo del candidato nacionalista, o lo consideraron espurio. Los titulares de prensa de esos días así lo confirman: “Nasralla solicita el recuento de actas”; “Libre rechaza resultados del TSE [Tribunal Supremo Electoral] por desconfianza”; “Darán informe exacto de las denuncias de delitos electorales” (Ministerio Público); “Llaman a presidenciables a respetar los resultados” (G-16); “Mel no reconoce resultados del TSE”². Y aun dos días antes de las elecciones el editorial de diario *Tiempo* se refería a “peligros de sublevación por denuncias de fraude” y agregaba que “La ocurrencia de un resultado ilegítimo ya no tiene lugar en la tolerancia colectiva...”; argumentando que la ilegitimidad en este contexto no era relativa únicamente a la votación, sino que “comprende las prácticas vergonzosas mediante las que, por las vías del amedrentamiento y la compra de

2 Véase: *Tiempo*, San Pedro Sula, 26 de noviembre de 2013, pp. 10, 13 y 28; y, *El Heraldo*, Tegucigalpa, 26 de noviembre de 2013, primera plana.

votos, se pretende aventajar el resultado final”, hasta concluir en que todavía queda por resolver la cuestión “del dinero sucio circulando a torrentes en procuración de votos...”.

Y dos días después de las elecciones, confirmando las sospechas generalizadas de adulteración de los resultados electorales en “la contada”, el editorial del mismo cotidiano se refirió a “mecanismos ilegales de manipulación de datos” y estimó que el porcentaje manipulado podía llegar hasta un 30 por ciento de la suma total de votos, en un proceso electoral controlado en su totalidad por el bipartidismo gobernante y su acreditada experiencia en esta materia. En este contexto de descrédito, corrupción pública y legalidad a medias, el cuestionamiento a la legitimidad y la legalidad seguirán menoscabando la credibilidad del nuevo gobierno y erosionando los ya desgastados fundamentos del Estado de derecho, amenazando, además, con transformarse en el problema político esencial para la democracia hondureña en la nueva coyuntura política abierta por las elecciones de 2013. Estas elecciones cerraron así el ciclo iniciado en 1980 con la convocatoria a una Asamblea Nacional Constituyente y a elecciones generales en noviembre de 1981, con un saldo negativo para la legalidad, la legitimidad y la imparcialidad que deben caracterizar a los procesos electorales.

El sentido y el significado de estas tendencias y hechos resultan más comprensibles cuando se les considera desde una perspectiva de larga duración en la que ya habían sido auscultadas y hasta previstas en su desenvolvimiento temporal; es el caso del pronóstico hecho en el decenio de 1990 por el economista jesuita Xavier Gorostiaga quien, partiendo de la situación de “incertidumbre, perplejidad e inseguridad” que vivía Centroamérica en aquel momento, preveía una descomposición del tejido social, el incremento de la inseguridad urbana, una mayor dependencia de lo externo y exclusión interna, una mayor desintegración social bajo formas modernizantes y democráticas

cada vez más superficiales, y el tráfico y producción de drogas sustituyendo a las economías de postre.

Su vaticinio, que abarcaba hasta el año 2015, anunciaba, entre otros: a) una mayor inseguridad ciudadana y un tensionamiento social que exigirían el establecimiento de “gobiernos fuertes” con gastos crecientes para mantener la seguridad ciudadana con formas de seguridad privada, lo que haría crecer la proporción del PIB destinada a la seguridad; b) los Estados se transformarían en simples proveedores de servicios administrativos y diplomáticos que requieren la modernización y la globalización; c) la antigua “triple alianza” conformada por la oligarquía tradicional, los militares y los Estados Unidos se reconstituiría como una “democracia restringida y tutelada”; d) en la economía se produciría la “taiwanización de enclaves modernizantes” en la industria, finanzas, comercio y sectores agrícolas no tradicionales; e) una “pobreza extendida y una riqueza concentrada”. Esta predicción se ha cumplido al pie de la letra en la Honduras de las dos últimas décadas, y el nuevo gobierno parece encaminarse a completar lo poco que aún queda por hacer en esta agenda neoliberal para Centroamérica.

Marvin Barahona es historiador, doctor en Ciencias Sociales, autor de *Evolución histórica de la identidad nacional*, Tegucigalpa, Guaymuras, 1991, y *Honduras en el siglo XX. Una síntesis histórica*, Tegucigalpa, Guaymuras, 2004, entre otras obras de contenido histórico y social.

INTERPRETACIÓN DE LA CRISIS POLÍTICA Y EL PROCESO ELECTORAL DE 2013

Álvaro Calix
(alvarocalix2002@yahoo.com)

¿EN QUÉ CONTEXTO TENDRÁN LUGAR LAS ELECCIONES GENERALES DE 2013?

Honduras es un país golpeado siempre por flagelos que tienen su explicación en procesos históricos de exclusión social y captura del Estado por parte de grupos poderosos, nacionales e internacionales.

Desde el golpe de Estado de 2009, sin embargo, la situación es más compleja que en cualquier otro momento de la historia reciente. En efecto, ahora se observa un coctel letal: a) alto nivel de inseguridad ciudadana e impunidad (la tasa de homicidios más alta del mundo y con vastos territorios sujetos al control de los carteles y grupos del crimen organizado), b) niveles notables de pobreza e inequidad (7 de cada 10 hondureñas(os) son pobres y es uno de los cinco países más inequitativos de América Latina), c) insolvencia fiscal (el déficit fiscal más alto de Centroamérica y una tendencia creciente de endeudamiento externo, d) vulnerabilidad ambiental, sobre todo agravada por el riesgo del Cambio Climático (es uno de los tres países a nivel mundial más vulnerables a los daños potenciales del calentamiento terrestre) y, e) polarización política tras el golpe de Estado (pérdida relativa de la hegemonía dominante).

Más allá de si hubiesen o no alternativas políticas entre los partidos que participarán en las elecciones de noviembre, el panorama es complicado para cualquiera de ellos, por lo que la

conflictividad social y el agravamiento de la violencia y la represión podrían ir en alza si no se logran acuerdos por una mejora sustantiva del bienestar de la población

¿ESE COCTEL PODRÍA SERVIR COMO ACICATE PARA BUSCAR UN NUEVO PACTO SOCIAL?

Desde una actitud sensata, por supuesto. Pero los actores que detentan el poder han mostrado una ceguera casi absoluta, no quieren ceder ni un ápice para buscar un diseño de sociedad en la que la riqueza económica y el poder político se produzcan y distribuyan de una manera más justa. Por tal razón, se está más cerca de una mayor intervención externa, bajo el pretexto de que Honduras está próxima a convertirse en un *Estado Fallido*. Y las intervenciones externas, no dejan sino recuerdos amargos, en el pasado como el presente. En ese sentido y cerca de nosotros, el reciente caso de Haití es paradigmático.

¿ES EL GOLPE DE ESTADO RESPONSABLE DE LA NUEVA CORRELACIÓN DE FUERZAS QUE SE OBSERVA EN EL TABLERO POLÍTICO NACIONAL?

Sí, si vemos el Golpe de Estado como un gatillador coyuntural. Pero las razones de fondo habrá que buscarlas en las tensiones acumuladas por las demandas sociales insatisfechas, las experiencias organizativas de los viejos y nuevos movimientos sociales, y la inspiración que representan los procesos emancipatorios en la América del Sur, especialmente en la región Andina.

LAS FUERZAS SOCIALES EXCLUIDAS HAN INTENTADO ARTICULARSE TRAS EL GOLPE DE ESTADO, PERO ¿QUÉ HA PASADO CON LAS ELITES OLIGÁRQUICAS?

También se reagruparon en defensa de sus intereses. El poder económico, político, religioso, mediático y militar, se quitó la

máscara y mostró que es uno solo. Si no se hubiesen articulado como lo hicieron es muy probable que el pueblo revirtiera el golpe. Pero también, a contracara, haberse quitado la máscara, les acarreó un rechazo y pérdida de legitimidad en vastas capas sociales subalternas.

¿POR QUÉ LAS ELITES INSISTIERON EN REALIZAR LAS ELECCIONES DE 2009, EN LUGAR DE APROVECHAR LA COYUNTURA PARA INSTAURAR UNA DICTADURA ESTILO HONDURAS?

No se duda de que algunos hubiesen deseado optar por esa vía, sin embargo, la presión interna y la internacional hubiese sido mayor. Las elecciones de 2009 fueron una salida potable para comenzar a regularizar las lealtades al interior del país pero también para comenzar la campaña de reinserción en el ámbito externo. Estamos hablando de unas elecciones con resultados maquillados a conveniencia que pretendían dar la imagen de que la situación política se había recompuesto. Empero, la situación no se recompuso del todo, este gobierno, más que cualquier otro desde la recuperación del orden constitucional en 1980, funciona dentro de una burbuja, pues no representa la nueva correlación de fuerzas del país.

¿LE PREOCUPÓ EN DEMASÍA A LA OLIGARQUÍA QUE EL SISTEMA ELECTORAL, TRAS LAS ELECCIONES DE 2009, NO SE HAYA REFLEJADO LA NUEVA CORRELACIÓN DE FUERZAS?

En general no, pues aprovecharon el control absoluto de los poderes del Estado para acentuar el despojo patrimonial del país, ya sea mediante concesiones leoninas de obras públicas, sabotaje a las empresas estatales, debilitamiento de derechos y beneficios de los trabajadores y la entrega al capital privado nacional e internacional de nuestros recursos naturales.

Y por el hecho de que ahora sienten temor por los resultados electorales del próximo 24 de noviembre, los grupos poderosos se han apresurado para que el Poder Legislativo y el Poder Judicial aprueben y decreten, aceleradamente, instrumentos legales que completen el despojo y la protección de sus intereses frente a cualquier variación no deseada en la correlación formal de fuerzas.

¿A PARTIR DEL ANÁLISIS ANTERIOR, SE PODRÍA DECIR QUE HONDURAS VIVE UNA CRISIS POLÍTICA?

Una crisis política debe satisfacer condiciones objetivas y subjetivas. La percepción de la crisis es esencial para hablar de ella. Por otra parte, podemos hablar de crisis en dos sentidos: como una problemática grave, o como una problemática grave que implica un cambio hacia una nueva situación. La segunda opción permite un análisis más profundo.

En término políticos se pueden identificar varios tipos de crisis, según la magnitud de las mismas, como también según el lente o enfoque ideológico desde el que se las observe. En el cuadro a continuación se puede ver una clasificación *ad hoc* para analizar el caso hondureño, no responde necesariamente a un *continuum* y combina tipos que proceden de diferentes enfoques epistemológicos, incluso antagónicos. La idea es plantear un abanico de miradas sobre una crisis política. Asimismo, téngase en cuenta que pueden concurrir varias tipos de crisis a la vez y que existen vínculos o interacciones entre ellas.

Tipología ad hoc para describir y analizar la crisis política en Honduras ¹		
Tipo de crisis	Connotación	Manifestación en Honduras
<i>Electoral</i>	No aceptación de resultados, fraude masivo percibido, violencia sistemática	Latente y con cierta probabilidad para las elecciones de noviembre de 2013
<i>De Representación</i>	La gente vota menos, la legitimidad de ejercicio es baja, partidos ampliamente desacreditados. Las elites pueden convivir por largo tiempo con esta crisis, toda vez no exista una fuerza o proceso social emancipatorio que canalice el descontento	Esta crisis es ya crónica en Honduras, pero se oxigena constantemente.
<i>Del Formato Partidario</i>	Hay partidos con posibilidad de desafío al formato partidario existente. Por ejemplo, una tercera fuerza que amenaza el formato bipartidista	El formato bipartidista Liberal- Nacional se ve ahora amenazado, sobre todo por la aparición de LIBRE.
<i>Del Sistema de partidos</i>	Alta incidencia de volatilidad electoral y transfuguismo político. Opciones de representación alternativa que prescinden de los partidos para la búsqueda del poder.	No se ven esos síntomas en Honduras, al menos en lo que concierne al próximo evento electoral. Pero se abre la interrogante para después de noviembre de 2013.

1 Los primeros cuatro tipos provienen de la corriente principal de las ciencias políticas contemporáneas centrada en la noción de democracia representativa. La de gobernabilidad proviene del parapeto político del neoliberalismo, en tanto que las de hegemonía y dominación provienen de los aportes de Antonio Gramsci, con base en la teoría marxista.

<p><i>De Gobernabilidad</i></p>	<p>El gobierno no puede tomar decisiones o tomándolas no puede hacer que se acaten. No se trata del normal funcionamiento de frenos y contrapesos sino de bloqueos desde grupos de poder mediante el sistema institucional.</p>	<p>El gobierno actual, salvo algunos asuntos aislados, ha podido ejercer su autoridad. En cambio, el gobierno de Zelaya exhibió síntomas de una crisis de (in)gobernabilidad por el bloqueo al que se vieron expuestas algunas de sus propuestas y medidas.</p>
<p><i>De Hegemonía</i></p>	<p>Se pierde el consenso social que da autoridad y legitimidad a la clase gobernante.</p>	<p>Tras el golpe se deterioró parcialmente la capacidad hegemónica. Cuatro años después, en algunas capas sociales quizás las elites recuperaron la aceptación del consenso; no obstante, persisten condiciones sociales y políticas para el progresivo deterioro de la hegemonía dominante.</p>
<p><i>De Dominación</i></p>	<p>Se deteriora la hegemonía, pero también la capacidad de hacerse obedecer por el recurso de la fuerza.</p>	<p>No hay crisis de dominación hoy por hoy. La pérdida relativa de hegemonía de las elites la han compensado con su brazo represivo y el efecto que éste ha tenido sobre la población.</p>

Honduras exhibe un déficit de calidad en la representación política, que no había alcanzado la connotación de crisis debido a que el descontento se aglutinaba en la abstención electoral, un comportamiento que por sí mismo no ha afectado al *status quo*.

Tras el golpe de Estado, el déficit de representación presenta características de crisis en tanto una porción importante de la ciudadanía se alineó con las acciones de resistencia en contra el régimen. La propuesta de una auto convocatoria para una Asamblea Nacional Constituyente constituía la opción más radical que visualizaba la crisis de representación. La creación de LIBRE, si bien oxigena al sistema de partidos, crea también para las elites un problema, ya que buena parte de las preferencias de la población se han decantado por esta fuerza política, con lo que la representación tradicional del bipartidismo es puesto en cuestión, aunque no el conjunto del sistema representativo.

Es quizás más correcto decir que existe una potencial crisis del formato bipartidista. No se trata tanto del número de partidos (9), pues la mayoría de estos pasan a ser satélites de los dos mayoritarios, sino de que algunos de ellos pueden disputarles en forma real una porción importante del electorado (LIBRE y el PAC). Pero téngase presente que el cambio de un formato de partidos no cambia por la ocurrencia de una sola elección, tendría que ser un comportamiento sostenido en el tiempo, digamos unas tres elecciones, porque siempre existe el riesgo de que las fuerzas políticas emergentes colapsen y den paso nuevamente al formato tradicional. Tampoco significa la crisis del formato partidario un debilitamiento extremo del *status quo*, no necesariamente, aunque implica una ampliación del número de transacciones para controlar el sistema representativo. Estas transacciones pasan en mucho por la cooptación de los nuevos partidos desafiantes, su descalificación mediática y la represión selectiva a los dirigentes

sociales que abanderan las demandas más incómodas para el *establishment*.

No se detecta una crisis del sistema de partidos, la eclosión partidaria parece numerosa pero no deja de ser manejable, la volatilidad electoral es un fenómeno también a observar en varios procesos. Por ahora, lo que tenemos es una cuota significativa de voto del Partido Liberal que pasará a LIBRE, pero eso no implica una crisis del sistema de partidos. Estos siguen siendo vistos, pese a su descrédito, como los instrumentos para alcanzar el poder político formal. Otro síntoma de la crisis del sistema partidario es el fenómeno del transfuguismo, es decir el cambio masivo de pertenencias partidarias de dirigentes políticos. Tampoco eso ha sido una costumbre en el país, si bien habrá que ver qué ocurre después de 2013, cuando forzosamente se dará una recomposición del sistema de partidos.

El gobierno actual no muestra tampoco las señales de una crisis de gobernabilidad, pese a algunas tensiones coyunturales. Esto se debe en parte a la alineación del Poder Ejecutivo con el Legislativo y las maniobras efectuadas para garantizar el apoyo estratégico del Poder Judicial. Pero sobre todo obedece a que, si bien existen tensiones o conflictos intraoligárquicos -por la disputa entre grupos económicos consolidados y emergentes-, el actual gobierno representa los intereses primarios del *statu quo*. En el gobierno anterior, el del Presidente Zelaya, sí concurren síntomas de ingobernabilidad, toda vez que algunas de sus iniciativas concitaron el rechazo de las elites y, por ende, el bloqueo institucional en contra de las propuestas más incómodas.

Desde una perspectiva crítica, en Honduras se ha deteriorado el control hegemónico oligárquico, no en un nivel irreversible, pero es notorio un progresivo deterioro de varios pilares del "consenso social" impuesto por las elites. Si en los próximos años, no se es capaz de propiciar espacios de inclusión y de con-

certación reales, es muy factible que se siga resquebrajando la hegemonía, toda vez que los movimientos sociales logren articularse por una propuesta societal alternativa, que recoja los anhelos de los millones de hondureñas y hondureños marginados de una vida digna.

El deterioro de la hegemonía no significa una crisis de dominación, pues ante esa circunstancia, las elites pueden sortear el desbalance con el uso de la fuerza. En el caso hondureño, los cuerpos armados responden absolutamente a las órdenes de los grupos poderosos y no hay mecanismos que puedan neutralizarlos en el corto plazo.

¿ES PROBABLE UNA CRISIS ELECTORAL DE CARA A LOS PRÓXIMOS COMICIOS?

Participar en los procesos electorales bajo las reglas actuales es como pisar campo minado: los dispositivos para el fraude, la falta de control sobre el financiamiento privado y la inequidad en el acceso a los medios de comunicación, inclinan el campo a favor de las fuerzas tradicionales. Pero aún así, la inconformidad y movilización electoral de las fuerzas políticas que desafían al bipartidismo saben que pueden maximizar sus opciones de cara a noviembre 24.

No es fácil saber qué va a pasar exactamente en noviembre de este año, sin embargo, se pueden barruntar algunos escenarios:

Escenarios probables con relación al proceso electoral Honduras 2013		
Escenarios	Implicaciones	
	Inmediatas	Posteriores
1. <i>Triunfo reñido del Partido Nacional, plagado de evidencias de fraude</i>	Oposición activa, protesta masiva, represión policial y militar.	Si no se logra impugnar el fraude, gobierno débil en legitimidad que recurrirá fundamentalmente a la represión y a la cooptación/división de las fuerzas opositoras.
2. <i>Triunfo ajustado de LIBRE</i>	Reagrupación oligárquica para debilitar desde el primer momento las posibilidades de un gobierno que atente a sus intereses	Gobierno débil, sin mayoría en el Congreso, con los órganos contralores, Poder Judicial y grandes medios de comunicación en contra. Intentos del gobierno de acercarse a Movimientos Sociales y de promover algunas reformas, en un contexto de limitación de recursos internos y externos.
3. <i>Triunfo holgado del Partido Nacional</i>	Aún en el caso de indicios de fraude que incidan parcialmente en los resultados, una gran diferencia porcentual puede desincentivar a las fuerzas disidentes.	Gobierno que agudizará concentración de la riqueza y despojo patrimonial al Estado, represión frente al descontento poblacional creciente. Asistencialismo acendrado para mantener lealtades entre los más pobres. Creación de mecanismos superficiales de concertación para intentar agenciarse legitimidad.

<p>4. <i>No celebración de elecciones o imposibilidad de dar a conocer los resultados</i></p>	<p>Ambiente proclive para nombrar una presidencia provisional, que saque las castañas del fuego al status quo</p>	<p>Protesta social y represión, transacciones múltiples entre las fuerzas políticas, hoja de ruta con apoyo de potencia hegemónica para salir favorablemente de la coyuntura</p>
---	---	--

¿POR LO QUE SE VE, NO DEPENDEN DEL PROCESO ELECTORAL LAS VERDADERAS POSIBILIDADES DE QUE EL PAÍS CONSTRUYA UN PACTO SOCIAL INCLUYENTE?

Ciertamente el proceso electoral es un factor de inclusión, bajo ciertas condiciones, pero no basta. Se requiere la articulación inteligente y flexible de las demandas sociales, por la vía de los movimientos sociales, como también es conveniente la apuesta a un brazo político que, sin querer cooptar, procese las demandas ante el sistema político. Debe entonces preguntarse qué tipo de movimientos sociales y de partidos políticos tenemos, para identificar las fortalezas, debilidades y desafíos en el caso hondureño.

Lo que es innegable es la existencia de coyunturas favorables para construir un bloque político que dispute el poder a las elites tradicionales. Una porción significativa de la población hondureña ha elevado su nivel de conciencia política; por otra parte, existe una oferta mediática, por cuestionable que esta pueda ser, que plantea otra cara de los hechos sociales, incluso, en algunos casos, ofrece interpretaciones alternativas que están enriqueciendo la capacidad analítica de la hondureña(o) promedio. No menos cierto es la existencia de un partido como LIBRE disputando con buenas probabilidades el poder político formal, que pese a los sesgos y contradicciones internas, incorpora una fracción de candidaturas normalmente excluidas por las elites. Pero la existencia de la coyuntura no garantiza automáticamente

te que se dé el proceso de articulación. Dependerá en mucho de la madurez de los dirigentes de las organizaciones sociales y de los partidos políticos sensibles a las demandas postergadas.

¿CUÁLES SON ESAS DEMANDAS QUE DEBERÍAN INTEGRARSE ESTRATÉGICAMENTE?

Son muchas, pero es conveniente poner la atención, por ejemplo, en el mundo del trabajo formal e informal, en la tenencia de la tierra y la producción alimentaria, en los conflictos socio-ambientales y en la defensa de los derechos fundamentales de grupos históricamente excluidos.

Álvaro Cáliz es investigador social y analista político hondureño. Consultor asociado al Centro de Investigación y Promoción de los Derechos Humanos en Honduras (Ciprodeh). Ha publicado artículos en revistas hondureñas e internacionales, como en diversos periódicos.

LA RECONFIGURACIÓN DEL SISTEMA POLÍTICO EN HONDURAS:

APRENDIZAJES PARA CENTROAMÉRICA

Elvira Cuadra Lira

(cuadraelvira@gmail.com)

En Honduras, la sociedad concurrió a las urnas en noviembre del 2013 para elegir un nuevo presidente, pero a diferencia de otros procesos electorales, éste tiene un especial significado porque representa un giro en la correlación de fuerzas dentro del sistema político del país luego del golpe de Estado del 2009 y un período de gobierno que ha sido considerado como de transición. La forma en que se ha producido este giro y sus efectos solamente se puede comprender si se toma en cuenta la particularidad del proceso político, una mirada de largo plazo y los vínculos de esa realidad con el resto de Centroamérica.

EL GOLPE Y LA TRANSICIÓN

Los ojos de Centroamérica y el mundo están puestos en Honduras desde el 2009 cuando se produjo el golpe de estado que depuso al presidente Manuel Zelaya. Ese acontecimiento reveló dos cosas: en la región todavía existen élites de poder dispuestas a retener sus cuotas dentro del sistema político, a cualquier costo, y ese acontecimiento sirvió para condensar la energía y revelar la fuerza política de un vivo movimiento social dentro del país. El análisis de los últimos resultados electorales tiene, necesariamente, que interpretarse a la luz de estos dos acontecimientos.

El golpe de estado del 2009 reveló el nivel de dominación y control que las elites económicas y políticas tenían sobre el país, así como su resistencia para que otros grupos les disputaran la hegemonía y el control del sistema político. El gobierno de Manuel Zelaya atentaba contra ese control, especialmente porque las alianzas que lo habían llevado a la presidencia y su proclividad hacia los gobiernos de las llamadas nuevas izquierdas de América del Sur evidenciaban la posibilidad de una nueva fuerza política que les disputara el poder. El golpe rompió de tajo la posibilidad de esa apertura a través de las vías institucionales y restableció el viejo orden sustentado en el control que tienen sobre el sistema político y la economía, grupos de poder de tipo oligárquico. El período inmediatamente posterior al golpe fue de excepción, terror y violencia generalizada entre la ciudadanía hasta las elecciones presidenciales efectuadas en el año 2010. El proceso electoral, aunque fue recibido por la comunidad internacional como el restablecimiento de la institucionalidad y la democracia liberal, se realizó con una gran carga de escepticismo y abstención por parte de la población hondureña. En consecuencia, sus resultados tuvieron una baja legitimidad interna. Pero, se había cumplido el objetivo. El país había salido de lista roja de los Estados de excepción en que lo había sumido el golpe.

Desde entonces hasta la actualidad, la presidencia de Porfirio "Pepe" Lobo ha sido vista como un gobierno con legitimidad y poder precario, subordinado a los grupos de poder económico y político, e incapaz de detener la ola de violencia que azota al país y que lo ha convertido en uno de los más peligrosos de la región y América Latina. Su principal tarea ha sido llevar adelante un período de transición que restableciera el orden y le devolviera la legalidad y legitimidad que el país había perdido con el golpe, especialmente frente a la comunidad internacional.

LAS FUERZAS EN DISPUTA

Las élites de la oligarquía hondureña han mantenido el control del sistema político y la economía del país desde siempre. Han estado constituidas por grupos de poder económico que al mismo tiempo dominan el sistema político. El esquema que han seguido es el del bipartidismo, a través del cual los conservadores y los llamados liberales se han alternado en el gobierno. Su visión acerca del Estado y el sistema político ha sido instrumental, de tal manera que ambos han servido para reproducir sus intereses y ampliar su poder sobre la sociedad hondureña. El ejército y la policía forman parte de los recursos del poder de estos dos grupos y han actuado como guardianes de sus intereses, tal como lo demostró su actuación durante el golpe de estado del 2009.

El golpe de estado las debilitó y abrió un campo de disputa que no se ha resuelto. Dos fuerzas disputan ese dominio: desde arriba, un nuevo grupo liderado por el propio Manuel “Mel” Zelaya y sus seguidores; desde abajo, un vivo movimiento de resistencia popular que se levantó en todo el país en contra del golpe y a favor de un cambio en la correlación de fuerzas dentro del sistema político.

El grupo de Manuel Zelaya es uno de los varios que disputan con la oligarquía el control del poder, y uno de los pocos que logró articular una propuesta electoral y un movimiento de respaldo. Expulsados y perseguidos después del golpe, les tomó un tiempo poder regresar al país, reconstituir su liderazgo y sus fuerzas políticas para seguir disputando el poder de los grupos dominantes. Para las últimas elecciones presidenciales del 2013 lograron configurar una fuerza política integrada por una alianza con diversos sectores políticos, económicos y sociales vinculados con el movimiento de resistencia que se generó a partir del golpe. Esta fuerza participó en la última campaña electoral bajo la bandera del Partido Libertad y Refundación (Li-

bre), con Xiomara Castro, esposa de Zelaya, como candidata a la presidencia.

El Partido Libre logró abrir un resquicio en el sistema político y posicionarse con una cuota importante de votos aunque no ganaron las elecciones. Los resultados de las votaciones los ubican como la segunda fuerza política del país y consiguieron instalar un grupo parlamentario importante que representa casi un tercio del total de diputados elegidos para el Congreso. Además, consiguieron una cantidad de alcaldías municipales en todo el país. Esos resultados ponen en crisis al bipartidismo tradicional y las élites de poder que habían mantenido el control del sistema político en el país, abre las expectativas del movimiento de resistencia y de la población en relación a las ansiadas posibilidades de cambio político.

EL MOVIMIENTO DE RESISTENCIA

El movimiento de resistencia popular que se articuló inmediatamente después del golpe de estado en 2009, se consolidó gradualmente y dio vida a una expresión concreta en el Frente Nacional de Resistencia Popular vinculado con el Partido Libertad y Refundación (Libre). El movimiento de resistencia es diverso, no tiene un liderazgo único y tampoco cuenta con un consenso interno, pero ha demostrado una gran capacidad de alianza y movilización a lo largo de varios años, así como un alto grado de legitimidad dentro de la población a pesar de las amenazas y la ola de violencia a la que se enfrenta. Está conformado por una amplia variedad de actores y organizaciones entre las que se encuentran: el movimiento de mujeres, organizaciones campesinas, de la diversidad sexual, de trabajadores y sindicales, indígenas y étnicas, comunitarias, entre otras.

Cada una de ellas tiene posicionamientos, intereses y perspectivas distintas en relación a la situación del país, al propio

movimiento de resistencia y a las alternativas de cambio; sin embargo, han identificado un objetivo común y estrategias de acción coincidentes. Por esa razón, a pesar de las diferencias existentes entre los diferentes grupos, ese capital político se tradujo en un apoyo amplio a la propuesta electoral del Partido Libre, asegurándole votos y espacios dentro del sistema político. Pero llegar allí no ha sido fácil. Numerosos activistas y líderes locales del movimiento han sido asesinados desde el 2009 a la fecha; sus muertes se atribuyen a grupos paramilitares y las fuerzas armadas. Todas ellas han quedado en la impunidad.

LOS RETOS DEL PROCESO POLÍTICO

El escenario político de Honduras está abierto, hay un proceso de cambios en curso y la disputa entre las élites no está resuelta. Las recién pasadas elecciones son la muestra palpable de las condiciones de posibilidad que se presentan para la sociedad hondureña, pero también expresan retos pendientes a resolver en el tiempo, entre ellos: la posibilidad de consolidación de una nueva fuerza política capaz de abrir una brecha consistente en el control que los grupos oligárquicos tienen sobre el sistema político, y más aún, la posibilidad de modificar la correlación de fuerzas políticas. Los resultados electorales han creado una expectativa en ese sentido.

Otro reto importante es la capacidad de liderazgo de esta nueva fuerza política respecto a la sociedad hondureña y, particularmente, respecto al movimiento social de resistencia. Hasta ahora, el grupo de “Mel” Zelaya ha logrado aglutinar a su alrededor un importante sector del movimiento de resistencia y convertir ese apoyo en votos. Pero ese liderazgo no se ha consolidado y todavía hace falta construir un consenso más amplio entre todo el movimiento de resistencia popular. Aparejado a esto, también está por verse la capacidad del movimiento para

sostenerse en el tiempo y producir un cambio efectivo en la correlación de fuerzas del país. De ahí, es casi evidente concluir que hay un proceso de cambios importantes en curso y que su devenir, aunque alentador, es todavía incipiente.

LECCIONES PARA CENTROAMÉRICA

Para el resto de Centroamérica, el caso de Honduras es una especie de espejo en el que se ven reflejadas las realidades de los demás países de la región. Aunque cada caso tiene especificidades que lo hacen único, también es cierto que los unen vínculos muy fuertes, de manera que lo que sucede en alguno afecta indefectiblemente a los demás, especialmente ahora que se ha avanzado significativamente en el proceso de integración regional. Una de esas similitudes tiene que ver con la disputa abierta por el poder desde que finalizaron los largos conflictos militares a finales de los 80 y la primera mitad de los 90. En todos los países de la región se han abierto campos de disputa por la hegemonía de los sistemas políticos sin que se hayan resuelto.

Hay nuevas fuerzas en pugna, élites emergentes y nuevas alianzas políticas electorales que disputan con los grupos oligárquicos tradicionales e intentan desplazarlos de los espacios de poder sobre todo en el sistema político. En algunos países la pelea por el poder ha producido fuertes crisis institucionales, pero ninguna similar al caso de Honduras con el golpe de estado. Por otra parte, no en todos casos estos nuevos grupos económicos y políticos están acompañados de movimientos sociales vivos y beligerantes como en el que existe en ese país.

Desde algunas perspectivas, Honduras es el país de la región a la zaga en los procesos políticos, y puede que sea cierto. El país no se enfrentó a un conflicto armado interno como en los casos de El Salvador, Nicaragua y Guatemala, aunque se vio involucrado en la dinámica de la Guerra Fría que convirtió a la

región en un escenario de guerra. Entró tardíamente en la era democrática, pero no salió fácilmente de la influencia de los militares y las oligarquías, tal como lo demostró el golpe de estado. Coqueteó tempranamente con la posibilidad de las nuevas izquierdas y ahora hay un nuevo intento de abrir el sistema político por la vía electoral y utilizando los cauces institucionales. Procesos similares transcurren en toda la región, de manera que la dinámica de los cambios que están ocurriendo en Honduras también es la expresión de los procesos en curso en toda Centroamérica.

Elvira Cuadra Lira es socióloga nicaragüense. Directora del Instituto de Estudios Estratégicos y Políticas Públicas (IEEPP) e investigadora asociada del Centro de Investigaciones de la Comunicación (CINCO). Ha realizado diversos estudios sobre los procesos democráticos y la gobernabilidad; la cultura política y los movimientos sociales en Nicaragua y Centroamérica.

ZELAYA: DEL PALACIO A LA PLAZA

Esteban De Gori

(degoriesteban@gmail.com)

I.

El presidente de Honduras, Manuel Zelaya fue empujado por las circunstancias económicas y políticas de su país y de la región a adoptar un conjunto de medidas y propuestas no imaginadas por aquellas elites que lo acompañaron. Mas allá de sus discursos de campaña, que oscilaron entre planteos éticos (“Mi negocio es ser honrado”) y la reivindicación del “Poder ciudadano” como motor impulsor de una reforma política, nadie imagino que ese político con imagen de “ranchero bonachón” y con un historial importante entre el empresariado de su país pudiese introducir cambios en el gobierno, como en el sistema político. Ningún presidente o presidenta de otros países pudieron vislumbrar que este mandatario podría “patear el tablero” de la política hondureña. Es decir, el “bloque progresista” y de izquierdas (Brasil, Argentina, Bolivia, Ecuador y Venezuela) nunca creyó que el empresario-presidente Zelaya reformularía las trayectorias y tendencias consolidadas desde la década del 80 por los partidos tradicionales. Ningún actor imagino que su acción desestructurará el “consenso bipartidista” configurado desde la recuperación de la democracia. Como tampoco, nadie previó un golpe o, mejor dicho, la ruptura de la voluntad democrática que lo había designado como presidente, ni la introducción virulenta de la elite militar en la escena política. Y mucho menos, se imaginó el surgimiento de un nuevo actor político –como el Partido Libertad y Refundación (Libre)-, ni la crisis que se produjo en el histórico Partido Liberal y en el sistema de representaciones sociales que fundamentaban el sistema político.

II.

El nuevo presidente que asumió en 2006, si bien inicio una política exterior inscripta en la “hoja de ruta” fijada y esperada por el establishment local (respaldo al TLC CAFTA-RD) y que mantuvo y reforzó todo su mandato ampliando acuerdos de libre comercio con Panamá, Colombia y Taiwán; también debemos sostener que por cuestiones vinculadas a las crisis energética y a las vinculadas al financiamiento de las políticas públicas introdujo una novedad y ella estuvo dada por la “multiplicación” de sus aliados internacionales. Las crisis lo empujaron a redefinir o, mejor dicho, a sumar otros actores internacionales (Brasil, Venezuela) y a intervenir en diversas plataformas de integración (CAFTA.RD/Petrocaribe, ALBA). Es decir, Zelaya promovía una política heterodoxa y pragmática –como la que seguiría años más tarde Mauricio Funes, su par salvadoreño-, que sin impugnar los TLC exploraba otras posibilidades para obtener beneficios y apoyos que le permitan sostener la inversión pública y la administración estatal, como construir un freno a las presiones del gobierno norteamericano y a los conglomerados empresariales.

III.

Ante los mismos problemas que habían padecido los anteriores mandatarios (déficit fiscal, aumento de deuda pública, desempleo, desigualdad, migración, inseguridad), Zelaya intento construir –en algunas políticas- otros cursos de acción, los cuales supusieron otras respuestas a los mismos. La administración central se encontraba quebrada, el sistema de salud colapsado, la situación de pobreza había incorporado a más de 500.000 nuevos pobres y se estaba ante una profunda crisis energética (electricidad), la misma agravada por los altos precios del petróleo. Es decir, se estaba ante un Estado históricamente “desfinanciado” que debía asumir necesidades

institucionales y sociales, como el funcionamiento de los servicios públicos. A estos problemas se sumaron los reclamos de diversos sectores sindicales y las presiones de actores como el Fondo Monetario Internacional, el cual, estaba bregando por la privatización de algunos activos estatales, la reducción de la inversión social y un aumento de impuestos. En este contexto de tensiones y crisis, como de posibilidades, el gobierno de Zelaya intentó construir una “respuesta posneoliberal”, una respuesta inclusiva que, entre otras cosas, colaboraría con la expansión de su base de adhesión política. En este sentido, podemos indicar que los actores se “hacen” en las crisis y en sus respuestas, pero también se “recrean” en la lectura o “caja de herramientas” que ofrece la realidad política nacional e internacional. En 2006, la realidad del continente ofrecía diversas experiencias de bloques de integración, como disímiles propuestas políticas estatales y Zelaya aprovechó éstas para consolidar su gobierno.

IV

El abastecimiento de petróleo fue la demostración empírica de la modificación de alianzas. Para resolverlo, se realizó una licitación, a la cual y a modo de presión no se presentaron las empresas que tradicionalmente importaban petróleo (Exxonmobil, Texaco y Shell). Pero lo hicieron otras compañías, entre ellas, ConocoPhillips –norteamericana- y la mexicana Gas del Caribe, las cuales estuvieron entre las seleccionadas. Por otro lado, se iniciaron conversaciones con Brasil para desarrollar producción local de biocarburantes y con Petrocaribe para la compra de derivados petroleros a precios preferenciales, con la posibilidad de pagarlos en parte con productos agrícolas hondureños. De esta manera, el Gobierno central fue desestructurando las alianzas históricas con empresas transnacionales y estableció otras con el propósito de fundar un vínculo diferencial entre el Estado hondureño y las empresas.

Esta nueva política “multipolar” o de ampliación de alianzas comenzó a “preocupar” a los sectores empresariales y políticos cuando Zelaya afianzó los vínculos con Venezuela y con el ALBA. Éstos se formalizaron cuando el Congreso aprobó con su voto el convenio con Petrocaribe y, luego, el ingreso al ALBA (en ambas votaciones el Partido Nacional se abstuvo). Este ingreso desataría importantes polémicas, los cámaras empresariales, grupos mediáticos y el Partido Nacional comenzaron a vincularlo a un posible “giro chavista” o de izquierda del gobierno. De esta manera, estos grupos y sectores volvían a reeditar el formato discursivo que habían ofrecido la Guerra Fría y su Doctrina de Seguridad Nacional al continente americano (capitalismo vs. comunismo) y que en Honduras había tenido significativa importancia por su intervención en la lucha contrainsurgente desde la década del 60. Este formato discursivo que había logrado durante varias décadas organizar el conflicto político y social en Honduras, nuevamente era utilizado por las derechas para deslegitimar y disciplinar a un gobierno que iniciaba políticas heterodoxas y reparadoras. Pero este formato y allí su efectividad, poseía adhesión en vastos sectores de la sociedad, inclusive en muchos que apoyaron a Zelaya. Entonces, lo que en principio, podría leerse como un aprovechamiento pragmático de las ventajas que ofrecía Petrocaribe y el ALBA a un estado centroamericano (debemos recordar que variados gobiernos que se integraron a Petrocaribe o al ALBA lo hicieron sin adscribir al proyecto bolivariano), fue interpretado por algunos actores como un alineamiento político al chavismo y al socialismo del siglo XXI. Esta instrumentalización discursiva era llevada adelante por actores que deseaban recuperar poder político, entre ellos, el Partido Nacional, un sector del Partido Liberal y, por último, la corporación militar “victoriosa en la lucha contrainsurgente”, la cual sostenía el “consenso bipartidista” surgido en los 80. Lo más interesante, es que Zelaya –si bien provenía

de los sectores reformistas del Partido Liberal- fue empujado por derechas (que no estaban dispuestas a ceder nada) a profundizar sus posiciones y a buscar aliados no tradicionales para lograr apoyo a sus políticas.

V.

Las respuestas a la crisis energética y social hicieron de Zelaya un “dirigente inesperado”. Con sus iniciáticas políticas de índole posneoliberal (intento de reconstitución de la autoridad estatal, incorporación y resolución de demandas sociales –aumento del salario mínimo–, apoyo a las pequeñas y medianas empresas para la creación de empleos y la apuesta por reconstruir el mercado interno) amenazó e impugló el “consenso bipartidista”, sobre todo su adscripción a políticas económicas de carácter neoliberal y excluyentes, su protección a los intereses de los grandes conglomerados empresariales y la tendencia de incorporarse a la estrategia regional diagramada por los Estados Unidos.

VI

Las diversas políticas orientadas a resolver las demandas sociales y a lograr nuevos aliados fueron amalgamando una oposición empresarial, política y militar al proyecto zelayista. Inclusive, al interior de su propio partido se fue construyendo una oposición que si bien comenzó por problemas de disputa interna culminarían enfrentándose a políticas que habían acompañado del propio Zelaya. Pero lo que articulò definitivamente a la oposición y le otorgó un sentido unificado a su acción fue la convocatoria a una encuesta de opinión promovida por el Presidente donde se consultaría a la ciudadanía, si se permitía en noviembre de 2009 (instancia para elegir nuevo presidente) la incorporación de una cuarta urna (las otras tres correspondientes al presidente, diputados y alcaldes) para votar por la insta-

lación de una Asamblea Constituyente en 2010. Esta estrategia que fue pensada para construir una legitimidad alternativa a la ofrecida por el sistema de partidos tradicionales, a su vez, con el propósito de establecer las bases de un nuevo Estado y de integrar otros actores fue comprendida como una amenaza y “chavización” de Zelaya. Los poderes legislativo y judicial, como la corporación militar se opusieron –apelando a un conjunto de artículos denominados “pétreos”- a la “cuarta urna” e iniciaron un conflicto que terminaría con el derrocamiento del Presidente. Así se enfrentaban apelaciones a dos legitimidades constitucionales, una de carácter conservadora que fijaba la voluntad general de una vez y para siempre –o sea, la constituida en 1982-, la cual era defendida por el consenso bipartidista y por la elite militar y otra, de carácter histórica o dinámica que apelaba a la soberanía popular considerando que esta debía expresarse ante las nuevas condiciones y problemáticas sociales, económicas, políticas e internacionales. Es decir, la primera se sostenía en un conjunto de alianzas sociales establecidas y estructuradas desde 1982 que se articulaba en torno –centralmente- a los imaginarios políticos propuestos por el neoliberalismo y por la geopolítica norteamericana; la segunda, expresaba –tímidamente- la puesta en cuestión de dicho consenso y la construcción de una nueva legitimidad que redefina el Estado y el sistema político. Ante esta situación conflictiva, los partidos tradicionales y la elite militar apostaron por la no innovación y se lanzaron a desconocer la voluntad democrática que había elegido a Zelaya como Presidente.

VIII

El golpe de estado (junio de 2009), avalado por el Congreso, el Tribunal Supremo y las Fuerzas Armadas, demostró no solo que la elite militar era garante del núcleo ideológico y geopolítico del consenso bipartidista, sino que el Parlamento –donde se

congregaban las representaciones de los partidos tradicionales y de las derechas económicas- se convertía en un poder con capacidad destituyente y en un laboratorio de erosión del poder presidencial para otros países (véase, el rol del Parlamento en la destitución del presidente paraguayo Fernando Lugo). Zelaya, por imposición militar y parlamentaria, fue expulsado del “Palacio” y fue condenado a optar por aceptar el peso de la situación (como haría, inicialmente el paraguayo Lugo) o introducirse en la “Plaza” para iniciar una resistencia a los sucesos. El presidente depuesto eligió la última opción, porque entendió, que en todo su gobierno había establecido algunos vínculos con actores sindicales y organizaciones sociales que podrían ayudarlo en su resistencia y en su “retorno” de alguna manera.

VII

La crisis que abrió el golpe, la asunción de Roberto Micheletti –presidente liberal del Congreso y ahora ungido como Presidente de la república- y la búsqueda de la estabilización de un poder cuestionado, dio lugar a una resistencia ciudadana inesperada y a la conformación de un espacio político (Partido Libertad y Refundación) coordinado por el propio Zelaya, el cual lograría presentarse con una gran performance electoral en las elecciones presidenciales de 2013. El presidente derrocado y ahora “fuera” del Palacio logró articular una opción donde su mujer y ex dirigente del Partido Liberal se convirtió en la referencia más importante de la resistencia y de una nueva plataforma política. De esta manera, Zelaya no solo abrió una grieta profunda en el bipartidismo y en el Partido Liberal, sino que “inventaba” –con el conjunto sectores sociales y sindicales- un espacio político y se ubicaba –ahora si tajantemente- a la izquierda del espectro político hondureño y se alineaba con aquel bloque progresista (Argentina, Brasil y el ALBA) que había impugnado el golpe.

VIII

La construcción de un nuevo actor multiplicó las opciones del sistema político y puso en entredicho la hegemonía de ese formato discursivo heredado de la Guerra Fría y la DSN que organizaba binariamente el conflicto social y político en Honduras. Los votos y la adhesión al Partido Libre daban cuenta de que ese formato no los había reducido ni “arrinconado” a una mínima expresión política. A su vez, se introdujo una agenda heterodoxa y posneoliberal que los gobiernos posteriores como el de Porfirio Lobo y, ahora, el de Juan O. Hernández tuvieron y tendrán que lidiar con ella. A su vez, Libre y su conformación territorial puso en crisis al histórico Partido Liberal, no solo porque muchos dirigentes apoyaron a Zelaya, sino que sus dirigentes actuales pagaron un alto costo político por el golpe. Esto supuso algo inédito, el fortalecimiento del Partido Nacional y la sucesión –no vista desde la recuperación democrática– de un presidente “nacional” a otro del mismo partido. A su vez, pese al arbitraje e introducción de la elite militar, su ex Jefe de Estado Mayor Conjunto, Romeo Vázquez se presentó en las elecciones y obtuvo muy pocos votos, marcando la imposibilidad de constituir una representación vinculada a los dirigentes militares.

IX

Zelaya, el presidente que pasó del “Palacio” a la “Plaza” (a diferencia de la experiencia del paraguayo Lugo que se fue individualmente del poder) se transformó en el coordinador de un espacio político con chances de gobernar Honduras en el futuro y de participar activamente en el Congreso y en diversas alcaldías. Desde su gestión gubernamental fue erosionando el bipartidismo y vinculándose a sectores que luego conformarían la resistencia al golpe y el Partido Libre. La crisis abierta por el golpe amalgamó a estas organizaciones y logró la adhesión de

una parte de la ciudadanía. La dinámica de la resistencia y de la coordinación de Zelaya demostró que puede construirse un espacio político que, a pesar de las tensiones, incluya a sectores de los partidos tradicionales, organizaciones sociales y sindicales. Es decir, se intentó establecer una “fórmula de alianzas”. En este sentido, y pese a las cuestionadas elecciones que dejaron a Xiomara Castro fuera de la carrera presidencial, quedará por observar si Libre logra ampliar su adhesión y consolidar su estructura territorial o si el Partido Nacional –aprovechando su fortalecimiento electoral- recupera el control político. El desafío para Libre ahora estará en la Plaza y en el Parlamento, como en la creación de nuevas dirigencias capaces de retornar al Palacio.

Esteban De Gori es sociólogo. Doctor en Ciencias Sociales (UBA). Investigador CONICET/Instituto Gino Germani. es sociólogo. Investigador del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas y del Instituto de Investigaciones Gino Germani. Profesor de la Universidad Nacional de San Martín y docente de la Universidad de Buenos Aires. Dirige proyectos de investigación financiados por la Universidad de Buenos Aires (UBACyT) vinculados al estudio y comprensión de la elites políticas, culturales y económicas en América Central.

HONDURAS: TESTIMONIO DE UNA RESISTENCIA

Katia Lara

(katialarissalara@gmail.com)

“Honduras, nombre de abismo,
es un lugar de sorpresas insospechadas y
hoyos de conejos por donde puede aparecer
un lagarto”.

José Yeco, músico hondureño, 2013

“Si la ultra derecha golpista nos roba estas elecciones, se viene una revolución... una guerra” nos dijo a cámara un muchacho de la juventud de LIBRE¹ tres meses antes de las elecciones. El hartazgo por el régimen neoliberal de Porfirio Lobo², su absoluta falta de legitimidad, se expresa en las redes sociales, en la calle, en los medios masivos, en la intimidad familiar. *La resistencia*, quienes nos opusimos al golpe de Estado y nos oponemos al capitalismo depredador, a la subasta del país, pensa-

- 1 LIBRE – Partido Libertad y Refundación, surgido del Frente Nacional de Resistencia Popular – FNRP, que a su vez se organizó en respuesta al golpe de Estado militar de 2009. Lleva como candidata presidencial a Xiomara Castro de Zelaya, esposa del derrocado presidente Manuel Zelaya.
- 2 Porfirio Lobo, conocido popularmente como Pepe Lobo, es el presidente saliente. Fue electo en 2009 bajo el régimen de facto de Roberto Micheletti, en el contexto de resistencia popular contra el golpe militar, en comicios con 65% de abstencionismo, con el ex presidente Manuel Zelaya recluido en la embajada de Brasil y Honduras expulsada de la OEA.

mos que valía la pena apostarle al Partido LIBRE en las pasadas elecciones del 2013³. Albergábamos la esperanza de ganar la presidencia con Xiomara Castro a la cabeza y un Congreso favorable al proyecto en contra de la dictadura, impuesta por el país estadounidense para lavar el golpe de Estado que derrocó al presidente Manuel Zelaya en 2009. Incluso veíamos una oportunidad para descansar de tanta muerte y criminalización e iniciar juicios a los responsables durante el régimen de facto de Roberto Micheletti y este período espurio de Porfirio Lobo. Sin embargo, el Partido Nacional en el poder, como era de esperarse, no solo montó un fraude descarado alterando actas, comprando voluntades, también sembró el terror, exhibió su misoginia y se burló del pueblo.... ¿Y la revolución?, ¿la resistencia pacífica hondureña tiene alguna oportunidad?

Salí de Honduras en 2009 y soy una entre cientos de exiliados del golpe de Estado. Gracias a esa situación, apresurada en la urgencia por denunciar, logramos terminar en Argentina un documental titulado *Quién dijo miedo, honduras de un golpe...* que ha dado la vuelta al mundo⁴.

A partir de 2011 nuestra cámara ha viajado a Honduras, España, Bolivia y Argentina registrando material para un nuevo largometraje titulado *Entre objetos*. Desde una perspectiva filosófica, esta nueva película trata el exilio y las consecuencias del golpe, a través de dos hermanos gemelos amenazados de muerte. En su viaje como expatriados uno conoce de cerca la Europa en crisis,

- 3 Las elecciones generales en Honduras se realizan cada cuatro años. El 24 de noviembre de 2013 el pueblo hondureño eligió por voto directo al Presidente de la República, a los Designados Presidenciales de la República, a los Diputados al Congreso Nacional, y a los Alcaldes Municipales.
- 4 *Quién dijo miedo, honduras de un golpe...* (Honduras - Argentina, 2010) se terminó con el apoyo de HIVOS, el INCAA y la solidaridad internacional, y se estrenó en 2010 en el Cine Goumont en Buenos Aires. Subtitulado al inglés, francés, portugués, árabe y turco, se ha exhibido en más de 60 ciudades en todo el mundo, alcanzando miles de espectadores.

el otro vive el sueño de la Patria Grande, desde Argentina. Ambos anhelan volver a Honduras, abrazar a sus padres.

A “Estados Unidos” no le gusta la “Patria Grande”. El Departamento de Estado del país estadounidense combate con cinismo el proyecto de una América Latina anti capitalista, pluricultural y descolonizada. No les gustan los ejemplos de autonomía y dignidad de Evo en Bolivia, de Cristina en Argentina, de Mujica en Uruguay, de Chávez en Venezuela, de Correa en Ecuador. Por eso Zelaya y su adhesión al ALBA⁵ en 2008 se convirtieron en un dolor de cabeza para los gringos, acostumbrados a tener en Honduras su laboratorio geopolítico: gobiernos rastreros, bases militares, reserva de agua y petróleo, un paso seguro para su negocio de la droga⁶. La propuesta de Mel, como le decimos a Manuel Zelaya, de consultar al pueblo su opinión sobre la convocatoria a una Asamblea Constituyente fue el pretexto que los norteamericanos utilizaron para ensayar un golpe “militar-legal” en la región.

En Honduras, “*¡Constituyente!*” es la expresión de un reclamo colectivo que provocó un golpe de Estado y un movimiento de resistencia pacífica sin precedentes. “*Por la Constituyente*” se conformó el Frente Nacional de Resistencia Popular – FNRP ⁷,

5 Hugo Chávez llegó a Tegucigalpa el 25 de agosto de 2008, en su única visita a Honduras para la adhesión del país a la Alternativa Bolivariana para las Américas – ALBA.

6 En 1999 Estados Unidos impulsó el Plan Colombia y fortaleció el control para evitar la llegada de droga por la ruta del Caribe. El narcotráfico se desplazó hacia los países de Centroamérica y México. Según el reporte Estrategia Internacional de Control de Narcóticos difundido por el Departamento de Estado de Estados Unidos (7 de marzo de 2012) de la cocaína que pasa por Centroamérica en su ruta a México, 75% llega en avionetas a Honduras.

7 El FNRP es una organización amplia de lucha política y social, anticapitalista, anti neoliberal, anti oligárquica, anti imperialista, anti patriarcal y anti racista que busca la transformación de las estructuras sociales, políticas, económicas, educativas y de dominación cultural, a través de la instalación de la Asamblea Nacional Constituyente, incluyente y popular, que apruebe la primera constitución política hecha por el pueblo para refundar el Estado de Honduras.

que por primera vez integra a los grupos indígenas y afro descendientes. Al llamado de “*¡Constituyente!*” retornó en 2011 el presidente depuesto y se conformó el nuevo partido LIBRE - Libertad y Refundación⁸. “*Asamblea Constituyente*” fue la promesa de campaña de la primera candidata presidencial mujer en Honduras: Xiomara Castro de Zelaya, esposa del presidente derrocado por el golpe. Esta fuerza real, libre y femenina, creció con tal rapidez que en menos de un año retó al bipartidismo tradicional. LIBRE amenaza con desplazar a los dos partidos que se han turnado históricamente en el poder: el Partido Nacional y el Partido Liberal; y continúa trabajando para convocar la Asamblea Nacional Constituyente y refundar el país.

En el viaje a Honduras para cubrir estas elecciones, el 18 de noviembre de 2013, me encontré con el periodista Giorgio Trucchi⁹, quien ha seguido de cerca el proceso hondureño a partir del golpe. -¿Creés que Xiomara tenga alguna oportunidad? le pregunté. Las elecciones internas del 2012¹⁰ evidenciaron que Xiomara Castro podía ganar la presidencia, ella obtuvo 563,162 votos, y su contendiente más fuerte, Juan Orlando Hernández (JOH) del Partido Nacional, sacó 446, 230¹¹. Sin embargo según Giorgio “*Aún en el caso que Xiomara ganara el ejecutivo, el fraude parece estar montado para evitar que LIBRE pueda actuar en el Congreso*”.

Me dio mucha pena ver de nuevo a Honduras militarizada. El presidente Lobo desplegó un total de 30,000 soldados en todo el país. “*Yo les pregunto a ustedes dónde quieren a los militares ¿en las calles o en los cuarteles?*” arengaba Juan Orlando Hernández (JOH), “*¡En las calles!*” gritaba la gente, y el candidato seguía “*Yo*

8 En Asamblea Nacional del FNRP, 2011, se decide crear el partido político Libertad y Refundación - LIBRE.

9 Corresponsal para Centroamérica de la Secretaría Regional Latinoamericana (Rel-UITA)

10 En las elecciones internas o primarias, cada partido elige entre varios postulantes a tu candidato presidencial para las elecciones generales.

11 Base de datos TSE - Tribunal Supremo Electoral de Honduras.

también. ¡Soldados en cada una de las esquinas!". El Congreso Nacional, cuyo presidente es el mismo Juan Orlando Hernández, creó en agosto, por decreto, la nueva Policía Militar de Orden Público (PMOP), que salió a las calles un mes antes de las elecciones para luchar contra la criminalidad (casco blindado; fusil Galil Ace 21, munición 5.56, mira telescópica y 30 disparos en ráfaga; chalecos antibalas con blindaje del nivel 3A; protector de pantorrillas y de brazos).

Según Reporteros sin Fronteras 38 periodistas nacionales han sido asesinados en el país, dos tercios de ellos después del golpe de Estado, sin embargo el complejo Hotelero San Martín estaba repleto de reporteros internacionales. Una enviada española nos contó que filmaron una impresionante exhibición de la nueva Policía Militar, nos pareció importante documentarlo y conseguimos el contacto de Gisela López de Relaciones Públicas de las Fuerzas Armadas. En cada llamada Gisela nos dio largas, al parecer un equipo de filmación hondureño no merece ni siquiera una respuesta. Pasó lo mismo con Juan García y Norma Meza de Relaciones Públicas del Tribunal Supremo Electoral (TSE), a quienes perseguimos sin éxito para una entrevista con un técnico sobre el sistema de conteo de votos y digitalización de actas.

También Llegaron al país más de 200 observadores internacionales: 160 de la red de Solidaridad con Honduras (organizaciones de EE.UU., Canadá, España y El Salvador), 40 de la Misión de Observación electoral de la Unión Europea (MOE UE), 80 de la Unión Interamericana de Organismos Electorales (UNIORE), por mencionar algunos. Los días previos a los comicios, asistimos a las conferencias de prensa de los organismos de Derechos Humanos. En COFADEH¹² grabamos con tristeza el testimonio de Rosa Alvarenga Lara, esposa de Osbin Caballero, cuya madre es

12 COFADEH: Comité de familiares de detenidos, desaparecidos en Honduras

miembro de MUCA¹³, una de las organizaciones campesinas del Bajo Aguán. Rosa, de apenas 20 años, contó entre llanto y rabia: *“Nos calló el ejército, ellos comenzaron la balacera, yo tenía a mis hijas, a mi esposo lo balearon, yo escuché los dos tiros y fue cuando lo sacaron a peso... bajó el helicóptero y dijeron que ordenaba el mero jefe, que lo mataran y lo quemaran”*.¹⁴ Se refiere al Coronel German Alfaro Escalante, jefe de la operación militar Xatruch en la región del Aguán. Según Vitalino Álvarez, portavoz del MUCA, 113 campesinos han sido asesinados desde que se agudizó el conflicto en 2010¹⁵, ningún caso ha seguido juicio.

Los espacios del monopolio mediático se dedicaban a comentar el clima de paz pre electoral, una perorata que no pudo encubrir las irregularidades: más de 21 precandidatos y candidatos a cargos de elección popular asesinados¹⁶; el General Romeo Vásquez Velázquez¹⁷, cabecilla del golpe de Estado militar entre los ocho aspirantes a la presidencia por el nuevo Partido Alianza Patriótica Hondureña; Billy Joya, ex capitán del Ejército y miembro en los 80 del escuadrón paramilitar 3-16,¹⁸ candidato a Diputado por el mismo partido, a pesar de los juicios abiertos en su contra por los delitos de detención ilegal, asesinato, abuso de poder, tortura y desaparición. Por la noche del día previo a los comicios, otra noticia nos sorprendió: esa mañana, seis hombres armados con rifles de asalto y chaleco antibalas, con el rostro cubierto, entraron al hotel Aurora de Tegucigalpa

13 MUCA: Movimiento Unificado Campesino del Aguán. Organización campesina en conflicto y bajo amenaza de los agro exportadores palmeros por su lucha por el derecho a la tierra.

14 Archivo audiovisual Terco Producciones

15 Según el Observatorio de Derechos Humanos en el Aguán, del 2008 a la fecha 123 personas han muerto y seis más están desaparecidas.

16 Según el Observatorio de la Violencia de la Universidad Nacional Autónoma de Honduras.

17 Estudiante de la Escuela de las Américas (1976 – 1984)

18 Archivos de COFADEH. Thomson, Ginger, 7 de agosto 2009, The New York Times.

y amedrentaron a los observadores electorales hospedados allí. David Matamoros, magistrado presidente del TSE, pidió disculpas por el incidente provocado por agentes de Migración.

El sufragio tuvo lugar el 24 de noviembre del 2013. En el barrio El Bosque, un suburbio popular, filmamos un enorme vehículo *Hummer* blindado que exhibía agentes de la policía militar rodando sobre las calles angostas y empinadas. Llegamos al centro de votación establecido en la escuela pública, dos personas nos pidieron grabar su testimonio sobre la venta ilegal de credenciales del partido FAPER (de Andrés Pavón). Antes de salir del lugar custodiado por militares, solicitamos su testimonio a observadores europeos identificados con chaleco y gafete, pero ninguno aceptó la entrevista. Al preguntar por un teléfono me dieron una tarjeta con el logo de la OEA: Brenda Santa María – oficial de prensa, celular: 95239633. Llamé para programar una entrevista, ella nunca respondió.

A una se le olvida el tremendo calor que hace en Tegucigalpa. A medio día nos detuvimos para hacer planos de las carpas de promoción de cada partido, y nos sorprendió encontrar a mucha gente de todas clases sociales haciendo fila bajo el sol en una carpa del Partido Nacional. Chicas guapas recibían la tarjeta de identidad del ciudadano(a) y buscaban su nombre en enormes fajos de papeletas que decían *“La cachureca, tarjeta de beneficios”*. En Honduras les decimos cachurecos a los del Partido Nacional. Una promotora gordita de ojos pequeños aceptó explicarnos: *“descuentos en restaurantes, medicamentos, médico quirúrgico, en exámenes y todo, tiene muchos beneficios sinceramente, yo creo que esto es una labor muy linda que no se ve desde el punto de vista de un partido, sino los beneficios que va a adquirir el pueblo”*.¹⁹ La tarjeta *Cachureca* se entregó ese día del escrutinio a quienes podían comprobar que votaron por el Partido Nacional.

19 Archivo audiovisual Terco Producciones

Por la tarde vimos uno de los centros de acopio de denuncias instalados por las organizaciones de Derechos Humanos. Jóvenes, hombres y mujeres, vestidos con el chaleco que los acreditaba como "observadores nacionales" entraban y salían del lugar. Con sonido de un desorden de voces, me di gusto haciendo planos de computadoras, celulares, el pizarrón, libretas, café, documentos. Allí platicamos con la periodista Sandra Maribel Sánchez: *"...personas sin votar porque aparecen como fallecidas y muertos que votan, Nacionalistas como delegados usando credenciales de otros partidos, mesas donde ha desaparecido el listado de votantes, un camión del Estado repartiendo la bolsa solidaria con la foto del candidato del Partido Nacional, desorden..."*. Los teléfonos siguieron sonando y tras el ventanal grande del fondo se podían ver las montañas de Tegucigalpa iluminadas por una luz colorada. TV Globo ya ofrecía los primeros resultados a boca de urna: *"Mucha atención a las 5:33 minutos, urna 13816 del departamento de Santa Bárbara: Democracia Cristiana 0 votos, Alianza Patriótica 0, Partido Liberal 7 votos, Partido Nacional 59 votos, LIBRE 159 votos, Partido Anticorrupción 25 votos, PINU 0 votos, UD 0 votos..."* Nos encontró la noche escuchando resultados, se mantenía esta relación entre LIBRE y el Partido Nacional. LIBRE ganando. A las 7:45 pm Xiomara Castro se declaró ganadora.

Subimos hasta un barrio marginal, yo quería registrar las imágenes de la celebración de LIBRE con el fondo de la ciudad entre montañas, sembrada de luces. Los jóvenes fueron los primeros en salir con sus banderas y pancartas: *"¡Xiomara, Xiomara, Xiomara!"*. Filmamos a un grupo saltando y gritando *"¡Libre, Libre, Libre!"*, de fondo un mural con el rostro del General Francisco Morazán²⁰.

20 Francisco Morazán: militar y político hondureño. Gobernó la República Federal de Centroamérica (1827 – 1838). Símbolo de la Resistencia hondureña después del golpe de Estado de 2009.

Unas horas más tarde el TSE, sin haber concluido el conteo de votos, declaró ganador a Juan Orlando Hernández (JOH) del Partido Nacional con 34% de votos escrutados, seguido por Xiomara Castro del Partido LIBRE con 28%. Reportes oficiales de la Organización de Estados Americanos (OEA) y la Unión Europea (UE) reconocieron a las últimas elecciones en Honduras, como justas y limpias.

Al otro día alcanzamos a un grupo de observadores internacionales en el aeropuerto. Había por lo menos 10 cámaras. Leo Gabriel delegado austríaco declaró *"...el error de la dirección de la misión (de la Unión Europea) fue dar 100% de confianza al Tribunal Supremo Electoral... estas elecciones no fueron transparentes..."* Dos horas más tarde la misión de la Unión Europea reprendió oficialmente a Leo Gabriel por romper el código de confidencialidad. Manuel Zelaya, como coordinador del Partido LIBRE invitó a mantener la calma, sin embargo cientos de estudiantes de la Universidad Nacional se manifestaron contra el fraude con pancartas que decían *¡No JOHdas, vos no sos mi presidente!*. La policía reprimió con gases lacrimógenos, 20 jóvenes fueron detenidos y resultó herido el estudiante de pedagogía Percy García.

Seguíamos esperando los resultados oficiales del TSE. Xiomara Castro finalmente declaró en conferencia de prensa: *"desconocemos la legitimidad de cualquier gobierno que sea producto de este bochornoso asalto"*. La gente reunida gritaba *"¡No al fraude, no al fraude!"*, emocionados no la dejaban seguir: *"ellos tienen todo, el poder para avasallarnos, atacarnos y para perseguir a nuestra gente, pero nunca lograrán rendirnos, que perdamos nuestra dignidad, volvemos pacíficamente a las calles de donde surgimos"*. Xiomara es una mujer alta, fuerte, convincente. Es imposible dudar de su compromiso.

La Corte Suprema de Justicia – CSJ, denegó el recurso de amparo interpuesto por LIBRE tras la declaratoria efectuada por TSE dando el gane a Juan Orlando Hernández (JOH) del Partido

Nacional. Le queda a LIBRE acudir a instancias internacionales para exigir el conteo de alrededor de 3,600 actas a su favor, lo que equivaldría al 22% de los resultados.

El 13 de diciembre, el TSE dio por concluido el proceso electoral del 2013. De los 128 diputados del Congreso Nacional, el Partido Nacional obtuvo 48 (37%), LIBRE logró 37 (29%), el Partido Liberal 27 (21%), el Partido Anticorrupción 13 (10%) y los cuatro partidos restantes un diputado cada uno (3%). De las 298 alcaldías municipales, el Partido Nacional sacó 183, y LIBRE obtuvo 31. Ante un panorama complejo en el Congreso Nacional, el ex presidente Manuel Zelaya, solicitó un permiso para traspasar su cargo como Coordinador de LIBRE y asumir la presidencia de la bancada del partido en el Legislativo. Xiomara Castro ha dicho que se hará todo un trabajo bien organizado entre el FNRP y LIBRE para evitar las divisiones *“tenemos que estar unidos para derogar todas las leyes aprobadas que favorecen al partido que gobernará”*.

¡JOH, JOH, JOH, Feliz Navidad!, así se referían en Honduras al noveno paquetazo de la administración nacionalista de Lobo, aprobado por Juan Orlando Hernández (JOH) todavía titular del Legislativo, cuatro días antes de la navidad. Con este paquetazo se eleva del 12 al 15% el impuesto sobre ventas, se aumenta el costo de las llamadas de celulares, los combustibles y la canasta básica. Según Hugo Noé Pino, analista político hondureño, el llamado paquetazo navideño *“constituye uno de los ajustes fiscales más inequitativos y groseros que se hayan aprobado desde la década de los noventa... Si el gobierno tuviera voluntad política para combatir la evasión tributaria podría recuperar al menos 45 mil millones de lempiras, es decir, 29 mil millones más que lo que recauda con el paquetazo.”* El 4 de enero de este año, el cardenal Óscar Andrés Rodríguez expresó que estas medidas *“son tristemente necesarias”* para rescatar la economía de Honduras y recomendó al recién electo Juan Orlando Hernández (JOH), negociar un acuerdo con el Fondo Monetario Internacional.

El 2014 encontró muy afanados a los legisladores, aprobando leyes rematadas en la oscuridad de la noche, antes que entre en actividad la bancada opositora. El 13 de enero se aprobó la Ley de secretos oficiales y de clasificación de la información pública. ¿Qué quieren esconder?. Según la nueva ley, la información clasificada como “reservada” no podrá publicarse durante cinco años. Esta definición la decidirán unilateralmente los jefes de instituciones centralizadas o descentralizadas, quienes también tendrán la facultad de declarar la información “confidencial” que no podrá hacerse pública durante diez años en caso que consideren que pueda *“originar riesgo inminente o amenaza directa contra la seguridad y la defensa del orden público”*. También introdujeron el proyecto de ley para hacer desaparecer la Secretaría de Justicia y Derechos Humanos. Juan Almendárez, director del Centro de rehabilitación de las víctimas de la tortura y sus familiares (CPTRT) dijo al respecto *“Aquí se habla de una gran crisis económica, sin embargo es más fácil cerrar una secretaría de Derechos Humanos que cerrar un batallón”*.

La guerra y la revolución de la que hablaba el jovencito de LLBRE avanzan bajo formas cada vez más creativas de resistencia popular. La Organización Fraternal negra de Honduras OFRANEH, ha puesto en duda la legitimidad de los mega proyectos hoteleros y ha detenido la instalación de Ciudades modelo²¹ en las aldeas garífunas de la costa norte. Nuestra resistencia defiende la Madre tierra. El Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras COPINH, ha logrado detener el proyecto hidroeléctrico Agua Zarca y expulsar a la empresa china Sinohydro y a su cómplice local DESA para defender los ríos y territorios

21 La ley habilita la entrega de franjas del territorio nacional a inversionistas extranjeros, para crear ciudades independientes, con sus propias leyes y administración. Gracias al trabajo de OFRANEH y las organizaciones indígenas y negras, el proyecto neocolonial fue declarado inconstitucional, por la Corte Suprema de Justicia en octubre de 2012.

que ancestralmente le pertenecen al pueblo Lenca. Los campesinos del bajo Aguán han probado y denunciado la criminalización de la que son objeto y continúan organizados para defenderse y producir bajo el sistema cooperativo, a pesar del asecho paramilitar pagado por los terratenientes agro exportadores.

La resistencia continúa en las calles y ahora tiene, a través de LIBRE mejores posibilidades de incidencia política. A los gringos “*les salió el tiro por la culata*”, en lugar de lavar el golpe de Estado de 2009 con dos procesos electorales viciados, han formado una ciudadanía que cada vez es más crítica. Estamos revisando la historia, aprendiendo de las experiencias, identificando aliados, vinculados a la comunidad Latinoamericana que no perdona ni olvida, que ha demostrado que es posible juzgar y castigar a los responsables.

El 27 de enero tomó posesión Juan Orlando Hernández. El estadio nacional mostraba grandes mantas extendidas y gradearias vacías. A dos cuadras, más de 5 mil ciudadanos del FNRP y de LIBRE²² marcharon pacíficamente para repudiar el fraude. La protesta fue encabezada por los 37 diputados de LIBRE.

La lucha pacífica es el camino, la defensa de la Madre Tierra, la mirada hacia la historia, el reconocimiento de la sabiduría que poseen los pueblos originarios, que a pesar de cinco siglos de colonización no han perdido la ruta que los conduce a la libertad, ahora se llama resistencia.

ENERO, 2014.

22 Fuente: AFP

Katia Lara es Directora de cine hondureña. Produjo, editó y dirigió el documental: “Quien dijo miedo! Honduras de un golpe”

CRÓNICAS POLÍTICAS

Ariel Magirena

(arielmagirena@gmail.com)

“Para que queremos una presidenta si ya tenemos a Lisa?” La broma habla de Lisa Kubiske, la embajadora estadounidense. La hace un ciudadano de la corta clase media hondureña que vota al partido Nacional pero se reivindica “apolítico”. El contexto de las elecciones generales de 2013 es el que deja el golpe del 2009, de torpe simulación de institucionalidad, que costó el puesto al presidente Manuel Zelaya, y a Honduras su lugar en la OEA. La realidad política de ese pequeño y violento país (el que tiene más muertes por violencia en el mundo de entre los que no tienen conflictos bélicos) cambió dramáticamente en estos cuatro años y los resultados de estas elecciones lo plasman. Antes de Zelaya la lucha popular se expresaba en organizaciones y sindicatos con fuerzas desperdigadas que enfrentaban al bipartidismo del que “Mel” mismo, presidente por el tradicional partido “Liberal”, era expresión. Su atrevimiento de proponer reformar la constitución para dotar a la democracia de instrumentos de “empoderamiento” popular, reconociendo derechos y, de paso, permitiendo la reelección presidencial, lo volvieron insoportable para el modelo político cómodamente colonial.

Es creíble la denuncia que hacen militantes del nuevo partido Libertad y Refundación, “LibRE”, de que los golpistas discutieron la posibilidad de asesinarlo. Después de la experiencia peronista en la argentina de los ‘40 el acceso de las masas a la política y el ensayo de modelos nacionalistas y populares que pudieran promover una cultura de derechos fue resistido,

en nuestro continente, con baños de sangre. Aunque el siglo XXI pareciera preferir un tinte más institucional, los presidentes Rafael Correa y Evo Morales fueron víctimas de intentos de magnicidio y Venezuela desactivó varios complots contra la vida de Hugo Chavez, antes de que se lo llevara su enfermedad.

Pero el derrocamiento de Zelaya redundó en el nacimiento del Frente Nacional de Resistencia Popular y, más tarde, en su expresión electoral, el Partido Libre, que candidateó a Xiomara Castro Zelaya y, pese al fraude, alcanzó en su debut (con 18 meses de vida) 39 escaños en el parlamento, terminando con la hegemonía del PN, quitándole la mayoría propia y rompiendo el bipartidismo, relegando al Partido Liberal. Estas elecciones también expresaron el descontento con la política tradicional al convertir al periodista Salvador Nasralla en referente del flamante Partido Anti Corrupción, puerta de entrada de un sector que solía criticar desde afuera sin comprometerse con la realidad nacional y árbitro virtual en los cruces entre PN y LibRE sobre el fraude denunciado.

La sorpresa en la trampa electoral está en las contradicciones que pudo atestiguar la prensa internacional: Una invitación generosa a veedores de todo el mundo para observar el proceso electoral convivió con prácticas de politiquería de aldea y maniobras de compra de voluntades o de amedrentamiento con uso discrecional de los recursos del Estado. Así pudimos sorprendernos con el allanamiento militar de un hotel en el que se encontraban observadores latinoamericanos que luego fue explicado como un "error", del mismo modo que la irrupción armada en medios de comunicación alternativos, justificada después como un presunto operativo con el fin de garantizar la libertad de prensa al protegerlos de eventuales atentados de los que pudiesen ser víctimas. En la misma madrugada del día de elecciones hubo dos asesinatos a militantes de LibRE que se hicieron pasar, con la complicidad de cierta prensa extranjera,

como casos comunes de “inseguridad”, y lo mismo ocurrió con el asesinato de un dirigente histórico de la resistencia horas antes de la movilización con la que el FNRP acompañó las pruebas de la manipulación electoral.

EL papel de los observadores extranjeros estuvo ajustado al rol para el que fueron invitados. Sin poder de constatación ni autoridad para investigar se ocuparon de hacer críticas y solicitar reformas. Y entiéndase: hacer críticas no es lo mismo que denunciar, del mismo modo que sugerir reformas no es lo mismo que repudiar. En ese sentido los observadores, los europeos fundamentalmente, fueron funcionales al papel que les reservara el Departamento de Estado estadounidense: el de no molestar y ser tolerantes con una democracia endeble que merece una oportunidad. Sin paradojas, la prensa corporativa mundial alentaba un tribunal extranjero como juez de las elecciones locales: una salida liberal progresista a un conflicto de estricta soberanía e incumbencia popular y nacional que tiene como correlato el que dice que la sanción de la OEA y las de los países de Unasur no alcanzaron para restituir al gobierno popular depuesto por el golpe de 2009 ni para reparar sus daños.

Pero el rol de Estados Unidos en estas elecciones y en la historia hondureña no tiene contradicciones y se reafirma en el modo en que ejerce su influencia desde su embajada y desde la estratégica base militar de Palmerola, a través de cuyo presupuesto incide en la economía doméstica como en el estado de ánimo de la población. Un aspecto importante aquí es también el de la diáspora hondureña (más de un millón de emigrados) que hace llegar desde la potencia del norte cerca de 3.000 millones de dólares a sus familias junto con la convicción de que no hay alternativa a una perspectiva de desarrollo prometida y negada desde ese mismo centro de poder. Otro ingrediente que juega es que Estados Unidos es el destino del 70% de las exportaciones de Honduras en bananas, café y azúcar. Debemos agregar la

liberalización de las relaciones laborales y la crisis de representación sindical que permite zonas francas de explotación de trabajadores que son virtualmente agradecidas por quienes acceden a esa situación de explotados a la luz de una realidad que dice que más de 5 de los 8.3 millones de habitantes de ese país vive en pobreza estructural o extrema. La misma realidad que entiende como desempleo a menos del 4% mientras el PNUD reconoce que cerca del 84% de los trabajadores es víctima de explotación y vulneración de sus derechos.

No hay modo de simplificar lo complejo de la trama de dominación extranjera y el gran capital sobre el pueblo y la nación hondureños. La cartelización de la política (capturada por una oligarquía hegemónica por un puñado de familias que se reparte transversalmente en todos los partidos y lugares estratégicos de la sociedad) garantiza la supervivencia del modelo. Así, la financiación de la política aparece como un misterio con hipótesis fosforescentes. El partido del gobierno, declarado triunfante en estas elecciones denunciadas, ofrece sin disfraces asistencialismo por votos. En conferencia de prensa hemos registrado al candidato oficialista explicar que a cada uno de sus afiliados se les entrega una "tarjeta de beneficios" de empresas, servicios o mercados que los acompañan en su proyecto. El mismo candidato, al momento de calificar al gobierno saliente como de "transición" hacia el verdadero gobierno del PN, prometió como salida a la crisis económica y social, establecer acuerdos con los organismos multilaterales de crédito, autores de la crisis global.

Pero a esta verdadera confesión de parte, le suceden hechos que no puede explicar abiertamente y que fueron constatados por los veedores electorales:

El Tribunal Supremo Electoral comenzó a publicar como resultados los de las zonas en las que triunfaba el PN mientras mandaba a auditar las actas en las que triunfaba LibRE, quitando de la cuenta a casi medio millón de votos.

El mismo tribunal se manifestó prescindente con lo que cada partido hiciera con sus credenciales para autoridades electorales. De este modo se dio el fenómeno de que en cientos de mesas de votación los partidos Democracia Cristiana, Alianza Patriótica (del General Romeo Vásquez Velásquez, ejecutor del golpe y quien secuestró a Zelaya en 2009), Unificación Democrática y PINU no tuvieron siquiera los votos de sus delegados acreditados. La denuncia es que esos 4 partidos (que no sumaron el 1% entre todos) fueron parte de una simulación democrática y entregaron sus credenciales (unas 16.000) al oficialismo para facilitar la manipulación.

El PN entregó ayuda y bienes a los votantes durante los comicios con el fin de comprarles su voluntad.

Sin aviso ni solicitud, hubo ciudadanos que se encontraron en padrones de distritos a los que no pertenecen, negando su posibilidad de votar alcalde o representantes de su comunidad y desbalanceando los resultados regionales.

Desde los comicios hasta el cierre del año, un mes y días después, fueron asesinados 10 dirigentes del Partido LibRE.

El modelo sociopolítico estructura la dependencia y la sumisión postergando los derechos sociales y sometiénolos a las posibilidades de una economía salvaje y con grosera corrupción, con lo que es imposible responder a las necesidades más urgentes -y también las estratégicas- sin romper la matriz hegemónica.

El proyecto popular (de emancipación social y generación de una cultura de derechos) sólo tiene perspectivas en el proyecto nacional (soberano, regionalista y antiimperialista).

Por eso la trampa pone en una encrucijada al FNRP. Repudiar estos comicios lo obligaría a renunciar a su capital electoral que lo puso como primera fuerza de la oposición capaz de encabezar un frente parlamentario y contrapesar la arbitrariedad de una mayoría amañada convertida ahora en insuficiente.

Del mismo modo podría desautorizar a un nuevo actor regional con capacidad de denuncia de un modelo que se desnuda cada vez que renuncia a resolver los problemas sociales, a los que se refiere sólo con propósitos de marketing. Una encrucijada que pone en expectación a un bloque, al sur del Río Bravo, llamado por la historia a ser potencia y para el cual cada una de nuestras naciones tiene una tarea que hacer.

Ariel Magirena es periodista. Especialista en Medios y Políticas de Comunicación. Coordinador de la Comisión Nicolás Casullo de Medios Audiovisuales. Miembro fundador del Instituto Latinoamericano de la Prensa. Ponente en el Foro "Comunicación para Vencer al Imperio" (Caracas, 2011). Premio Primer Congreso Mesoamericano de Periodistas (Chiapas - México, 2009) Consultor y expositor en las Audiencias Públicas convocadas por el Parlamento Argentino en relación con la Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual. Consultor y expositor en las Audiencias Públicas convocadas por el Parlamento Argentino en relación con el Proyecto de Ley de Declaración de Interés Público de la Producción y Distribución del Papel para Periódicos. Asesor de prensa de la ONG SENDA (Servicio Ecológico Nacional para la Defensa del Ambiente. Fue Asesor de prensa y operador del Área de Relación con los Medios de Comunicación del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social de la Nación Argentina y Asesor de Prensa y Relaciones Institucionales de la Presidencia de ATC (Argentina Televisora Color). Responsable de la unidad de prácticas preprofesionales de la Universidad de Avellaneda (UNDAV). Autor de artículos en distintos medios gráficos y virtuales locales y extrajeros. Conductor de noticias de TeleSUR. Periodista económico y conductor del programa "Impacto Económico" en TeleSUR. Cronista de exteriores y conductor de noticieros en Canal 7, TVPública Argentina.

LOS PARTIDOS EN HONDURAS TRAS EL 2009: NUEVOS ACTORES, NUEVOS RETOS

Patricia Otero Felipe

(patof28@gmail.com)

El pasado 24 de noviembre de 2013 los hondureños acudieron a las urnas para escoger nuevo gobierno, representantes legislativos y municipales. Estos comicios, los décimos desde que se inició el periodo democrático en el país, tuvieron lugar en un ambiente de novedad e incertidumbre por la presencia, por primera vez en décadas, de nuevos partidos políticos con opciones de disputar la hegemonía a los que hasta ahora eran protagonistas indiscutibles de la política hondureña: el Partido Nacional y el Partido Liberal. En estas elecciones que han significado el fin de la transición abierta la crisis política del 2009 que desembocara en un golpe de estado, los Nacionalistas revalidaron el triunfo logrado cuatro años antes, sin embargo los resultados obtenidos por las nuevas fuerzas políticas confirman el cambio de ciclo del bipartidismo más longevo de la región latinoamericana.

En estas páginas se realiza un breve análisis de las características esenciales del sistema de partidos hondureño, considerando especialmente los que han sido rasgos definitorios del mismo. Estos elementos ayudan a identificar las principales transformaciones iniciadas tras la crisis política del 2009 y los retos más inmediatos que enfrentará el sistema político.

EL SISTEMA DE PARTIDOS EN DEMOCRACIA

Hablar de la historia política hondureña es hablar del devenir del Partido Nacional y del Partido Liberal. Ambos partidos, nacidos en los primeros años del XX, supieron mantener una posición central en el sistema político durante todo el periodo pre-democrático, mostrando con ello una gran capacidad de adaptación a las circunstancias y a las transformaciones del mismo. El tardío proceso de democratización del país, iniciado con las primeras elecciones competitivas en 1980 y su lenta consolidación, confirmaron la tendencia bipartidista del sistema donde el dominio de Liberales y Nacionalistas nunca fue amenazado por los tres partidos minoritarios, la Democracia Cristiana (PDCH), el Partido Innovación y Unidad (PINU) y, desde fines de los años noventa, el Partido Unificación Democrática (PUD). De este modo, no sorprende que este sistema de partidos fuera catalogado como uno de los más estables e institucionalizados de la región latinoamericana.

Esta hegemonía tiene su expresión más clara en el ámbito electoral. Hasta 2009 existió una alternancia regular de dos gobiernos Liberales y uno Nacional, victorias que se han reproducido en el ámbito legislativo y municipal (tabla 1). En este sentido, se pueden destacar tres elementos: por un lado, la notable estabilidad de los apoyos de los dos partidos mayoritarios; incluso en las elecciones que significaron la alternancia del partido en el gobierno, no hubo (con la excepción del 2009) un claro voto de castigo hacia el gobierno saliente. A este claro protagonismo de Liberales y Nacionalistas, hay que añadir el bajo rendimiento de los tres partidos minoritarios, debido entre otras razones a las características del sistema electoral que han provocado un efecto de arrastre de los resultados de las presidenciales¹. En

1 Este sistema incluye, entre otros rasgos, elecciones presidenciales a una vuelta y concurrentes con el resto de niveles electivos, distritos de pequeña y mediana

segundo lugar, se trata de un sistema de partidos muy nacionalizado en sus apoyos electorales, aunque tanto el PLH como el PNH han localizado territorialmente sus apoyos. Los datos muestran que el PNH nunca ha cedido los departamentos de Copán, Lempira e Intibucá, y ha ganado casi siempre en Choluteca y Valle, incluso en las elecciones que no resultó vencedor. El PLH, tan sólo ha retenido el voto en El Paraíso y Ocotepeque y, cuando ha ganado las elecciones, lo ha hecho movilizándolo en las grandes ciudades, que han sido también el granero electoral de los partidos minoritarios. El tercer aspecto en común es el perfil de los candidatos presidenciales Liberales y Nacionalistas, todos ellos con una dilatada trayectoria política en su partido y, por lo tanto, políticos bien conocidos por los ciudadanos.

TABLA 1. ELECCIONES EN HONDURAS 1980-2009

Elección		1980*	1981	1985	1989	1993	1997	2001	2005	2009
Presidencial (%votos)	PLH	-	53,9	51,0	44,3	53,0	52,7	44,3	49,9	38,1
	PNH	-	41,6	45,5	52,3	42,9	44,3	52,2	46,2	56,6
	Otros**	-	4,5	3,5	3,4	4,0	3,1	3,5	3,9	5,3
Legislativa (escaños)	PLH	35	44	67	55	71	67	55	62	45
	PNH	34	34	63	71	55	55	61	55	71
	Otros	2	4	4	2	2	6	12	11	12
Alcaldías (n)	PLH	-	169	170	72	176	188	147	167	104
	PNH	-	113	112	217	115	107	148	123	191
	Otros	-	-	-	-	nd	1	3	8	3
*Elecciones a la ANC. **Otros: PINU, PDCH y PUD (desde 1997). Fuente: elaboración propia a partir del Tribunal Supremo Electoral de Honduras.										

magnitud, y un sistema de financiación público, que liga los recursos a los votos obtenidos a nivel presidencial. También se han destacado la limitada institucionalización, la ausencia de democracia interna o su organización deficiente como factores explicativos del poco rendimiento de los partidos minoritarios.

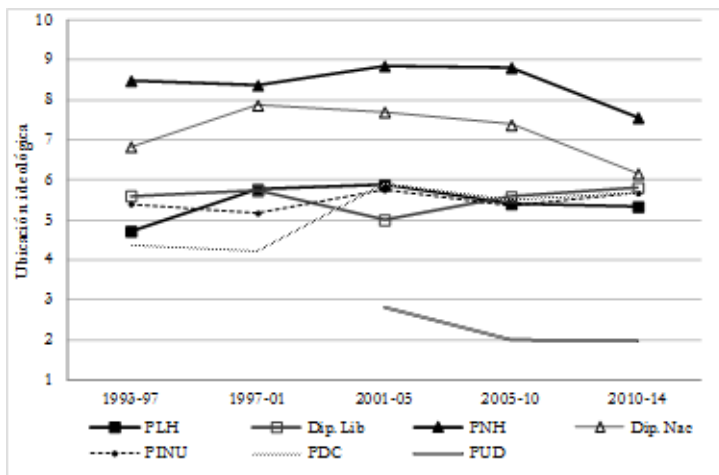
Esta continuidad contrasta con las constantes reformas a la ley electoral en todo el período, reformas que han servido para modernizar y perfeccionar las reglas e instituciones electorales, permitir cierta apertura en la competencia partidista y, especialmente, regular la vida interna de los partidos. Sin embargo, ninguna de ellas se entendería sin considerar los intereses de los dos partidos tradicionales y, tal vez por ello, la estructura básica del sistema de partidos apenas fue alterada. Y es que hay dos elementos intrínsecamente ligados al sistema de partidos y por lo tanto a los dos partidos tradicionales, que han operado como fuerzas de contención para el surgimiento y posibilidades de éxito de nuevas fuerzas políticas.

En primer lugar, una estructura fuertemente jerárquica de las organizaciones partidistas combinada con el faccionalismo natural del PLH y PNH. Este faccionalismo que toma forma de movimientos internos es un fenómeno de larga data, pero se ha ido consolidando con los años y ha adquirido con el voto preferencial y las primarias abiertas e internas introducidas en la reforma electoral del 2004 todo su significado. Estos “minipartidos” activados en los períodos electorales y desactivados tras estos, se conducen con prácticas *caudillescas* y personalistas propias de la dirigencia de los respectivas organizaciones; en ellos existe un líder de la corriente que representa sus intereses, no los del partido en su conjunto, de modo que los pactos y las alianzas para repartir cotas de poder en la organización, así como las luchas internas por controlar la dirigencia, protagonizan buena parte de la actividad en momentos previos y posteriores a las elecciones.

El segundo aspecto fundamental para entender la estabilidad del sistema de partidos es el clientelismo como elemento central del vínculo partido-votantes. La fortaleza de las redes clientelares del PLH y PNH en todo el país tiene raíces históricas, y ha tenido su traducción electoral en el llamado “voto por identificación partidista o de tradición familiar”, pero su mantenimiento tiene

mucho que ver con el acceso a los recursos estatales de los que han disfrutado alternativamente los dos partidos como partidos gobernantes. Así, el voto en bloque ha sido la opción mayoritaria para muchos hondureños que sin una fuerte identidad partidista votan estratégicamente al partido (y desde el 2005 al candidato) que tiene más posibilidad de ganar la elección.

Grafico 1. Ubicaciones ideológicas de los partidos hondureños (1994-2014)²



Fuente: elaboración propia a partir de PELA (Universidad de Salamanca).

Faccionalismo y clientelismo explican el por qué de la incorporación y mantenimiento de sectores sociales diversos bajo el paraguas Nacionalista o Liberal, y con ello la posibilidad de

2 Datos provenientes de la encuesta de Elites Parlamentarias de América Latina (PELA) de la Universidad de Salamanca. Pregunta: Cuando se habla de política se utilizan normalmente las expresiones izquierda y derecha. En una escala donde el 1 es la izquierda y el 10 la derecha, ¿En qué casilla colocaría Ud. a los siguientes partidos?; Sólo para diputados liberales y nacionalistas: ¿Y en qué casilla donde colocaría a su partido político?

obtener el monopolio de los recursos del Estado que facilitan la elección y re-elección legislativa y municipal. Un reparto de recursos que también ha significado pactar el control de gran parte de las instituciones estatales, limitando su independencia y autonomía, lo que ha facilitado el incremento de la corrupción. Con todo ello, podemos decir que los pocos cambios que se dieron en los partidos hondureños a lo largo de toda la etapa democrática operaron a nivel interno, pero apenas alteraron la estructura básica del sistema.

El bipartidismo hondureño ha sido, además, un sistema escasamente polarizado y con una limitada diferenciación ideológica y programática entre sus partidos. Esto ha hecho posible que los partidos se hayan nutrido de una gran diversidad de sectores sociales, sin descuidar su maquinaria clientelar. La tradicional distinción entre Liberales y Nacionalistas, evidente en los primeros años de la transición, ha ido desapareciendo con el paso del tiempo, situándose ambos en el centro derecha (gráfico 1). Es más, las diferencias pueden observarse al interior de los partidos, antes que entre ellos. Así ha ocurrido en el PLH que tendido más a la diversidad interna y donde han co-existido corrientes de centro-derecha con otras socialdemócratas. El PNH, más conservador, se ha caracterizado por una línea ideológica más definida y con menos predisposición a la fragmentación. En este caso, la renovación ideológico-programática que ha llevado a cabo el partido desde el 2007 y su aproximación a los principios del humanismo cristiano lo ha situado cada vez más próximo al PLH. Los partidos minoritarios, por su parte, no han marcado grandes diferencias en este sentido. Los pocos sectores de izquierda del país, tradicionalmente minimizada, se aglutinaron en la UD creada a inicios de los años noventa³.

3 De hecho, el reconocimiento legal de la UD fue producto de los pactos de las élites del país en el marco de la apertura que propiciaron los Acuerdos de Esquipulas. Tanto el PDCH como el PINU fueron inscritos durante la transición a la democracia.

En definitiva, estos elementos perfilaron un sistema altamente estable y muy predecible que se ha traducido en la ausencia de alternativas políticas, pero también en gobiernos Liberales o Nacionalistas muy similares, de los que no se puede destacar un gran desempeño en la resolución de los problemas del país y sí unos altísimos niveles de corrupción. La desconexión de la sociedad y con los partidos mostraba su cara electoral en los niveles cada vez más altos de abstención y en la dificultad de los dos partidos tradicionales para capturar nuevos votantes o incluso movilizar el voto *duro* en los tres últimos procesos electorales. Pero este desajuste entre la oferta política y las demandas ciudadanas constantemente incumplidas en un país con una crisis económica y social endémica, (no olvidemos que más de las dos terceras partes vive bajo el umbral de la pobreza), fue gestando un proceso irreversible de desencanto de la población y de críticas hacia el sistema y sus instituciones.

Así las cosas, y a pesar de los múltiples factores que confluyeron en la crisis política del 2009 y que la literatura ha ido documentando desde diferentes perspectivas, lo cierto es que la propuesta de la cuarta urna para escoger una nueva Asamblea Nacional Constituyente (ANC) propuesta por Manuel Zelaya, unidas a las políticas públicas desafiantes al *status quo* que puso en marcha su gobierno, activaron la ciudadanía un cuestionamiento a los modos tradicionales de hacer política, poniendo de relevancia que los partidos no habían cumplido con su función de agregación de intereses y demandas de la sociedad hondureña. Por lo tanto, podemos decir que la crisis del 2009 actuó de disparador de unos déficits de representación latentes y aceleró el desgaste del bipartidismo hondureño.

EL SISTEMA DE PARTIDOS TRAS EL 2009

La crisis política causó una división clara entre los sectores que defendieron el *status quo*, el golpe y la expulsión de Zelaya esto es, los actores políticos tradicionales, y los que estaban

a favor del cambio, inicialmente agrupados en la Resistencia, o Frente Nacional de Resistencia Popular (FRNP). El mapa político hondureño inició así su transformación y tuvo varias manifestaciones. La más inmediata fue la profunda crisis en la que se sumió el PLH. El partido no sólo perdió las elecciones del 2009, sino que además sufrió el éxodo de los cuadros más progresistas así como de numerosos simpatizantes a la Resistencia, quedando totalmente fracturado. Por su parte, el PNH logró capitalizar el descontento hacia el PLH y obtuvo los mejores resultados electorales de su historia. Así, y a pesar de que el gobierno de unidad de Porfirio Lobo estuvo muy condicionado por la gestión nacional e internacional de la crisis y sus impactos devastadores en todos los ámbitos, la fortaleza del partido adquirida tras la crisis es indiscutible. Los partidos minoritarios también sufrieron impacto inicialmente electoral aunque desigual, si comparamos los resultados de la UD y el PINU con los obtenidos por la DC (tabla 1). Sin embargo los efectos a la larga han sido considerables si tenemos en cuenta las deserciones y el abandono de simpatizantes hacia la Resistencia especialmente para la UD. En este caso, las críticas por su participación en las elecciones y posteriormente en el gobierno de Lobo ocupando cargos en la administración y en el Congreso, debilitaron su imagen de partido de izquierda.

Este contexto creó las condiciones para facilitar el proceso de inscripción de nuevos partidos por parte de la élite tradicional, tal y como aconsejó meses más tarde el Acuerdo de Cartagena⁴, pero sobre todo estimuló el apoyo de la ciudadanía crítica con los partidos tradicionales para la formación de dichas fuerzas políticas⁵. De este modo, el cambio más significativo para

4 El Acuerdo de Cartagena (2011) permitió además el regreso de Zelaya al país.

5 La creación de un partido necesita, además de los documentos relativos al programa e ideario, una estructura organizativa a nivel municipal y departamental en

el sistema de partidos fue la creación por primera vez en décadas de nuevos partidos políticos. Unos partidos que no sólo han canalizado de algún modo la polarización política y social que generó la crisis política, sino que suponen una respuesta ideológica al golpe y simbólicamente representan la defensa al cambio o la reacción al mismo que implicaría la convocatoria de una nueva ANC.

La izquierda política ha emergido con fuerza con dos formaciones que provienen del FRNP: el partido Libertad y Refundación (LIBRE) y el Frente Amplio Político Electoral en Resistencia (FAPER). LIBRE, considerado el brazo político del FRNP, encarna el cambio político pero también la conexión de los movimientos sociales y la sociedad civil con el ámbito partidista, una vinculación que había casi desaparecido en la etapa democrática. La cobertura nacional y social de LIBRE adoptada del Frente, así como su relación con los sindicatos del sector público, campesinos y estudiantes, le permitió desde el primer momento posicionarse como el actor político de mayor visibilidad. A esto se une el hecho de acoger gran número de simpatizantes de partidos tradicionales, sobre todo liberales, comenzando por el propio Zelaya que siendo coordinador del FRNP ha tenido un papel fundamental en sus acciones. Estos elementos han proporcionado a LIBRE presencia en todo el país y han facilitado su implantación. Todo ello a pesar de la diversidad interna partidista (fundamentalmente Liberal), social y gremial; una pluralidad de intereses que tomó forma de cinco movimientos internos⁶. Por su parte el FAPER, está coordinado por Andrés Pavón, dirigente del Comité Hondureño para la Defensa de los Derechos

más de la mitad de municipios del país, y la firma de un número de ciudadanos equivalente al 2% del total de votos de la última elección presidencial.

6 El Movimiento Resistencia Popular (MRP), el Movimiento 5 de Julio, Liberales en Resistencia 28 de Junio, el Pueblo Organizado en Resistencia (POR) y Fuerza Refundación Popular (FRP).

Humanos y se nutrió inicialmente de organizaciones populares y ex militantes de la UD y PLH, aunque con una menor estructuración fuera de la capital y por lo tanto menos capacidad de actuación.

En el otro lado del espectro ideológico, surgieron la Alianza Patriótica y el Partido Anticorrupción, ambos con discursos muy críticos ante los partidos políticos existentes, pero con una línea conservadora y contraria a una nueva ANC. El Partido Anticorrupción (PAC) creado por Salvador Nasralla, un reconocido periodista deportivo, personificó desde sus inicios un discurso conservador, con un programa dirigido a la lucha contra la corrupción y la regeneración de la institucionalidad del país. La Alianza Patriótica Hondureña, o La Alianza, partido creado por el general retirado Romeo Vásquez, quien fuera jefe de las FFAA en tiempos de Zelaya, fue una manifestación clara de la recuperación del espacio político que las FFAA abandonaron en los años 90.

Así las cosas, los procesos internos de noviembre del 2012 en los que se celebraron primarias abiertas y elecciones de las autoridades partidistas para aquellos partidos con movimientos internos, fueron una prueba de la fortaleza del PNH y de la capacidad de recuperación del PLH ante sus problemas internos. En ellos se definieron los candidatos presidenciales para las elecciones del 2013 pero también qué facciones se harían con el control de las respectivas organizaciones. Así, mientras que para los Nacionalistas fue el *delfín* de Lobo, Juan Orlando Hernández, el vencedor de primarias e internas mostrando cierta continuidad con el Nacionalismo más tradicionalista, para los Liberales la balanza se inclinó por Villeda Morales, proveniente del sector más conservador del partido salpicado por los hechos del 2009.

Estos procesos internos significaron además la puesta en escena del partido LIBRE, con la candidatura presidencial de la esposa de Zelaya, Xiomara Castro, arropada por todos los

movimientos internos de la organización y que individualmente resultó la más votada. Las candidaturas de LIBRE en el nivel legislativo mostraron, además, el potencial apoyo que podrían obtener en las elecciones generales, al lograr varios candidatos un mayor número de marcas que los del PLH. También se puso de manifiesto la capacidad de movilización de la maquinaria partidista del PNH que fue el partido más votado en los tres niveles electivos.

Gran parte de estas pautas se repitieron en las elecciones generales un año después, donde además se revirtió la tendencia abstencionista del país con una participación del 61%. La candidatura de Hernández del PNH logró alzarse con la presidencia, con algo más de un millón de votos. No obstante, por primera vez en su historia no fue el PLH el segundo más votado sino el nuevo actor político LIBRE. El cuarto lugar fue para la candidatura de Salvador Nasralla con el PAC (tabla 2). Los resultados en el legislativo, donde los Nacionales acumularon el mayor número de bancas, tienen sin embargo una lectura más negativa para los dos partidos tradicionales. El PNH perdió 23 diputados y el PLH 20, si se compara con el 2009, mientras que LIBRE fue la segunda fuerza más votada con 37 representantes y el PAC obtuvo 13. Con todo ello, la correlación de fuerza y los equilibrios de poder en el legislativo son novedosos para el país. El PNH y Hernández en particular tendrán que enfrentar una bancada muy disminuida, con un PLH que a pesar de estar aún debilitado puede ser la bisagra en las potenciales alianzas. Pero por primera vez en la historia, Honduras cuenta con un Congreso polarizado y fragmentado que hará complicado obtener mayorías para las necesarias reformas políticas.

TABLA 2. RESULTADOS ELECCIONES 2013

Partido	Presidenciales (% votos)	Legislativas (escaños)	Municipales (Alcaldías)
PNH	36,89	48	183
PLH	20,30	27	83
LIBRE	28,78	37	31
PAC	13,43	13	0
ALIANZA	0,20	0	0
PDC	0,17	1	1
PINU	0,14	1	0
FAPER	0,10*	0	0
UD		1	0
Total	100	128	298

*En alianza con UD. En cursiva los nuevos partidos políticos. Fuente: elaboración propia a partir de los resultados de TSE de Honduras.

Estos cambios experimentados en el sistema de partidos tras la crisis política son especialmente relevantes no tanto por el número de nuevos actores políticos, sino porque lo que representan para el futuro político del país. Los ajustes a la oferta partidista han hecho posible la incorporación de varias fuerzas políticas, siendo dos de ellas particularmente exitosas en los últimos procesos electorales: LIBRE y PAC. Todo ello hace pensar que los nuevos votantes así como los ciudadanos abstencionistas en el pasado, han confiado su voto a nuevas opciones partidistas, lo que supone una mejora en términos de la representatividad del sistema.

Con el partido LIBRE emerge la izquierda política en un país donde tuvo una presencia casi testimonial y cuyas posibilidades de influencia en la dinámica política fueron escasas. Encarna como nadie el cambio político en el país y la conexión de los movimientos sociales y la sociedad civil con el ámbito partidista,

algo que había desaparecido casi por completo. Por otro lado, el PAC, se trata de una formación conservadora, pero nacida fuera de los canales tradicionales de la política hondureña, para algunos con tintes populistas, pero con un discurso renovador y cuya actuación va a añadir diversidad al binomio Nacional-Liberal. Menos relevancia parece que tendrán los partidos minoritarios, tanto los viejos como los nuevos, siendo incluso difícil para alguno de ellos mantener su vigencia.

Ahora bien, es pronto para evaluar hasta qué punto esta nueva y diversa estampa partidista imprimirá cambios reales en la dinámica política hondureña. Es claro que tanto LIBRE como PAC son actores fundamentales que van a condicionar y mucho las acciones de gobierno de Hernández, que tendrá que consensuar una agenda común. Pero la consolidación a largo plazo de estas nuevas fuerzas dependerá de varios factores. A nivel interno, LIBRE debe lidiar con la diversidad que supone ser el enlace político de un conjunto heterogéneo de organizaciones sociales (FRNP). Mientras que el PAC, afronta el desafío de estructurar un discurso más allá de la lucha contra la corrupción, y que su líder Nasralla pueda ejercer el liderazgo necesario para manejar una inexperta bancada legislativa. Para ambos es importante que consoliden una base social, elemento crucial para estructurar a lo largo de todo el territorio sus organizaciones. En un contexto tan clientelar como el hondureño, Nacionalistas y Liberales no sólo tienen mejores vínculos con los grupos de poder, sino que también conservan una poderosa maquinaria partidista.

En cualquier caso, este contexto político y social transformado tras la crisis política del 2009 si bien no hace desaparecer los gravísimos problemas económicos, institucionales y de seguridad que deberá enfrentar el gobierno de Nacionalista de Hernández, se presenta una oportunidad única para construir un frente común y acometer las reformas políticas necesarias.

REFERENCIAS

- Ajenjo, Natalia. 2001. "Honduras". En M. Alcántara y F. Freidenberg (eds). *Partidos Políticos en América Latina: Centroamérica, México y República Dominicana*. Salamanca: Ediciones Universidad.
- Cálix, Álvaro. 2010. "Honduras: De la crisis política al surgimiento de un nuevo actor social". *Nueva Sociedad*, núm. 226: 34-51.
- Otero Felipe, Patricia. 2013. "El sistema de partidos de Honduras tras la crisis política del 2009: ¿el fin del bipartidismo?", *Colombia Internacional*. Núm.79, diciembre.
- Salomón, Leticia. 2004. *Democracia y Partidos Políticos en Honduras*. Tegucigalpa: CEDOH.
- Taylor-Robinson, Michelle. 2010. *Do the Poor Count? Democratic Institutions and Accountability in a Context of Poverty*. Pennsylvania State University.

Patricia Otero Felipe es Profesora Ayudante Doctor de Ciencia Política en la Universidad de Burgos (España). Es doctora en Ciencia Política por la Universidad de Salamanca, donde también obtuvo el Máster en Estudios Latinoamericanos. Anteriormente ha sido investigadora postdoctoral del Ministerio de Educación (adscrita a la Fundación Española para la Ciencia y la Tecnología), profesora Ayudante y becaria de Formación del Personal Investigador en la Universidad de Salamanca. Ha sido *visiting scholar* en los Departamentos de Ciencia Política de la Universidad de Carolina del Norte en Chapel Hill y de la Universidad de Pittsburgh (Estados Unidos). Sus líneas de investigación se centran en la política comparada, concretamente en el estudio de los partidos y sistemas de partidos, el comportamiento político y los procesos de representación política. Con esta temática es autora de diferentes capítulos en libros y artículos publicados en *Revista Española de Ciencia Política*, *Política y Gobierno*, y *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, entre otras.

PARTIDO LIBRE: FIN AL BIPARTIDISMO Y ¿AHORA QUÉ?

Mariela Pinza
(marielapinza@hotmail.com)

Este ensayo lo escribimos al calor de sucesos políticos de gran importancia en Centroamérica, que incluyen la antesala de las elecciones en El Salvador y Costa Rica, y que tiene como eje principal un breve análisis sobre el reciente proceso electoral fraudulento ocurrido en Honduras.

El sistema democrático liberal impone sus reglas, como un juego de ajedrez y como cualquier régimen pone en relación estructuras y sujetos/actores en la construcción de hegemonía. Pero, a pesar de tener las mismas reglas, el juego de la democracia electoral no se juega de la misma manera en todos los países de la región ya que dependen del grado de fuerza que opongan las oligarquías locales y sus vínculos a nivel trasnacional.

Es preciso hacer un poco de historia política reciente de Honduras para dar cuenta de un proceso electoral fraudulento que ubicó al Partido Libre en otro espacio del tablero y con otro marco de acción al disputado en su surgimiento, presentándole otros desafíos en un campo de incidencia diferente al de las calles o el Ejecutivo como es el Poder Legislativo.

El golpe de Estado que tuvo que afrontar el presidente Juan Manuel Zelaya en el año 2009 puso en tela de juicio, nuevamente para la región, qué clase de régimen democrático es posible consolidar con aquellos grupos de poder que se resisten a la profundización de la participación política y activa de la ciudadanía. La clase política y empresaria nacional e internacional (con el rol preponderante del embajador de Estados Unidos en Hon-

duras) que se encontraba representada en el Congreso por los partidos políticos constituidos históricamente en dos fuerzas elitistas, que se alternaban en el poder, reaccionaron frente a la posibilidad de una consulta popular. El objetivo de esta consulta era sondear al pueblo en relación a la presencia de una cuarta urna en las elecciones presidenciales, de diputados y alcaldes del mes de noviembre para que den su opinión sobre la eventual reforma de la Constitución.

Si analizamos transversalmente los actores que apoyaron este “Golpe” se puede vislumbrar los distintos intereses que persiguieron los grupos detrás de este acontecimiento. Intereses que parten de ser netamente políticos como los generados por la falta de apoyo de Manuel Zelaya al candidato por el Partido Liberal. Pero también, intereses en el plano económico que aglutinaban a los sectores empresariales como el Consejo Hondureño de la Empresa Privada (COHEP) y la Asociación Nacional de Industriales (ANDI). Ambos descontentos y desafiantes, en esa oportunidad, por la decisión presidencial de aumentar unilateralmente el salario mínimo a pesar de la negativa por parte de estos sectores. Esta división en intereses es meramente formal porque la consolidación del poder político se vuelve único – aunque complejo - y capaz de expresarse no sólo organizando la oposición al gobierno, sino también, reaccionando violentamente al constatar que las relaciones sociales que perpetuaban su *statu quo* podían ser afectadas por las medidas impulsadas por el presidente Zelaya. Sin embargo, no eran nuevas para ellos: desde el año 2008 – con más fuerza- el gobierno llevó adelante algunas medidas económicas para el mejoramiento de los sectores más vulnerados que ya alertaron a los sectores dominantes. En el plano internacional el movimiento fue brusco: ingresando a Petrocaribe y firmando con Venezuela un acuerdo donde este país (en el marco de la Revolución Bolivariana) pasaría a venderle hidrocarburos considerando condiciones espe-

ciales de pago. Y ese mismo año, Honduras adhiere al ALBA dando cuenta de cuáles eran los intereses que estaría dispuesto a defender ese Poder Ejecutivo.

Tras el Golpe de Estado, lo que continuó fue la expulsión ilegal del país del presidente y la persecución y hasta en algunos casos, el asesinato de dirigentes y líderes sociales. Como respuesta a este hecho violento por parte de la elite hondureña con el apoyo de Estados Unidos, el movimiento popular tomó las calles y reclamó por el paradero del Presidente Manuel Zelaya que hasta entonces se encontraba secuestrado y sin conocerse su lugar de su detención.

LA RESISTENCIA COMO MOVIMIENTO EN LAS CALLES:

En este movimiento, se fue conformando el Frente Nacional de Resistencia Popular, en el que se encontraron y coordinaron acciones varias organizaciones políticas y sociales que reclamaban saber sobre el paradero del presidente y que cuestionaban el procedimiento irregular sobre la institucionalidad del Estado hondureño. En un principio, se pronunciaron solicitando la salida del pueblo en contra del golpe de forma pacífica y denunciando cuáles eran las fuerzas del choque que debían enfrentar en cada movilización: militares, ex-militares del ejército nacional y la policía nacional. Entre las primeras consignas se exclamaba el no reconocimiento del nuevo presidente de facto, Roberto Micheletti, y se denunciaba la violación a la libertad de expresión por parte de los "nuevos"/viejos integrantes del gobierno.

En este momento las características de la embestida por parte de la oligarquía hondureña ya dejaba entrever las formas que oscilaban entre las nuevas y viejas puestas en escena de un golpe de Estado encabezado por sectores civiles con el apoyo del poder Legislativo y Judicial. El rol de las Fuerzas Armadas no se hizo esperar, siendo los protagonistas al momento de la destitución y exclusión del presidente Zelaya, como también, en

la represión que desplegaba sus armas en las calles. Este episodio incorporó el cierre de medios de comunicación, y la persecución violenta a periodistas -sobre todo de las emisoras cerradas- que apoyaban al Frente y que se manifestaban en contra del golpe.

El golpe ya estaba en pie y en proceso en pos de “proteger la democracia” evitando la “concentración” y la “perpetuación” en el poder del ex Presidente Mel Zelaya y a favor de los intereses de siempre: las elites hegemónicas hondureñas.

Desde el Frente Nacional de Resistencia Popular (FNRP) se comenzó a trabajar políticamente por la refundación del país. Sus acciones se dirigían apuntando a la constitución de una Asamblea Nacional Constituyente y a exigir las garantías para el regreso de Manuel Zelaya. Ambas reivindicaciones se propusieron desde un posicionamiento político clave que fue el enfrentamiento popular con las formas autoritarias que se aplicaban coactivamente como consecuencia del golpe institucional y con la idea de generar los canales de participación para la consolidación de una democracia más participativa, dejando en evidencia la falta de legitimidad del nuevo gobierno que asumió la administración del Estado.

Una vez en el país, Manuel Zelaya, continuó con su tarea política como uno de los líderes intelectuales de este Frente que proponía la resistencia por la vía pacífica, pero que pronto daría un giro saliendo de un lugar de resistencia para pasar a construir una alternativa partidaria en el campo del que fue expulsado, y asumiendo la coordinación del Partido Libre.

DE LA RESISTENCIA A LAS URNAS

En el año 2010, en una de las Asambleas Nacionales del Frente se decidió que el Partido Libertad y Refundación (LIBRE) fuera su continuación en el plano electoral, apostando así por la alteración del juego electoral bipartidista de Honduras. Y aquí se

puede desprender un primer nivel de análisis: la incorporación de este Partido instala una nueva disputa no sólo de electores sino de sentidos sobre algunos postulados que son representativos de los movimientos sociales que constituyen el FNRP. Frente que en un primer momento se centró con sus consignas y acciones desde un marco de resistencia a las fuerzas y al abuso por parte de las instituciones represivas del Estado, pero que al pasar el tiempo se tornan un programa político donde se refuerzan las ideas de construcción popular desde las bases, defensa de la soberanía, y el compromiso de luchar contra las medidas que se enmarcan en un modelo económico y social neoliberal, aún vigentes en el país. Esta línea política, tiene un principio de posibilidad donde vislumbra su razón de ser y es la relación con las profundas transformaciones realizadas por otros gobiernos en otros países de la región, me refiero específicamente a Venezuela con el proceso de la revolución bolivariana. Hugo Chávez mostró públicamente en más de un discurso y en diversas intervenciones el rechazo a la destitución de Zelaya denunciando el rol preponderante de Estados Unidos en esta nueva embestida de los sectores de la derecha y explicitando que detrás de los principios del régimen democrático de ese país se apoyan y sostienen estas clases de acciones desestabilizadoras de aquellas democracias de la región, a las que pretende proteger y garantizar.

En esta nueva configuración de sistema de partidos en Honduras el ex presidente, en su rol de coordinador del PARTIDO LIBRE (Libertad y Refundación), comienza a fortalecer la figura de una mujer que centrará la mirada del nuevo orden político pre electoral: Xiomara Castro.

Durante el gobierno derrocado, Xiomara Castro supo trascender sus funciones de primera dama cumpliendo tareas en las áreas vinculadas a la acción social llegando a formar parte del Gabinete Social de la presidencia. Pero, también fue la

mujer que resistió en la Embajada de Brasil en Tegucigalpa la persecución que el gobierno destituyente realizó sobre la sede diplomática. En el año 2010, ambos se exilian en República Dominicana y ella asume las actividades relacionadas a la visibilización en el exterior del incumplimiento en garantizar los derechos humanos en Honduras, tras el golpe. Participando en distintos simposios y conversatorios sobre Derechos Humanos y temas vinculados a la situación de exilio, defendiendo siempre la necesidad de un nuevo pacto social y una Asamblea Nacional Constituyente para aquel país.

EL PARTIDO LIBRE se presentó con consignas que no sólo se transformaron en una alternativa socialista democrática con propuestas de cambios estructurales en cuanto a la economía y recursos simbólicos bajo dos pilares fuertes como la equidad y justicia, sino que en estos comicios se enfrentaron dos propuestas de país y patria: por un lado, la que aglutinaba al Partido Nacional y Liberal que abogaban por una mayor militarización de la sociedad, lucha contra la corrupción y la transparencia en la gestión estatal. Y por el otro, una línea política que se enmarca en un proyecto Latinoamericano de unidad para la lucha contra la pobreza, de reconciliación del pueblo y de refundación de la patria bajo un nuevo pacto social donde se reformen estructuras claves como la educación, renegociación de los términos de la deuda externa, conciliación entre todos los sectores de la economía y, sobre todo, generar las condiciones para la garantía de una democracia participativa. Ahí se encuentra el Partido Libre, el cual surge de organizaciones que continúan disputando sentidos sobre la política nacional y que encontraron apoyo de gobiernos como Brasil y Ecuador. Este partido, con Xiomara Castro, como candidata a la presidencia, pero con Zelaya en la organización y coordinación, se mostró como la posibilidad de profundizar y efectivizar aquello que en el año 2009 fue interrumpido forzosamente. Pero, cuatro años más tarde, el apoyo

popular era otro. El golpe movilizó a sectores como los jóvenes, que no detuvieron sus niveles de organización a pesar de las persecuciones y la ininterrumpida violencia que incluyó asesinatos de militantes sociales y periodistas afines al partido.

Presentarse a las elecciones presidenciales significó romper el bipartidismo poniendo a jugar otras variables de participación política con otras propuestas que interpelaban a sectores más amplios de la sociedad. Sectores que, cuatro años atrás, se habían movilizado a partir del golpe de Estado y que encontraban (no de forma lineal) un espacio de participación y protagonismo en esa disputa de poder que hasta el momento había tenido como actores principales y únicos a las elites enquistadas en el aparato del Estado. La pregunta que sigue es si los sectores concentrados de poder, que detentan el uso de las instituciones que definen al sistema democrático liberal, estaban (y están) dispuestos a permitir el ascenso de este Partido como fuerza progresista; habilitando los mecanismos para poder canalizar - desde la transparencia- como requisito de elecciones justas y legítimas, la voluntad de un pueblo.

Hacia el mes de noviembre de 2012, el Partido Libre gana las elecciones primarias con la obtención de más de 500 mil votos con altos niveles de participación por parte de la ciudadanía hondureña. Ocho meses después, en septiembre del año 2013 las encuestas arrojaban un resultado alentador para esta fuerza en vistas a las elecciones generales: un empate técnico entre Xiomara Castro y Juan Hernández, representante del Partido Nacional. El panorama pre electoral se caracterizó por la “preocupación” por parte de representantes de Estados Unidos en Honduras expresando la alerta por el aumento de la violencia en Honduras, y pidiendo que las elecciones previstas en ese país el próximo mes sean “libres y justas”. Esta intervención no fue más que una estrategia política de camuflaje detrás de conceptos como “garantía de las elecciones” y “transparencia de

los comicios” para continuar ejerciendo su hegemonía sobre el territorio hondureño.

SEGUNDO GOLPE, CAMBIO DE FORMAS NO DE CONTENIDO. NO TODO ESTÁ PERDIDO.

24 de noviembre de 2013: los comicios pudieron llevarse a cabo, pero... ¿Quién legitima las reglas democráticas? Con este fraude electoral o “golpe en las urnas” (como bien supieron titular distintos medios a los artículos sobre este hecho) se evidencia que la relación de la democracia con las instituciones que las deberían consolidar no es una identificación automática ni una relación directa, ni “se puede jugar limpio” en su campo aun habiendo leído las reglas antes de comenzar el juego. Y en este sentido, recuperamos el aporte de Laclau cuando en uno de sus análisis distingue entre las instituciones e instituciones democráticas, siempre en el marco del sistema capitalista y, dentro del liberalismo y me animo agregar en el marco del neoliberalismo. Se puede comprender de esta manera, y esto es lo que sucede en Honduras, que existen estructuras de institucionalismo liberal que no tienen elementos democráticos, siendo dos experiencias distintas el liberalismo y la democracia. Si bien el autor se refiere a esta distinción para los regímenes liberales latinoamericanos de principio de siglo, los fraudes electorales y éste, en particular, por el proceso autoritario que lo precede, es un retroceso en este aspecto y acentúa con fuerza la escisión de ambas experiencias.

Las condiciones de posibilidad para que se pueda dar un proceso electoral “limpio” y transparente, frente a prácticas de un juego democrático a medias, disminuyeron las garantías. No alcanzaron las denuncias de los veedores y observadores internacionales que fueron parte del control al momento del sufragio, como tampoco favorecieron a esas condiciones de posibilidad un Tribunal Supremo Electoral conformado por miembros que fueron parte del golpe de Estado y que representan, aun hoy,

los intereses del Partido Nacional, el partido “ganador”. El fraude se tradujo en varios niveles y hubo trampa en el juego de la democracia ... sus reglas fueron forzadas. No hay democracia representativa posible si hay fraude: el gobierno del Partido Nacional continuará gobernando con una legitimidad a medias. Y, en este repartir parlamentario, los y las representantes del Partido Libre tratarán de traccionar siendo parte de la primer oposición gubernamental (con 37 legisladores) pero sobre todo, deberá fortalecerse como partido político representante de una opción progresista para Honduras y la región. El campo parlamentario que habilita el mismo régimen, es la opción que tiene y el reto que asume de construir esa alternativa y de poder legislar a favor de los sectores sociales más vulnerados del pueblo, que hoy se encuentran más organizados, en las calles y lejos de las elites gobernantes de sus pactos y de sus trampas. Tal vez ahí resida la clave de cambios futuros en la correlación de fuerzas.

Mariela Pinza es estudiante de Sociología en la Universidad de Buenos Aires. Integra del grupo de estudios sobre Centroamérica del Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC) de la Facultad de Ciencias Sociales - Universidad de Buenos Aires.

LA POLITIZACIÓN DE LA DIVERSIDAD Y LA CONSTRUCCIÓN DE UN NUEVO “ENEMIGO INTERNO”

Kristina Pirker
(kristina_pirker@yahoo.com.mx)

No cabe duda que el movimiento de resistencia que surgió en respuesta al golpe militar de junio de 2009 cambió profundamente el paisaje político de Honduras. Los cambios más visibles se han dado en el ámbito de los actores políticos: Por una parte, con la formación del Frente Nacional de Resistencia Popular (FNRP) surgió una nueva organización que logró agrupar en su interior un conjunto heterogéneo de actores sociales y sectoriales las cuales a partir de rechazar el rol de las Fuerzas Armadas como árbitros del sistema político y los gobiernos formados después del golpe (de Roberto Micheletti y posteriormente Porfirio Lobo), han insistido en la necesidad de refundar el país y sus instituciones a través de una nueva Constituyente. Por otra parte, el partido Libertad y Refundación (Libre) fundado para construir una vía de acceso al gobierno y las instituciones estatales, si bien no triunfó en las elecciones presidenciales de noviembre de 2013, logró romper el histórico bipartidismo del Partido Liberal y Partido Nacional, y permitió que Manuel Zelaya regresara al terreno de la política institucional como coordinador del ahora principal partido de oposición y jefe de bancada en el Congreso Nacional.

Los cambios en el ámbito de las prácticas políticas y los imaginarios han sido menos visibles, pero suficientes para profundizar un autoritarismo social que apoya soluciones autori-

tarias, la estigmatización de los adversarios políticos y la criminalización de la protesta social. El uso de los estereotipos como arma de descalificación política se notó a lo largo de la campaña electoral en los intentos por poner en duda las capacidades de Xiomara Castro, candidata presidencial de Libre y esposa de Manuel Zelaya, de poder gobernar el país. Después de la jornada electoral, al declararse ganadora de los comicios de manera anticipada y denunciar el fraude llevado a cabo en su contra, pero sin recibir apoyo internacional para esta denuncia, su figura pasó a un segundo plano, al menos para la percepción de observadores externos. Esta situación parece confirmar los prejuicios ampliamente difundidos por los adversarios políticos de Zelaya que se trataba “sólo” de una lugarteniente, parte de la estrategia de Manuel Zelaya para ejercer el poder y resolver los impedimentos legales para re-elegirse como presidente. Esta lectura olvida, sin embargo, los antecedentes en Centroamérica de mujeres que iniciaron sus carreras políticas a partir de sus vínculos familiares –siendo esposas, hijas o viudas de políticos importantes- y aprovechando los estereotipos respecto al papel adecuado de la mujer en la vida pública como continuadoras de un legado político familiar.

Casos ejemplares para estas trayectorias son Violeta Barrios de Chamorro, viuda del periodista y político nicaragüense Pedro Joaquín Chamorro y presidenta nicaragüense entre 1990 y 1996, Rosario Murillo, esposa del actual presidente de Nicaragua Daniel Ortega y protagonista de muchos de los cambios organizativos e institucionales que ha experimentado Nicaragua desde el 2006, y en Honduras Patricia Rodas, hija del líder liberal Modesto Rodas Alvarado y canciller durante la presidencia de Manuel Zelaya, quien lo acercó al proyecto político de Hugo Chávez y Daniel Ortega. Por lo pronto en las movilizaciones de Libre para denunciar el fraude, Xiomara Castro aparece como la presidenta despojada de su triunfo electoral y una figura que

podría unificar en el futuro las fuerzas de Libre y el FNRP, ahora cada vez más distanciados en sus estrategias de participación política y formas de lucha.

LA VISIBILIZACIÓN DE LAS DIFERENCIAS

La trayectoria política de Xiomara Castro refleja en mucho las posibilidades reales de las mujeres hondureñas para acceder a los espacios de toma de decisiones, la importancia que siguen jugando redes familiares para superar las barreras de género, así como los estereotipos sobre mujeres y la política que siguen jugando un papel importante dentro de las organizaciones partidistas y el espacio público. En este sentido, la supuesta “normalización” de la institucionalidad política del país a través de ya dos procesos electorales con resultados avalados por la comunidad internacional, se esconden los intentos por cerrar los pocos espacios de participación y reconocimiento de grupos históricamente excluidos por las instancias gubernamentales. Un ejemplo es el retroceso en la representación de mujeres en las instancias formales del sistema político, específicamente en el Poder Legislativo. Aunque la Ley Electoral y de las Organizaciones Políticas establece desde el 2004 una cuota de 40% de mujeres en las candidaturas a puestos de elección popular y en las direcciones de las organizaciones partidistas, la presencia de mujeres en el Poder Legislativo descendió entre el 2005 y 2009 de 24,2% a 19,5%, como consecuencia directa del golpe militar que produjo la renuncia de muchos candidatos que cuestionaban la legitimidad y transparencia del proceso electoral. Así mismo muchas organizaciones civiles cuyas actividades se habían enfocado en la incidencia en el Poder Legislativo para impulsar cambios en la legislación y las políticas públicas se alejaron después del golpe, y reorientaron sus estrategias de acción hacia el trabajo con organizaciones de base (IFES, 2013:8).

Pero más allá de la política institucional, hay otros casos que permiten ejemplificar las múltiples maneras por medio de las cuales el movimiento de resistencia contribuyó a la modernización del escenario político hondureño por medio de la visibilización y politización de demandas de grupos históricamente marginados. Como el movimiento de resistencia agrupó no sólo a movimientos sectoriales –pobladores, campesinos, trabajadores, etcétera- y a representantes de las tradicionales organizaciones de la izquierda hondureña, sino también a una amplia gama de actores que empezaron a vincular sus luchas por el reconocimiento y la no discriminación con la exigencia de construir una nación y unas instituciones políticas más incluyentes, democráticas y participativas. Casos emblemáticos son tanto las Feministas en resistencia que acuñaron la consigna “¡Ni golpes de Estado, ni golpes a mujeres!”, como grupos provenientes de la comunidad LGTB (lésbico-gay-transgénero-bisexual) que formaron el Movimiento de Diversidad en Resistencia y plantean la necesaria unificación de las luchas por una sociedad justa y solidaria con las luchas en contra de todas las formas de discriminación.

Por otra parte, desde sus propias e históricas luchas por la autonomía indígena, el reconocimiento a sus autoridades y el respeto a los derechos culturales de los pueblos originarios, las organizaciones indígenas, garífunas y negras también han apoyado las demandas planteadas por la Resistencia respecto a la necesaria refundación de la nación, al mismo tiempo que cuestionan la invisibilización de sus luchas y demandas dentro del FNRP y Libre. En otras palabras, a lo largo de cinco años el movimiento de resistencia como un actor de múltiples “caras” que permitieron visibilizar en el espacio público la diversidad social, cultural e identitaria de la sociedad hondureña, orientando los múltiples agravios y demandas en torno a la demanda común por la refundación nacional.

LA DERECHA CONTRAATAACA

La politización de las luchas por el reconocimiento y el respeto a la diversidad –definiendo politización como superación de las dimensiones particularistas y culturalistas de las luchas en contra de la discriminación para ubicar algunas de sus raíces en los factores estructurales de exclusión social y política que caracterizan la sociedad hondureña– produjo respuestas violentas por parte de los segmentos más reaccionarios de la derecha hondureña protegidos por la condescendencia e incluso complicidad de las autoridades: Así, por ejemplo, después del golpe militar incrementó de manera significativa el número de muertes violentas de miembros y activistas de la comunidad LGBT: solamente entre enero de 2010 y mayo de 2012 fueron asesinados 101 personas, varios de las cuales combinaban el activismo en el movimiento LGTB con la militancia en el movimiento de resistencia.¹ Casos emblemáticos fueron tanto el asesinato de Walter Tróchez (diciembre de 2009), reconocido activista gay y militante de la Resistencia, como el de Erick Martínez (mayo de 2012), dirigente del Movimiento de Diversidad en Resistencia, periodista y candidato a diputado para el partido Libre, nombrado por las Mesas de Diversidad sexual. En otras palabras, estos asesinatos combinaron dos patrones de violencia: el crimen de odio homofóbico y el asesinato por motivos ideológicos con la finalidad de inspirar miedo y desmovilizar a una comunidad relativamente pequeña, claramente identificable y muy vulnerable. Adrienne Pine, especialista en violencia política y social en Honduras, caracterizó este patrón de la siguiente manera. “[Walter Tró-

1 El documental “En mis tacones”, del director y activista Fernando Reyes, realizado en 2010, describe la situación de violencia sufrida por la comunidad LGTB en Honduras después del golpe de Estado. Véase en youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=QwwPpilv2rg>

chez] era peligroso para el régimen, no por ser gay, pero seguramente pensaron que podían matarlo porque a la gente no le iba a importar, porque [él] era gay.” (FNRP, 2010)

Esta represión directa de las disidencias ha sido acompañada por iniciativas orientadas a reformar el entramado institucional y hacer retroceder los pocos cambios legales que el Estado hondureño se vio obligado a implementar para reparar la imagen deteriorada de Honduras en materia de derechos humanos. Así, por ejemplo, en respuesta a las presiones de la Confraternidad Evangélica de Honduras de limitar nuevamente el alcance del recientemente reformado Artículo 321 del Código Penal que pone bajo castigo a todas las formas de discriminación, el Congreso Nacional convocó una Comisión para estudiar si en su formulación actual, dicho Artículo no violaba el derecho a la expresión. La comisión se formó después de que el pastor evangélico Evelio Reyes, quien había llamado a no votar por candidatas lesbianas o gays, fue denunciado y condenado por discriminación.

En una entrevista posterior, en la cual el pastor afirmó su condena a la homosexualidad, estableció también de manera unívoca el vínculo entre identidad política y orientaciones sexuales al señalar que “...ellos no están solamente buscando no ser discriminados, sino que ellos están buscando cambiar nuestra Constitución. Quiero subrayar que nuestra Constitución recoge los dichos de Dios en relación al matrimonio, la familia, el valor del individuo, el papel del Estado, el derecho que tienen los padres de familia a decidir sobre la educación de los hijos; estos aspectos hacen que nuestra Constitución deba ser cuidada con celo y me preocupan aquellos partidos políticos y grupos que están proponiendo una Constituyente y una nueva Constitución.” (El Heraldó, 28 de julio de 2013).

LAS NUEVAS Y VIEJAS FORMAS DE LA VIOLENCIA POLÍTICA

Las relativamente “novedosas”, pero aún difusas formas de violencia política que acompañan los intentos por limitar la interpretación de los derechos humanos, se combinan en la actualidad con los patrones históricos del uso de la fuerza, la intimidación y la criminalización de la protesta social en ámbitos locales y sectoriales. Por ejemplo, en el contexto de los conflictos entre trabajadores agrícolas por acceder a tierras en el Valle de Sula y empresas multinacionales azucareras como AZUNOSA en el 2013, los desalojos violentos de los campesinos llevados a cabo por miembros de las Fuerzas Armadas y policías, fueron acompañados por detenciones arbitrarias de activistas y dirigentes de organizaciones campesinas (fue el caso de la dirigente Magdalena Morales de la Central Nacional de Trabajadores del Campo (CNTC)) y asesinatos de activistas (como aconteció con Felix Correa, atropellado por un coche de la empresa AZUNOSA). En septiembre de 2013 se dictó prisión provisional a la líder del Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras (COPINH), Berta Cáceres, por supuesta posesión de armas de fuego. Su detención se enmarca en la confrontación entre la empresa hidroeléctrica DESA (representante de capital chino y hondureño) y la COPINH, esta última que actúa en defensa del territorio del pueblo Lenca y busca impedir la realización de un megaproyecto hidroeléctrico en la cuenca de Río San Juan. En ambos conflictos se observa un conflicto entre la lógica estatal de priorizar las inversiones privadas (extranjeras y nacionales) en el territorio nacional en desmedro de los derechos de la población local de acceder a tierras para asegurar su subsistencia, así como proteger el agua y sus territorios ancestrales.

Si bien en ambos casos, las campañas internacionales de solidaridad y las gestiones legales hicieron que se levantaran las acusaciones en contra de las dirigentes sociales, los casos

evidencian la estrategia de criminalización de la protesta colectiva seguida por el Estado hondureño, poderes fácticos y actores conservadores de este país. En este sentido, llama la atención que varias de estas operaciones escondan su anticomunismo a partir de resignificar los elementos con los cuales se construye una figura política como la del enemigo interno. Es decir, se ataca a las disidencias no sólo por razones políticas sino también con base en prejuicios y estigmas sociales en contra de las marcas identitarias a través de las cuales los diversos segmentos que integran la heterogénea oposición han logrado expresarse y organizarse.

Para el sociólogo hondureño Roque Castro Suárez la actual sociedad hondureña está atravesada por una línea divisoria entre los que apoyaron el golpe o se manifestaron en su contra, lo cual ha convertido a la Resistencia política *también* en una identidad (2012: 68), es decir un lugar de pertenencia grupal. Como se desprende de este artículo, hablamos de una identidad heterogénea y plural que –precisamente por esta diversidad- ha despertado las fobias más profundas del conservadurismo social y político hondureño centrado en un imaginario de homogeneidad. Al combinar la homofobia y el sexismo con el racismo y el clasismo, el anticomunismo de antaño parece haber encontrado en los promotores de una nueva Constitución a su nuevo “enemigo interno”.

BIBLIOGRAFÍA:

Castro Suárez, Roque (2012). “El golpe en Honduras: Ofensiva conservadora y resistencia”, *Bajo el Volcán. Revista del Posgrado de Sociología*, BUAP, Año 11, No.17, septiembre 2011-febrero 2012, pp. 43-74.

FNRP (2010). El asesinato de Walter Tróchez desveló la ho-

mofobia como elemento político del golpe de Estado, *Frente Nacional de Resistencia Popular*, 19 de junio, disponible en línea: http://www.resistenciahonduras.net/index.php?option=com_content&view=article&id=407:el-asesinato-de-walter-trochez-desvelo-la-homofobia-como-elemento-politico-del-golpe-de-estado&catid=60:derechos-humanos&Itemid=244 (consultado el 31 de enero de 2014)

(2013). “Evelio Reyes: ‘Estas conductas no tienen la aprobación de dios’”, *El Heraldo*, Honduras, 28 de julio, disponible en línea <http://www.elheraldo.hn/Secciones-Principales/Pais/Estas-conductas-no-tienen-aprobacion-de-Dios> (consultado el 30 de enero de 2014)

IFES (2013). La participación política de las mujeres en Honduras, Agosto, disponible en línea <http://www.ifes.org/~media/Files/Publications/Reports/2013/WomensPoliticalParticipationinHonduras.pdf> (consultado el 31 de enero de 2014)

Kristina Pirker es doctora en Estudios Latinoamericanos por la Universidad Nacional Autónoma de México; Magistra en Sociología por la Universidad de Viena (Austria). Actualmente es docente en el Colegio de Estudios Latinoamericanos de la UNAM y la Licenciatura en Historia del Instituto Mora.

¿DEMOCRACIA PARA LA SEGURIDAD DE QUIÉNES?

Silvina M. Romano
(silvinamcelesteste@gmail.com)

Desde el golpe de Estado a Manuel Zelaya en 2009, Honduras se ha transformado en el epicentro de la lucha contra el “crimen organizado” en Centroamérica, bajo el liderazgo del Comando Sur estadounidense. Esto no se reduce a la aplicación de políticas tendientes a la militarización (lo que incide en el recorte/anulación de los derechos y prácticas democráticas), sino que se trata del correlato de medidas económicas tendientes a profundizar el patrón primario-exportador y dependiente de Honduras, con las ya conocidas consecuencias para la mayoría de la población que vive en la pobreza.

LA RE MILITARIZACIÓN DE HONDURAS

La campaña electoral de Juan Orlando Hernández, actual presidente de Honduras se basó en una “receta para acabar con la delincuencia: sacar los militares a la calle” (América Economía, 25 noviembre 2013).

Lo anterior no solo hace visible la continuidad de la militarización en la región, sino que es sugerente que este tipo de frases sean publicadas en espacios de información para “empresarios”, como América Economía. De modo que se trata sin dudas de la promoción de la idea de que Honduras se “pondrá serio” en asuntos de seguridad, para garantizar la inversión y

mantener una cierta estabilidad. Por otra parte, esta re militarización requiere de infraestructura y recursos, que están por cierto asociados al lanzamiento del Acuerdo para la Seguridad de Centroamérica (CARSI por sus siglas en inglés), orquestado por el gobierno estadounidense.

Según la información brindada por el Departamento de Estado estadounidense, el CARSI plantea como el primero de sus objetivos de “seguridad ciudadana” generar “Calles seguras” (Departamento de Estado de Estados Unidos, 2013). Seguridad que puede incluir el recorte de los derechos constitucionales y la justicia (ver: Romano, 2012). Para brindar un solo ejemplo, vale señalar que la candidata a presidente por el partido Libre en las elecciones de noviembre de 2013, Xiomara Castro, no solo se “quejó” de las prácticas fraudulentas, sino que llevó la denuncia a la justicia por los medios institucionales disponibles, actitud que es percibida por la prensa internacional (del *establishment*) como una acción que podría llevar a la “inestabilidad política” (Phillips y Malkin, 30 noviembre 2013). Es decir, todo aquello que en algún momento se asoció a la democracia, ahora es anulado en nombre de la “paz” o la “pacificación”.

Para contrarrestar este tipo de amenazas a la “estabilidad” está el Comando Sur como eslabón fundamental de la lucha contra el “narcotráfico”, operando a través de planes como la “operación martillo”, que según sus líderes -y a pesar de recortes presupuestarios- “continuará indefinidamente en Honduras y en toda el área. No vamos a detenernos en este esfuerzo por erradicar el narcotráfico” (La Prensa.hn, 10 septiembre 2013). Todo vale en una guerra contra un enemigo interno/transnacional de una ambigüedad y un alcance inconmensurable: El jefe de operaciones de la Fuerza de Tarea Conjunta Interagencial-Sur de los Estados Unidos dijo que si tuviera los recursos, no dudaría en utilizar vehículos aéreos no tripulados (drones) para apoyar a las autoridades hondureñas en el combate conjunto que

libran contra el narcotráfico (La Prensa.hn, 4 septiembre 2013).

El nivel de injerencia en la soberanía (no solo de Honduras sino de Centroamérica) es alarmante, sobre todo si consideramos el rol histórico que ha tenido Estados Unidos en asuntos de "seguridad", al menos desde la Guerra Fría. Además, no se trata solo de eso, sino que esta lucha conjunta contra el narcotráfico sirve como plataforma para influenciar en la toma de decisión de cualquier otro ámbito, tarea muy bien llevada a cabo (aunque sea absolutamente ilegal) por los miembros de la embajada estadounidense en Honduras.

En las últimas elecciones, el rol de los diplomáticos en la definición de los resultados, es inocultable. Según un periodista de *The Guardian*, "El interés más importante proviene de Washington, que invirtió más de 11 millones de dólares, y quiere legitimar a su aliado, el Partido Nacional, tal como lo hizo, de modo aún más descarado en las elecciones ilegítimas que se llevaron a cabo hace cuatro años luego del golpe militar" (Weisbrot, 3 diciembre 2013). Como siempre, estas acciones fueron "legalizadas" por la OEA que aprobó el resultado de las elecciones de noviembre, consagrando su "destino manifiesto" de estar incondicionalmente al servicio de la política exterior estadounidense y las elites locales (ver: Romano, 2013).

LA INTERVENCIÓN PARA EL "DESARROLLO" (DE LA INVERSIÓN PRIVADA QUE PROFUNDIZA LA DEPENDENCIA)

La plataforma de la lucha contra el narcotráfico, como decíamos, abre el abanico de oportunidades para intervenir desde lo militar hasta las reformas y elaboración de leyes (reforma fiscal, ley de minería, etc.), incluyendo un aspecto fundamental, que es la "asistencia para el desarrollo". La Agencia Internacional para el Desarrollo (USAID) es la que se encarga de que funcione lo que sería el "cuarto pilar" del CARSÍ (si hacemos un paralelismo

con la Iniciativa Mérida). Así, en los lineamientos de este organismo se conjuga claramente una idea particular de desarrollo (dependiente) con un paradigma de seguridad articulado en torno al softpower (poder blando, que incluye: asistencia, manejo de medios de comunicación, programas de capacitación e intercambio, etc.), poder que en los hechos descansa en la fuerza militar: “La USAID busca construir una mayor cohesión social, reforzar la gobernanza local, mejorar la infraestructura física y social, y educar y empoderar a los jóvenes para enfrentar los problemas que los llevan a involucrarse en actividades criminales” (USAID Honduras, 2013).

Los intereses de fondo del discurso de la (in)seguridad no difieren de las premisas de la “división internacional del trabajo” de principios de siglo XX, pues buscan la consolidación de la posición de Honduras en el mercado internacional como primario-exportadora, como plataforma de exportación y como espacio especialmente favorable a la maquila (aprovechando la fuerza de trabajo barata).

Así, se promociona que Honduras brinda excelentes “oportunidades de negocio” para energía, minería, turismo, infraestructuras y agro negocios de la mano del nuevo marco legal que facilita las asociaciones público-privadas, la normativa Empleo por Horas, ventanilla única de inversión, unidad de protección al inversor, y por supuesto, programas para la disminución de la “inseguridad” (OMAL, 2011).

Con respecto a la energía, es el punto de partida para la explotación del turismo, pero sobre todo para minería. Está en marcha el proyecto hidroeléctrico Patuca III (300 millones de dólares) y se prevén otras inversiones en el sector por 380 millones más (Ibid.).

Las exportaciones mineras al cierre de 2012 llegaron a 250 millones de dólares y a 200 millones en 2011. El material “revelación 2013” es el óxido de hierro que alcanzó más de 90.000

toneladas (12.6 millones de dólares) en los últimos meses del año. Entre enero 2011 y enero 2013, las ventas de hierro y sus manufacturas pasaron de 9 millones a 24 millones de dólares (Central America Link, 6 diciembre 2013). Los principales inversores en minería son China, Inglaterra, Perú, Brasil, Canadá y Estados Unidos.

Otro producto no tradicional que genera mayor cantidad de divisas es la palma africana (Central America Link, 20 diciembre 2013). El lamentable resultado es que se sustituye la agricultura de subsistencia (diversificada) por el monocultivo de exportación, es decir, en lugar de resolver las necesidades de las comunidades, siguen imperando las necesidades del mercado. Se explica del siguiente modo: "Para cubrir las necesidades de una familia rural se necesitan al menos 14 manzanas de Palma Africana y se sabe que son suficientes 5 manzanas de agricultura diversificada para el mismo fin, sin contar con el factor de la fluctuación de precios del fruto y del aceite de la palma que lo dicta el mercado internacional o las amenazas de plagas que azotan más fuertemente al monocultivo que a los cultivos tradicionales por estar en ecosistema diversificado" (Aguilar, 2011).

El asunto es que esto data desde la "revolución verde" de los '60, impulsada en buena medida por el Departamento de Agricultura estadounidense y la USAID. De hecho, esta última sigue liderando ese tipo de "reconversiones" en nombre de la economía verde y los cultivos alternativos a la coca, siendo la experiencia colombiana realmente aleccionadora en cuanto a los intereses que pueden estar ocultos tras la fachada del cuidado de la naturaleza (ver: Ballvé, 2009).

Por otra parte, esta tendencia a satisfacer las necesidades del mercado, es el indicador más claro de la consolidación de la economía hondureña como plataforma de exportación. La maquila automotriz es especialmente importante para las empresas transnacionales estadounidenses, japonesas, chinas, taiwa-

nessas, etc. Algo similar sucede con el procesado y empaquetado de comida, que es el nicho más importante de las transnacionales estadounidenses, que empaquetan productos agrícolas “no tradicionales” como melones, mangos, verduras de invierno, camarones, chile jalapeño, flores, etc. (US Commercial Service, 2012). A su vez, Honduras se convierte en un mercado interesante, en particular para empresas estadounidenses que acaparan el rubro de “comida importada”, pues “existe una fuerte preferencia por los productos estadounidenses, que son percibidos como de alta calidad y de altos niveles sanitarios, la ventaja es que las marcas estadounidenses ya son reconocidas” (Ibid.).

Lo importante es que todos estos “avances” en la economía Hondureña, que cuenta con un 60% de su población (sobre)viviendo por debajo de la línea de la pobreza, genera las condiciones adecuadas para que el nuevo presidente negocie un préstamo con el FMI que tendrá como eje el replanteo de la “situación fiscal del gobierno central” (Central America Link, 16 diciembre 2013). Es decir, el FMI impondrá una vez más el modo “correcto” de hacer las cosas, en una línea ya conocida en América Latina destinada a distanciarse lo más posible de la redistribución justa de recursos y riqueza.

EL NEGOCIO DE LA (IN)SEGURIDAD

Pero sin dudas, uno de los mercados más rentables es el de la inseguridad, no sólo a nivel estatal sino en el sector privado (que por cierto, son difícilmente distinguibles). Lo importante es que hay armas para todos. Según uno de los informes del Servicio Comercial de Estados Unidos (US Commercial Service, 2012), se estima que el mercado de la “seguridad y equipos de seguridad” crecerá un 40% en los próximos tres años. La mayoría de los productos y servicios vinculados a este nicho son importados, y Estados Unidos provee el 80% de los mismos. Entre

ellos encontramos: alarmas, sensores y sistemas de seguridad computarizados. Además, como los secuestros están a la orden del día, aumentó la demanda de sistemas de alarma electrónicas, circuitos de tv cerrados, vidrios y ventanillas blindadas y autos blindados. En el ámbito público, el Ministerio de Seguridad “autorizó por medio de un decreto, a realizar compras directas de tecnología moderna para aumentar la seguridad”(Ibid.).

En la tabla n°1 puede observarse con claridad el modo en que Honduras, un pequeñísimo país, ha superado colosalmente la compra de armas a Estados Unidos, comparado nada más y nada menos con Colombia y México, que son los países que mayor presupuesto han dedicado a defensa y seguridad en los últimos diez años.

Tabla n° 1: Venta de armas y equipos de EEUU a Honduras, México y Colombia (en dólares EEUU)				
	2008	2009	2010	2011
Honduras	9,597,745	5,002,600	768,843	1,391,219,958
México	749,985,108	974,901,419	475,061,022	377,114,824
Colombia	419,145,722	240,651,999	538,137,238	287,501,064

Fuente: elaboración propia en base a datos de Just the Facts, 2013 http://justf.org/All_Sales_Country

Esta re militarización no se reduce al ámbito de la seguridad. Esto sucede en el marco de un gobierno “democrático”, que ahora promete acabar con la inseguridad sacando a las fuerzas armadas a la calle y recurriendo a cualquier medio “Voy a hacer lo que tenga que hacer para recuperar la paz y la seguridad en Honduras” (Star Media, 26 noviembre 2013).

¿Será casualidad que en Guatemala también haya llegado a la presidencia Otto Pérez Molina con el lema de “mano dura” para combatir la inseguridad? (ver: Romano, 2012)

¿DE QUÉ DEMOCRACIA HABLAMOS?

En el caso de Honduras, luego del golpe de Estado de 2009, se profundizó la tendencia de democracia de fachada. Ya ni siquiera se discute el abismo entre democracia procedimental y sustantiva (es decir, el modo en que lo formal se traduce en lineamientos orientados a plasmar la democracia en la práctica), sino que parece “desubicado” reclamar que se cumplan los requisitos de la democracia formal. Las fraudulentas elecciones de noviembre de 2013 son una clara muestra de que el sistema democrático imperante “no funciona”, o más bien, que funciona para la minoría privilegiada que parece que ya no está dispuesta siquiera a dejar abierta la mínima brecha de cambio que puede implicar el cumplimiento de las normas del Estado de Derecho. Así reacciona la minoría en el poder: “La Corte Suprema de Honduras rechazó un recurso de amparo que pretendía invalidar los resultados de las elecciones presidenciales del mes pasado, que según el partido derrotado, del ex presidente Manuel Zelaya, fueron fraudulentas. La corte no explicó el motivo de su rechazo” (BBC, 25 septiembre 2013, las cursivas son nuestras).

Lo mismo sucedió en dos elecciones presidenciales consecutivas en México, caracterizadas por un descarado fraude electoral para evitar que asuma el gobierno un partido (PRD) que en sus programas proponía algún tipo de reforma vinculada a la redistribución de recursos y el rescate de la soberanía (Ver: Figueroa Ibarra, 2013). El problema es que al anular la salida institucional, es decir, al no reconocer la corrupción y manipulación del electorado y los intereses subyacentes, se está erosionando lo poco que quedaba de las bases democráticas, la (cada vez más débil) convicción que existía sobre este modelo como marco posible para reformas urgentes. Lo que demuestra esta impunidad es que el Estado de Derecho puede ser puesto al servicio de los poderosos, de modo que las supuestas ventajas que alberga este sistema en la teoría, están muy lejos de lo

que sucede en la práctica. Claro que este es una de las denuncias más contundentes del manifiesto comunista (que evidentemente no ha pasado de moda), que el discurso *all inclusive* de la democracia liberal pareció neutralizar al menos por medio siglo. Los hechos muestran que en países como Honduras las minorías privilegiadas siguen ancladas a los espacios de poder, decididas a no ceder ni un milímetro en la toma de decisión. Eso incluso atenta contra las premisas “minimalistas” de la democracia liberal procedimental defendida –a nivel discursivo– por estas élites.

Silvina M. Romano es doctora en Ciencia Política, Licenciada en Historia y Licenciada en Comunicación Social por la Universidad Nacional de Córdoba. Posdoctora por el Centro de Investigaciones sobre América Latina y el Caribe (CIALC), Universidad Nacional Autónoma de México; Posdoctora por el Centro de Investigaciones y Estudios sobre la Cultura y la Sociedad (CIECS)-CONICET; Profesora del Programa de Posgrado en Estudios Latinoamericanos de la Universidad Nacional Autónoma de México.

VEINTE TOMAS DE LA PELÍCULA: ELECCIONES EN HONDURAS

Alfredo Serrano Mancilla

(aalfserr@yahoo.es)

La jornada electoral en Honduras supuso un capítulo más de manual, de siglo XXI, en América latina. Todo comenzó con la apertura oficial del Tribunal Supremo Electoral (TSE), y a partir de ese instante, los hechos y actores se iban sucediendo, con máxima precisión en una suerte de crónica de una muerte -electoral- anunciada. El relato en secuencias, a modo de película de Costa Gavras, fue como sigue:

TOMA 1: se abre el telón, y emerge en escena la embajadora de Estados Unidos en Honduras, Lisa Kubiske, una hora y veinte minutos después del inicio de la jornada, declarando: “no tengan miedo de utilizar el poder del sufragio... ustedes deben preguntarse qué clase de país quieren construir los hondureños”.

TOMA 2: a punto del cierre de los colegios electorales, reaparece la hiperactiva embajadora estadounidense, esta vez en calidad de observadora, destacando que el ambiente en el que se tiene lugar la jornada electoral es cívico y de tranquilidad.

TOMA 3: finaliza horario de votar, y el TSE exige literalmente “silencio electoral”, o lo que es lo mismo, solicita que nadie aporte ningún dato sobre encuestas a pie de urna.

TOMA 4: momento *new age* para que las redes sociales comiencen a actuar. Éstas echan a rodar el rumor que proclama presidente al candidato conservador del Partido Nacional, Juan Orlando Hernández, y dan como derrotada a la progresista Xiomara Castro, candidata por el partido LIBRE (Libertad y Refundación) y esposa de Manuel Zelaya, ex presidente constitucional derrocado durante el violento golpe de Estado de 2009.

TOMA 5: el TSE confirma que aún no disponen de datos oficiales pero levantar la veda para que los medios puedan publicar sus encuestas a boca de urna.

TOMA 6: se desata la ofensiva mediática, y la prensa hegemónica (La Prensa, La Tribuna y El Heraldito) confirma sin rigor que gana el candidato conservador. Solamente RadioGlobo afirma que Xiomara Castro es ganadora de las elecciones.

TOMA 7: primera declaración justamente de la candidata progresista: “según nuestros datos, hemos ganado las elecciones”. Esta precipitación –equivocada– tiene como objetivo responder a dicho poder mediático que instala con cada vez más fuerza que Juan Orlando Hernández ya es presidente de Honduras.

TOMA 8: frente a este inconveniente, y ciertamente nervioso, el TSE adelanta su horario previsto –en una hora– y otorga los primeros datos oficiales: con el 24% de los votos escrutados, el candidato conservador gana por casi 7 puntos porcentuales (muy contrario a todo lo que pronosticaban las mayorías de las encuestas).

TOMA 9: entra en acción el candidato conservador a Designado Presidencial (similar a un vicepresidente) por el Partido Nacional, mostrándose como ganador y presumiendo de la primera felicitación (¡con sólo el 24% escrutado!) del presidente panameño Martinelli.

TOMA 10: no podía faltar el omnipresente asesor de Capriles y Santos, J.J.Rendón quien ya anuncia vía twitter su felicidad por la victoria de su asesorado, Juan Orlando Hernández del Partido Nacional.

TOMA 11: continúa el reguero de felicitaciones. En plena transmisión en directo, en el momento del primer festejo público, el candidato Juan Orlando Hernández interrumpe su alocución porque se es sorprendido –en vivo– por la llamada del presidente colombiano Santos, quien lo quiere felicitar. De esta forma, se expresan abiertamente dos presidentes latinoamericanos (colombiano y panameño) como adalides de la democracia del 24%.

TOMA 12: como es habitual, la CNN confirma que el presidente nuevo hondureño es el candidato conservador. Además, con un invitado “neutral”, Hugo Fernández, ex vicepresidente uruguayo, ex embajador en Estados Unidos, y asesor del Partido Nacional, se dedican a ratificar dicha victoria.

TOMA 13: asoma el otro actor clave en este guion tan bien efectuado: los observadores de la Unión Europea que informan que las elecciones fueron muy pacíficas y transparentes.

TOMA 14: el TSE confirma sus datos con más porcentaje escrutado (casi 54%), y amenaza con que las fuerzas de seguridad están preparadas para afrontar cualquier intento de desestabilización que no respete sus resultados.

TOMA 15: los empresarios hondureños se pronuncian pidiendo a los políticos que respeten los resultados electorales vía twitter. ¿Cuán paradójico es imaginar a los empresarios demandando respeto por la democracia a los políticos, no?

TOMA 16: el TSE que proporciona los mismos datos avanzando lo escrutado; se confirma el 61% de participación, y una diferencia a favor del conservador por más de 5 puntos.

TOMA 17: ¿quién falta en este entierro? Sí, la Iglesia. Sin hacerse esperar, aparece ésta entregando un informe de fe democrática al TSE en el que refrenda que la jornada electoral discurrió en un orden perfecto.

TOMA 18: el candidato del partido liberal felicita vía llamada telefónica al candidato conservador del Partido Nacional. En otras palabras, el bipartidismo, como antaño, cierra filas frente a cualquier intento de ruptura de este pacto de élites.

TOMA 19: el Partido LIBRE confirma que el 20% de actas poseen inconsistencias, irregularidades, y manipulación, y por ende, habla por primera vez de fraude electoral. Anteriormente había hecho lo mismo otro candidato presidencial, Salvador Nasralla del Partido Anti Corrupción.

TOMA 20: a modo de cierre de este manual procedimental del

siglo XXI en América latina, la embajadora de Estados Unidos, a varias horas de haber comenzado el conteo electoral, en su tercera comparecencia, y quizás agotada por un día con tanto trabajo, volvió a sentenciar: “todo ha ido muy bien y espero que se respeten los resultados”.

Pueden llamarle como quiera, pero este día electoral unido al terreno abonado en las semanas previas, constituyen un manual déjà vu, en el siglo XXI, en Honduras.

Días después de que el secretario de estado norteamericano, John Kerry, dijera que se acabó la Doctrina Monroe en América latina, sucede toda esta obra teatral, con todos sus actores y actrices: órgano electoral constituido, embajada de Estados Unidos, apoyo de la Unión Europea, la prensa dominante nacional, CNN como exponente de prensa internacional, el bipartidismo político, las fuerzas militares de seguridad, los empresarios, y la iglesia. Amén.

Alfredo Serrano Mancilla es doctor en Economía por la Universidad Autónoma de Barcelona (UAB) en el año 2003 y Máster en Economía Aplicada por la misma universidad. Es profesor de economía en la universidad Pablo de Olavide de Sevilla (UPO) y profesor invitado en FLACSO – Ecuador. Miembro de comisión académica de la Maestría en Desarrollo económico y sostenibilidad (UPO) y director del Doctorado en Economía Social en la UMSA (Bolivia). Sus principales líneas de investigación son Economía Pública, Economía de la Desigualdad y Pobreza, Desarrollo y Economía Mundial. Director Ejecutivo del Centro Estratégico Latinoamericano Geopolítico (CELAG)

HONDURAS ELECCIONES 2013: ENTRE EL TRIUNFO CUESTIONADO DE LAS FUERZAS GOLPISTAS Y EL AVANCE DE LA IZQUIERDA SURGIDA DE LA RESISTENCIA

Eugenio Sosa
(jesosai@yahoo.es)

El domingo 24 de noviembre de 2013 se realizaron las primeras elecciones generales en las que participaron las fuerzas políticas que emergieron como producto del movimiento de resistencia contra el golpe de Estado del 28 de junio mediante el cual se derrocó al presidente José Manuel Zelaya Rosales. El impacto político más relevante del golpe de Estado es que abrió un proceso de reconfiguración del sistema de partidos políticos.

Hasta el 2009 el sistema de partidos políticos estuvo hegemonizado por el bipartidismo compuesto por el Partido Nacional y el Partido Liberal y tres partidos minoritarios¹ que giraban como satélites de éstos, de acuerdo como se turnaban en el gobierno. Este bipartidismo se caracterizó por ser mono-programático, mono-ideológico y alineado completamente con la oligarquía. Después del golpe de Estado emergieron dos fuerzas políticas nuevas competitivas: el Partido Libertad y refundación (Libre), encabezado por el expresidente José Manuel Zelaya Rosales, que emergió de las fuerzas de resistencia contra el golpe de Estado y el Partido Anticorrupción (PAC), encabezado por Salvador Nas-

1 Partido de Innovación y Unidad Social Demócrata (PINU-SD), Partido Demócrata Cristiano de Honduras (PDCH), Partido Unificación Democrática (UD).

ralla, una figura de la farándula mediática y “outsider” de la política. También se inscribieron como partidos políticos dos nuevas fuerzas minoritarias²,

El Tribunal Supremo Electoral (TSE) declaró a Juan Orlando Hernández³ del Partido Nacional como Presidente electo, con 1, 149,302 votos (36.89%). En su orden le siguen, Xiomara Castro⁴ del Partido Libertad y Refundación con 896,498 votos (28.78%), Mauricio Villeda del Partido Liberal con 632,320 votos (20.3%) y Salvador Nasralla del Partido Anticorrupción con 418,443 votos (13.43%). Los cinco partidos minoritarios, viejos y pequeños apenas obtuvieron en conjunto 18,885 votos (0.61%).

Las nuevas fuerzas políticas Libre y PAC crecieron sobre la base del estancamiento del Partido Nacional, que incluso obtuvo menos votos que los del 2009 y la caída estrepitosa del Partido Liberal en las elecciones tanto en las de 2009 (817,524 votos) como las del 2013 (632,320). El Partido Liberal regresó a los votos que obtuvo en 1981(636,653), cuando el censo electoral era apenas de 1, 546,797 electores. Pero las nuevas fuerzas políticas Libre y PAC también crecieron sobre la base de la reducción del abstencionismo⁵ y la

- 2 La Alianza Patriótica Hondureña, que postuló como candidato al General retirado que dirigió el golpe de Estado, Romeo Vásquez Velásquez y el Frente Amplio Político Electoral en Resistencia, con el candidato Andrés Pavón, un defensor de los derechos humanos y disidente del ex -presidente Zelaya.
- 3 Durante el proceso electoral se desempeñaba como Presidente del Congreso Nacional.
- 4 Esposa del ex-presidente José Manuel Zelaya Rosales.
- 5 Según el Tribunal Supremo electoral la participación electoral fue del 61% (3, 275,346- tres millones doscientos setenta y cinco mil trescientos cuarenta y seis personas que ejercieron el sufragio), sobre la base de 5, 355,112 (cinco millones, trescientos cincuenta y cinco mil ciento doce) que constituyó el censo electoral. Lo anterior significó un quiebre en la tendencia ascendente que traía el abstencionismo. Sin embargo, el dato del Tribunal Supremo Electoral sobre la participación electoral no refleja la realidad, ya que el censo electoral no es real porque presenta una serie de problemas relacionados con su depuración. La mayor deformación del censo está relacionada con que contempla el más de un millón de hondureños y hondureñas que residen el exterior, especialmente en los Estados Unidos. Considerando la reflexión anterior, es plausible asumir que el censo electoral real no

casi desaparición de los partidos minoritarios tanto viejos como nuevos.

El viernes 13 de diciembre de 2013, el Tribunal Supremo Electoral oficializó la representación política en el Congreso Nacional⁶, y corporaciones municipales⁷, que obtuvo cada partido político. El Partido Nacional obtuvo 48 diputaciones, 183 corporaciones municipales, el Partido Libertad y Refundación 37 diputaciones, 31 corporaciones municipales, el Partido Liberal 27 diputaciones, 83 corporaciones municipales, el Partido Anticorrupción 13 diputaciones, y tres diputaciones, uno cada uno, de los tres partidos minoritarios existentes desde antes del golpe de Estado. Los dos partidos minoritarios nuevos no obtuvieron ni una diputación.

Debido a hechos como la alteración de actas electorales, la compra de credenciales del partido oficialista a los partidos minoritarios de las credenciales de las Mesas Electorales Receptoras, y la "compra de votos", los partidos Libertad y refundación y Partido Anticorrupción no aceptaron e impugnaron los resultados electorales. Sin embargo, las impugnaciones fueron desestimadas por el Tribunal Supremo Electoral y la Corte Suprema de Justicia.

El comportamiento del Tribunal Supremo Electoral y de la Corte Suprema de Justicia no sorprendió a la sociedad hondureña. Los magistrados del Tribunal son miembros reconocidos de los partidos Nacional y Liberal y son los mismos que administraron las elecciones generales de 2009 que se realizaron en

está más allá de los 4 millones. Por tanto, sobre esta base, la participación electoral de los hondureños y hondureñas que residen en el territorio nacional, estaría estimándose en un 82%. Este porcentaje de participación electoral es un buen signo de para la democracia hondureña. Uno de los efectos positivos del golpe de Estado, es que revitalizó el interés por la política en la ciudadanía hondureña.

6 El Congreso Nacional hondureño está integrado por 128 diputados.

7 El país tiene 298 municipios e igual número de gobiernos locales o corporaciones municipales (alcaldías).

pleno golpe de Estado y gobierno de facto. Además el candidato oficialista se había garantizado el control de la Corte Suprema de Justicia y del Ministerio Público. En mayo de 2013, el Presidente del Congreso y candidato oficialista, Juan Orlando Hernández, destituyó a cuatro magistrados de la Sala Constitucional, por declarar inconstitucional una Ley sobre las Zonas Especiales de Desarrollo, conocidas como “Ciudades Modelo”, mediante la cual se pone en concesionamiento el territorio nacional para la inversión extranjera. En septiembre del 2013, el Congreso Nacional solicitó la renuncia (destituyó) al Fiscal General del Estado y nombró como Fiscal General al único magistrado de la Sala de lo Constitucional de la Corte Suprema de Justicia que había votado a favor de las Zonas Especiales de Desarrollo.

En conclusión, las elecciones del 24 de noviembre de 2013 se desarrollaron en el contexto de una nueva realidad política, más compleja y diversa en cuanto a los actores de la competencia electoral; pero se desarrollaron en el marco de la vieja institucionalidad y la vieja Ley electoral y de las organizaciones políticas, hecha a la medida del viejo bipartidismo tradicional.

LA CRISIS DE HEGEMONÍA DEL VIEJO BIPARTIDISMO TRADICIONAL

El viejo bipartidismo tradicional salió muy erosionado, de las elecciones del 24 de noviembre de 2013. El Partido Nacional y Liberal juntos en más de tres décadas de procesos electorales continuos siempre habían retenido más del 95% de los electores a su favor. En la actualidad, el Partido Nacional y el Partido Liberal juntos han logrado retener el 57.19%. Es decir, su caudal electoral se redujo en un 42.21%, una pérdida significativa si se toma en cuenta la larga cultura política bipartidista de la sociedad hondureña.

Esta erosión del bipartidismo se expresa con mayor claridad en el Congreso Nacional. El Partido Nacional no logró obtener

la mayoría simple⁸ para gobernar (65 diputaciones). En otras palabras, no puede aprobar una tan sola ley por su propia cuenta. Esta mayoría simple la logra obtener el viejo bipartidismo tradicional, ya que el Partido Nacional y el Liberal juntos obtuvieron 75 diputaciones (48 el Partido Nacional y 27 el Partido Liberal). Sin embargo, el bipartidismo junto, por vez primera no logra obtener la mayoría calificada⁹ (86 diputaciones). Para que el Partido Nacional logre la mayoría calificada, necesitará además de los votos del Partido Liberal, los votos del Partido anticorrupción (13 diputaciones) o del Partido Libertad y refundación (37 diputaciones). El viejo bipartidismo tradicional continúa exhibiendo mucha fuerza en lo local municipal. Los partidos políticos Nacional (183 alcaldías) y Liberal (83 alcaldías) en conjunto obtuvieron 266 corporaciones municipales, contra 31 corporaciones de Libertad y refundación y cero corporaciones municipales del Partido anticorrupción.

El viejo bipartidismo tradicional tiene la fortaleza de seguir al frente del Estado. El Partido Nacional retuvo el Poder Ejecutivo y junto al Partido Liberal controlan, en términos de mayoría simple, el Congreso Nacional. Pero el viejo bipartidismo tradicional enfrenta una crisis de hegemonía. Esta crisis de hegemonía se expresa en tres hechos políticos: Uno, el gobierno que ha surgido electo no ha podido erradicar el fantasma del fraude, gran parte de la ciudadanía hondureña continúa creyendo que los procesos electorales hondureños no se ganan en las urnas, sino “en la contada” o en “la trasmisión de datos”. Dos, es un gobierno surgido de una vieja institucionalidad electoral, que ya no da más para la una nueva realidad política que tiene Honduras. Tres, el viejo bipartidismo tradicional no está en la voluntad

8 La mayoría simple en Honduras es la mitad más uno de los votos en el Congreso Nacional.

9 En la mayoría de los casos, la mayoría calificada en Honduras son las dos terceras partes de los votos en el Congreso Nacional.

y capacidad política para enfrentar los principales problemas nacionales que enfrenta el país.

Pero la salida a la crisis del viejo bipartidismo tradicional, no se va resolver en su seno. Aunque la posibilidad de renovarse a sí mismo, por muy lejano que parezca, siempre estará en el horizonte político. Sin embargo, lo más potencial, es que la ruptura y sustitución del viejo bipartidismo tradicional surja de las fuerzas alternativas al mismo.

La reconfiguración del viejo bipartidismo también dependerá de cómo enfrentan los desafíos que impone el momento histórico a cada uno de los partidos políticos. Partido Nacional. Por vez primera gobernará por dos periodos consecutivos, en más de tres décadas de “la democracia hondureña”. Lo anterior se debe en buena medida a que es el Partido, del viejo bipartidismo, que menos afectado salió de la crisis del golpe de Estado del 28 de junio de 2009. El golpe le permitió al Partido Nacional romper la lógica que se venía reproduciendo de dos gobiernos continuos del Partido Liberal y uno del Partido Nacional. La paradoja, es que el Partido Nacional triunfa electoralmente a pesar de los altos niveles de percepción negativa de la ciudadanía sobre el gobierno de Porfirio Lobo Sosa, y sobre el alto porcentaje de opinión negativa sobre el candidato nacionalista Juan Orlando Hernández.

Tres dinámicas pesarán sobre el gobierno de Juan Orlando Hernández. Uno, la conformación del Congreso Nacional en el que encontrará una importante oposición política. Dos, la crisis fiscal y de legitimidad del Estado. Tres, la demanda de cambio de la ciudadanía, incluyendo a los hondureños y hondureñas que le favorecieron con el voto, ante los problemas nacionales más urgentes: inseguridad, desempleo, salud y educación.

El Partido Liberal sufrió en las elecciones del 24 de noviembre de 2013, la peor derrota política de la etapa de la democra-

cia hondureña. Fue relegado a una tercera fuerza en el nivel electivo presidencial y de diputados, no en el nivel municipal, que se mantiene como segunda fuerza política. Atrás quedó la historia del Partido más grande de Honduras y de dos gobiernos continuos. En tres décadas, de 1980 al 2010, el Partido Liberal gobernó veinte años. El Partido Liberal en este gobierno se encuentra entre la disyuntiva de aliarse con el Partido Nacional y garantizarle a este la gobernabilidad a costa de su institucionalidad partidaria o hacer oposición y distanciarse del Partido Nacional. Sin embargo, esta segunda opción enfrenta la oposición de los grupos de poder del bipartidismo.

Libre enfrenta nuevos desafíos: uno, demostrar que tiene una propuesta de cambio y que actúa conforme a la misma desde la bancada del Congreso Nacional y los gobiernos locales desde los que gobernará en los municipios. Dos, desarrollar el proceso de organización e institucionalización partidaria. Tres, fortalecer el vínculo con la sociedad hondureña canalizando las demandas de la ciudadanía en el Congreso Nacional. Libre debería tener conciencia que así como hay procesos de acumulación, también hay procesos de des-acumulación política. Su praxis política contará mucho para que se desarrolle uno u otro proceso.

Al Partido Anticorrupción, los medios de comunicación lo han denominado el “fenómeno” del proceso electoral. Lo anterior se debe a que en el nivel presidencial obtuvo una cantidad de votos considerable y obtuvo 13 diputaciones al Congreso Nacional, desarrollando una campaña casi inexistente en comparación con los partidos Nacional, Liberal y Libre. Sin embargo, el PAC enfrenta el desafío de transitar de una lista electoral a un partido político. Es decir, el desafío de cohesionarse en torno a una identidad política. Ligado a lo anterior, tiene el desafío de cohesionar su bancada y actuar coherentemente desde la oposición.

Las nuevas fuerzas políticas Libertad y refundación y el Partido anticorrupción tienen la oportunidad de construir una oposición política encaminada a la democratización del poder legislativo y de mayor apertura a las demandas provenientes de la ciudadanía. Uno de los aspectos relevantes del nuevo Congreso Nacional, es que durante su periodo se elegirán a los funcionarios de la Corte Suprema de Justicia, Tribunal Superior de Cuentas y Tribunal Supremo Electoral, para lo cual se requiere mayoría calificada.

UNA OBSERVACIÓN INTERNACIONAL OFICIAL COMPLACIENTE

Un hecho distintivo de las elecciones del 24 de noviembre de 2013, es que fueron altamente observadas por actores internacionales y nacionales. Tanto en el momento pre-electoral como post-electoral, organismos como la embajada de los Estados Unidos, la Unión Europea, la Organización de Estados Americanos (OEA), tuvieron un papel activo. Posterior a las elecciones estos organismos declararon que las elecciones hondureñas habían sido participativas, transparentes y pacíficas. Lo anterior a contracorriente de una cantidad considerable de denuncias e impugnaciones que presentaron los partidos Libertad y refundación y el Partido anticorrupción¹⁰. Pero los organismos anteriormente mencionados, no son los únicos que realizaron una observación electoral, sino también organismos de Derechos Humanos, como la Federación Internacional de Derechos Humanos (FIDH), que evidenció una serie de violaciones a los Derechos Humanos durante todo el proceso electoral.

Al interior de los organismos de observación internacional oficial, como la Unión Europea, surgieron voces disidentes,

10 Ante el Tribunal Supremo Electoral se presentaron unas 147 impugnaciones, 3 en el nivel presidencial, 40 en el nivel municipal y 104 en el nivel de las diputaciones. Diario Tiempo, martes 10 de diciembre de 2013, página 4.

como la del Señor Leo Gabriel, quien afirmó que la Comisión Oficial prefirió una “dictadura estable”, que una “democracia inestable”.

TEGUCIGALPA, 14 DE ENERO DE 2014

Eugenio Sosa es sociólogo y analista político. A su vez, es Profesor de la Universidad Nacional autónoma de Honduras e Investigador del Centro Estudios para la Democracia (CESPAD).

HONDURAS-EL SALVADOR

LA COMPLICIDAD DE LAS DERECHAS

Carmen Elena Villacorta

(carmenelenavz@hotmail.com)

La proximidad entre las derechas hondureña y salvadoreña se puso de manifiesto un año después de consumado el golpe de Estado en Honduras, en junio de 2009. En junio de 2010, Roberto Micheletti, el diputado golpista que asumió el poder tras la salida obligada de Manuel Zelaya, asistió a El Salvador, invitado por la organización femenina “Pro Paz y Trabajo” (ligada al partido ARENA), para debatir sobre la democracia en Centroamérica. El respaldo de los círculos derechistas salvadoreños a los golpistas hondureños cristalizó en la entrega del título de “visitante distinguido” a Micheletti, por parte del entonces alcalde de San Salvador, Norman Quijano. Más sorprendente aún que la entrega de dicha distinción, fue el argumento dado por Quijano en ocasión de la misma. El ex alcalde capitalino, miembro del partido de la gran empresa de El Salvador, ARENA, y actual candidato a la presidencia por el mismo instituto político, aplaudió la vocación “democrática” de Micheletti, asegurando que fue declarado “visitante honorable de forma unánime por el consejo municipal, por su lucha inquebrantable en valor de la democracia”¹.

1 *El Faro.net*, “Derecha salvadoreña agasaja a Micheletti”, San Salvador, 22 de junio de 2010, <http://www.elfaro.net/es/201006/noticias/1985/>

Si bien fue ese el mayor acto público y político de respaldo a los golpistas hondureños por parte de ARENA, “Pro Paz y Trabajo” y los grupos empresariales de El Salvador, no fue la única adhesión que Micheletti y los suyos recibieran de la derecha salvadoreña. Ésta última se apresuró a justificar la expulsión de Zelaya desde el momento en el que éste fue obligado por los militares de su país a viajar al exterior, abandonando su cargo. Las declaraciones de otros líderes de ARENA, de miembros del también derechista Partido de Conciliación Nacional (PCN) y de dirigentes de la gremial empresarial ANEP, según las cuales Zelaya es el único responsable de su deposición, son elocuentes al respecto. “Lo ocurrido es el resultado de hacer las cosas sin respetar la ley. Lo pueden haber hecho mal al final, estoy de acuerdo, pero era inevitable que ocurriera. Él actuó mal y merecía lo que se iba a dar”, opinó alguien del PCN. Y en la misma línea, los areneros aseguraron: “Quien comenzó a crear el conflicto ha sido el propio Mel Zelaya. De eso han venido una serie de acciones. Es producto del irrespeto al funcionamiento de los diferentes órganos”. O bien: “Al final creo que hay un justificante [para deponer a Zelaya] y no podemos negar de que está una Corte Suprema de Justicia, un congreso en pleno, una fiscalía y una procuraduría de los derechos humanos que están en sintonía, pero a lo que voy yo es que no era correcto usar... más bien no se ve bien que al presidente le hayan puesto en un avión y lo hayan sacado”. También el presidente de la Asociación Nacional de la Empresa Privada (ANEP) de El Salvador condenó la forma en la que Zelaya fue retirado de la presidencia de Honduras, pero legitimó el golpe, argumentando: “Hay que ver el otro lado de la moneda: en el sentido que el presidente Zelaya venía en una actitud de no respetar los acuerdos de las instituciones democráticas”².

2 *El Faro.net*, “Derecha salvadoreña justifica deposición de Zelaya”, 3 de julio de 2009,

Reiterado fue el recurso de argüir que no se trató de un golpe de Estado, dado que en la “destitución” del presidente participaron el Congreso y los demás órganos estatales. Así lo expresó otro dirigente arenero, a lo que añadió que el poder no quedó en manos de militares, lo cual obligaría a debatir si se trató o no de un golpe. “Es debatible si es un golpe o no, sobre todo cuando ha habido un pronunciamiento de la Corte Suprema y de la Fiscalía, de la Procuraduría; y cuando hay una posición unánime de un congreso. En un golpe militar clásico quienes asumen el poder son los militares. Este no ha sido el caso en Honduras. Asumió el presidente del congreso, se ha respetado el término preestablecido para que se dé elecciones en noviembre, o sea que el proceso que se ha seguido en Honduras es muy distinto a un golpe militar típico, lo cual hace más triste todavía esta situación, porque sin ser un golpe militar típico, por la forma en que se ha hecho, pinta un escenario afuera de Honduras como que si lo ha sido”³.

Discursos como éstos fueron corregidos y aumentados en las columnas de opinión de los principales rotativos de El Salvador. En uno de ellos se asegura que fue Zelaya quien “comenzó con el prepotente desprecio del orden constitucional e institucional”. A juicio del columnista, ante semejante afrenta contra el impoluto Estado de Derecho, “las instituciones hondureñas tenían únicamente tres opciones. La primera era quedarse de brazos cruzados y permitir que las cosas siguieran su curso hasta desembocar en una situación ya irreversible de instauración de un régimen chavista administrado a perpetuidad por Zelaya. La segunda era intentar deshacerse del presidente por las buenas, lo cual le habría concedido a Zelaya el tiempo suficiente para solicitar el respaldo militar venezolano, convirtiendo

http://archivo.elfaro.net/secciones/Noticias/20090629/noticias17_20090629.asp

3 Ibid.

a Honduras en escenario de una sangrienta guerra. Optaron por la tercera, un golpe militar sorpresivo e incruento para evitar que Zelaya consumara sus planes de perpetuarse en el poder”⁴.

Evidentemente, es la defensa de la constitucionalidad y las leyes el denominador común de la posición anti-Zelaya y pro golpe enarbolada por la derecha en El Salvador. Y es que, agotada la posibilidad de continuar insistiendo en su anacrónico y dogmático anticomunismo, la derecha centroamericana se ha visto obligada a complejizar y sofisticar su oratoria, aunque su mentalidad continúe inmersa en la lógica de la guerra fría. De ahí su inclinación hacia posiciones constitucionalistas y “democráticas”, cuyo cinismo salta a la vista con una somera mirada hacia el pasado. Parece una broma de mal gusto que sea un partido surgido de los escuadrones de la muerte (grupos paramilitares) en El Salvador el que hoy en día levante la bandera del respeto a la Constitución. No hace mucho tiempo, apenas a inicios de la década de 1980, los fundadores de ARENA se propusieron asesinar a mansalva a sus adversarios políticos; Monseñor Óscar Arnulfo Romero, pastor del pueblo salvadoreño, entre ellos. Nueve años después, cuando el partido consiguió hacerse de la presidencia de la República, sus máximos líderes empezaron a beneficiarse personalmente de la privatización, al grado de que no sea exageración afirmar que “cada uno salió con un banco debajo del brazo”. Por no hablar de otras entidades estatales, como el servicio de telefonía o el sistema de pensiones.

En una alocución post golpe, “Mel” Zelaya citó al poeta salvadoreño Roque Dalton en su crítica hacia la legislación como instrumento de las élites. Desde el punto de vista de su compromiso con la legalidad, es posible distinguir dos posiciones dentro del campo de la derecha política. Por una parte, se encuen-

4 Samayoa, Joaquín, “Las tres opciones que tuvo Honduras”, *La Prensa Gráfica*, 30 de junio de 2009, San Salvador. Disponible en: <http://www.laprensagrafica.com/opinion/editorial/43479-las-tres-opciones-que-tuvo-honduras.html>

tran quienes descreen de las leyes, convencidos como están de que sus privilegios les vienen dados por derecho natural y de que ninguna ley debe limitar su insaciable voracidad de dinero y poder, ni sus aires de superioridad. Por otra, están los liberales recalcitrantes, que defienden a mansalva el sistema jurídico que vertebra al *status quo* que los favorece. Ambas posiciones coinciden en su profundo carácter anti popular. Por eso la frontera entre ambas es porosa y tenue. Por eso los defensores a ultranza de la Constitución, que son los primeros en rasgarse las vestiduras frente cualquier acto que consideren “anticonstitucional”, flexibilizan con facilidad su rigidez legalista en cuanto ven amenazado el orden al que su Constitución ampara. Es el caso del columnista arriba citado, quien, al referirse a la condena internacional al golpe en Honduras, sugiriendo en que la manera en la que se hizo fue poco elegante, se pregunta: “¿Había realmente otra forma de hacerlo?”; para terminar justificando que un presidente electo dentro de las reglas del juego liberal y, por lo tanto, representante legal de la voluntad del pueblo hondureño, fuera arrancado del poder y violentado en sus derechos fundamentales como mandatario y como ciudadano de Honduras.

Quienes justificaron e incluso premiaron el golpe de Estado en Honduras son herederos de quienes a inicio de la década de 1980 legitimaron con su silencio cómplice o con su anuencia explícita el genocidio cometido contra cientos de miles de indios y militantes de izquierda en Guatemala, contra decenas de miles de campesinos y líderes religiosos, sociales y políticos en El Salvador. Son los mismos que aplaudieron la burda política intervencionista de los Estados Unidos en Centroamérica, que adoptó a Honduras como su centro de operaciones en la región. Se trata de los hijos y los nietos, biológicos, ideológicos, o las dos cosas, de quienes consideraron justo que el dictador Maximiliano Hernández Martínez permaneciera 14 años al frente de

los destinos de El Salvador, tras ordenar una de las mayores matanzas por razones políticas del siglo XX, como fue la masacre contra campesinos e indios salvadoreños en 1932. Estrechos como son y han sido los vasos comunicantes en el istmo centroamericano, las poderosas familias oligárquicas de la región han consolidado sus emporios haciendo negocios, casándose entre sí, subyugando a los ejércitos nacionales para convertirlos en esbirros de la abierta represión de la protesta social y permitiendo tiranías de larga data —como el somocismo—, mientras conviniera a sus intereses de clase.

Por eso parece un contrasentido, cuando no un chiste, que ahora pretendan venderse como grandes adalides y guardianes de la democracia y las leyes. Nadie ha violado con mayor sistematicidad, impunidad y descaro las leyes que la derecha centroamericana. El golpe de Estado en Honduras y las grandilocuentes justificaciones con las que la derecha lo celebró en El Salvador mostraron, precisamente, que las élites sólo están dispuestas a respetar las reglas de su propio juego, cuando ese juego les favorece. Lo demás es por ellos tildado de anti democrático, anti constitucional, prepotente y el etcétera del que vimos arriba algunos ejemplos. Llamativo es que, frente al escándalo por corrupción que actualmente protagoniza el ex presidente salvadoreño Francisco Flores no sean usados tales epítetos. En este caso se trata, ante los ojos de los columnistas derechistas, de show mediático y de afán por desprestigiar a ARENA en la víspera de las elecciones presidenciales en El Salvador (a celebrarse el 2 de febrero de 2014). Curiosamente, la vocación democrática y constitucionalista de los areneros no parece amenazada por el hecho de que Flores no sepa responder por un millonario donativo otorgado por el gobierno de Taiwan en 2001, a raíz de los dos terremotos que entonces sacudieron al pequeño país. Sucede que, si fuesen consecuentes con su legalismo, debieron haber puesto cortapisas a la galopante corrupción que imperó a

lo largo de los 20 años en los que ARENA gobernó El Salvador. Pero no. Acuden a las leyes cuando éstas reditúan a los poderosos. De lo contrario, la Constitución es mancillable, corruptible, comprable, violable.

Así las cosas, no era de extrañar que los columnistas de derecha salvadoreños sostuvieran ante el último fraude electoral consumado en Honduras el pasado noviembre de 2013 su misma lógica argumentativa, es decir, su mismo tono justificador de la ilegalidad: “Ante el peligro de regresar, bajo un segundo gobierno Zelaya, a la conflictividad del 2009, con injerencia de Venezuela y Cuba, y ante la evidente ausencia de un liderazgo nuevo y progresista, optaron por el “mal menor”: dar continuidad al complejo proceso de recuperación económica del país”⁵. Una vez más, Chávez y los Castro, y no la ilegal interrupción del mandato de Zelaya, aparecen como responsables últimos de la conflictividad en Honduras. Una vez más, destaca el ninguneo de la perseverante lucha del pueblo hondureño por conquistar su soberanía y su dignidad. Una vez más se evidencia la tendencia a hacerse de la vista gorda ante la verdadera voluntad popular.

A los defensores a ultranza de los golpistas hondureños en El Salvador convendría preguntarles: ¿quién violó la Constitución en Honduras? ¿Zelaya, procurando ensanchar los márgenes de una democracia representativa funcional a las élites, hacia la conquista de una democracia progresivamente participativa y popular? ¿O los militares y los poderes fácticos hondureños que no tuvieron empacho en conspirar para sacar violentamente del poder a un presidente legalmente electo en las urnas? ¿Son responsables Xiomara, “Mel”, Cuba y Nicaragua de la intolerancia de una burguesía que no soporta la posibilidad de replantear en los hechos el concepto de democracia, en la medida en la

5 Lüers, Paolo, “Última carta a Mel Zelaya”, *El Diario de Hoy*, 25 de noviembre de 2013, San Salvador, http://www.elsalvador.com/mwedd/nota/nota_opinion_cartas.asp?idCat=74773&idArt=8355842

que la propia democracia lo permite? Y, más fundamental aún, ¿debemos los pueblos centroamericanos permanecer eternamente leales a un republicanismo en el que ni participamos las mayorías ni, mucho menos, fue construido pensando en nuestro bienestar? Lo verdaderamente democrático es que seamos las mayorías las que decidamos qué tipo de democracia y qué tipo de sociedad deseamos construir. Es una pena que las retardatarias derechas de Centroamérica se resistan con tanto encono a aceptarlo⁶.

- 6 Un comentario respecto de lo ocurrido en las recién pasadas elecciones presidenciales en Honduras, en noviembre de 2013, puede verse en: Molina, Raúl, "La derecha troglodita en Centroamérica", 29 de noviembre de 2013, Guatemala, <http://www.lahora.com.gt/index.php/opinion/opinion/columnas/187456-la-derecha-troglodita-de-centroamerica>.

Carmen Elena Villacorta es Salvadoreña. Candidata a Doctora en Estudios Latinoamericanos por la UNAM]

EL PAPEL DE ESTADOS UNIDOS EN HONDURAS

Sonia Winer
(soniawiner@gmail.com)

Honduras cuenta con 8 millones de habitantes y un PBI que no llega a los veinte mil millones de dólares, tiene un PBI per cápita de dos mil trescientos dólares y un GINI de 0,57. Un país pobre, desigual, con estructuras institucionales debilitadas pero que, debido a su ubicación geográfica, se constituye en una pieza clave del proyecto imperial como cabeza de playa para controlar y desestabilizar la región.

En este sentido, el historial de la embajada norteamericana en Tegucigalpa de la década del ochenta y con John Dimitri Negroponte a la cabeza, opera apenas como una muestra que habilita a pensar que el papel y los circuitos organizados por la sede diplomática -al menos desde aquellos tiempos-, podrían tener particular vigencia y relevancia en la actualidad. Así lo confirman otros documentos recientemente publicados por el sitio web *Wikileaks*.

Este artículo pretende resaltar algunas de las condiciones de posibilidad que han venido favoreciendo la injerencia norteamericana sobre el ámbito nacional y cómo se han comportado los sectores de poder:

- (a) La política y un modelo de relacionamiento de dependiente del factor externo.
- (b) Vínculo entre partidos políticos y fuerzas armadas.

(A) LA POLÍTICA Y UN MODELO DE RELACIONAMIENTO DEPENDIENTE DEL FACTOR EXTERNO.

La destitución del presidente electo Manuel Zelaya Rosales -quien fuera sacado a los tiros de su casa a las cinco de la mañana en pijamas y transportado en un avión desde la base militar de Soto Cano hacia Costa Rica por militares hondureños con la anuencia del Comando Sur de los Estados Unidos-, dejó inaugurada una nueva forma de asonada en América Latina denominada "de guante blanco" (Roitman, 2013: 198).

Este golpe se concreta como producto de una alianza entre partidos tradicionales locales y empresarios ligados al capital trasnacional, quienes apelan a las Fuerzas Armadas criollas para restaurar su dominio político, pero -a diferencia de los golpes de épocas anteriores- se evita que éstas reemplacen de manera directa al titular del poder ejecutivo para intentar evitarse parte del costo político que tendría ese tipo de accionar asociado a tiempos históricos sumamente desprestigiados. Por ende, se pretende brindar al mismo un maquillaje institucional otorgado por sectores involucrados en la conspiración del poder legislativo y judicial.

Una vez consumado el hecho inconstitucional, se despliegan los aparatos estatales y paraestatales para disciplinar a los dirigentes popular y activistas que resistan la ofensiva mediante asesinatos selectivos, técnica que el Comando Sur considera menos costosa ante la opinión pública internacional que el terrorismo estatal desplegado en los años setenta y ochenta bajo la ideología de la Doctrina de Seguridad Nacional (DSN)-.

Esta coalición no es de extrañar, ya que los dos grandes partidos tradicionales hondureños -tanto el Partido Liberal, fundado en 1891 y refundado en 1923; como el Partido Nacional, fundado en 1906 y refundado mediante la proclama de Paulino Valladares y Tiburcio Carías en 1923- se destacaron desde sus orígenes por marcar una tendencia hacia la protección y apoyo

del capital, así como también por frustrar diferentes intentos de democratización dentro de sus propias estructuras y por perpetuar una cultura política devenida de una historia de “modernización autoritaria” que fue naturalizando cierta auto-percepción respecto de que el partido de gobierno de turno se asumiría como representante de sus intereses particulares y como principal estructura de enlace entre el aparato de la administración pública y los intereses de los grandes grupos económicos (Romero, 2010; Murga, 2010).

Otro rasgo común ha sido conceptualizado como el paso de un tipo de relacionamiento de “servidumbre sumisa”¹ (siglo XIX) hacia uno de “dependencia calculada”² de la dirigencia local hacia los factores “externos” de poder (siglo XX y siglo XXI) -despersonalización de la política y complejización de la estructura social nacional y del escenario internacional mediante-, lo que conllevó a una identificación doctrinaria y a una alianza incondicional de sus miembros devenidos “colaboracionistas” de la agenda marcada por Estados Unidos que fue interiorizándose como propia (Meza, 2010: 1-12).

Este fenómeno paulinamente se fue profundizando en el contexto de guerra fría (en especial luego de la revolución cu-

- 1 Donde los dirigentes políticos, producto en parte de la falta de una débil identidad nacional y partidaria y de la forma en que Honduras se insertó como economía en el mercado mundial, con un estilo caudillismo local, se volvían presa fácil de socios extranjeros -diplomáticos extranjeros, inversionistas y comerciantes que llegaban al país-, y obedientes mayordomos y ardientes defensores de sus intereses a cambio de protección, apoyo y financiación para sus ambiciones presidenciales. Garantizaban, con o sin capacidad real para ello, la estabilidad y paz social presuntamente requeridas para que las inversiones económicas rindieran los frutos esperados.
- 2 Un vínculo de subordinación en apariencia menos dócil que el de la “servidumbre sumisa”, fruto de negociaciones más articuladas en torno de a intereses locales cada vez más precisos y definidos. Un modelo de dependencia que oscilaba entre la colaboración entusiasta, la rebeldía -solo momentáneamente fingida- o el chantaje liso y llano.

vana de 1959), cuando los dirigentes -tanto nacionalistas como liberales- buscaban aprovechar el candente escenario internacional y competían entre sí para mostrar sus credenciales “democráticas, occidentales y cristianas” y sus convicciones “anticomunistas” –en tanto que el alineamiento con Washington formaba parte de todas las propuestas y planes de gobierno de los partidos tradicionales-, hasta llegar a su momento de auge en la década del ochenta debido a que Honduras representaba una plataforma territorial estratégica de prácticas norteamericanas que se utilizaba para contrarrestar los movimientos de liberación que actuaban en Nicaragua, El Salvador y Guatemala.

Así, durante la denominada crisis centroamericana, el viejo sistema de relacionamiento entre los partidos y la sede diplomática norteamericana en Tegucigalpa alcanzó su punto más alto, diversificando los métodos y profundizando la dependencia -pues tanto políticos como militares se disputaban por negociar con el Departamento de Estado el precio de su colaboración en el conflicto-.

Esta lógica fue descrita por el politólogo norteamericano Philip Shepherd ante el Congreso de su patria en 1984 como “producto de un perverso Pacto Faústico o contrato político (...) [en el cual] la elite civil y militar hondureña ha vendido su alma a los Estados Unidos” a cambio de una cuantiosa “asistencia” militar y económica (Shepherd, 1986). Momento crucial en que la embajada se consolida con la salida de Jack Binns³ y el arribo de John Negroponte⁴, como conexión orgá-

3 En su libro *The United States in Honduras, 1980-1981: An Ambassador's Memoir* da cuenta de los lazos construidos, pero expresa su desacuerdo con la intromisión norteamericana en la guerra entre sandinistas y somocistas librada en la frontera suoriental de Honduras con Nicaragua.

4 Quien además promueve contactos locales que perdurarán en el tiempo con el partido republicano y grupos de terroristas que habían actuado en el marco de la Operación Cóndor.

nica con el exterior, donde operan los llamados *country team* -equipo de país-, expertos que se asumen como conocedores de la realidad local y dueños de contactos claves con líderes civiles, militares y empresariales hondureños adoptando un nivel impensado de injerencia en los asuntos internos bajo el pretexto de la defensa de la estabilidad y el desarrollo (Ver Romano, 2013). De allí en más se visibilizará la intrínseca relación existente entre los partidos y la estrategia geopolítica estadounidense para la región. Las variaciones de la política exterior trazadas por la Casa Blanca (de promover la contrainsurgencia y los escuadrones de la muerte a estimular y favorecer las negociaciones de paz y las instituciones democrático-representativas asociadas al libre mercado) atribuyen roles diferentes, en intensidad y jerarquía, a los partidos tradicionales en el escenario nacional.

La vigencia de este fenómeno se observa en 2009, cuando dos ex presidentes de la república (uno nacionalista y otro liberal) acompañados por un banquero hondureño, frente a las señales de que la administración demócrata no respaldaría públicamente la ruptura institucional, viajan a Washington con el objeto de convencer a funcionarios del gobierno de Obama de las bondades de la acción golpista. Según cuenta Víctor Meza, frente al fracaso inicial de estas gestiones se contratan *lobbyistas* por sumas millonarias para incidir sobre miembros de la Cámara de Representantes y del Senado estadounidense y se acude a los contactos republicanos (que bloquearán los nombramientos de las candidaturas de Arturo Valenzuela como Secretario de Estado Adjunto para los Asuntos del Hemisferio Occidental y de Tomas Shannon como embajador en Brasil) para modificar las declaraciones de los habitantes de la Casa Blanca (Meza, 2010: 14-21).

Con la difusión del retiro del visado norteamericano a dirigentes nativos anunciado en Tegucigalpa cambiaron notoria-

mente los posicionamientos respecto a la destitución de Zelaya e innumerables partícipes de la alianza comenzaron a negar su participación en el hecho para congraciarse con Washington -al punto de llevar a decir a Jhon Biehl, delegado de la OEA enviado a Honduras, “es asombroso...se ha dado un golpe de Estado pero por ningún lado aparecen los golpistas....si pregunto a los militares dicen que fueron los jueces; si interrogo a éstos dicen que fueron los políticos; éstos acusan a los empresarios...es la de nunca acabar. Es un golpe sin golpistas” (Meza, 2010: 19).

Sin embargo, la publicación del informe clasificado del embajador en Tegucigalpa de entonces, Hugo Llorens, difundido por el sitio *Wikileaks* en 2010, permitió visibilizar el verdadero rol de la sede diplomática como espacio de confluencia entre diversos grupos e intereses dominantes contrarios a Zelaya, develando las diferencias entre la estrategia mediática del gobierno demócrata de la real (Weisbrot, 2010), demostrando además la capacidad de injerencia que el imperio conserva sobre los asuntos internos de Honduras en el momento actual. Por ende, hoy se infiere más de una suspicacia sobre las apresuradas felicitaciones del Departamento de Estado brindadas recientemente al auto-anunciado ganador y candidato presidencial por el conservador Partido Nacional, Juan Ramón Hernández, así como a las afirmaciones publicitadas por la sede diplomática en su sitio oficial sobre la “transparencia” que vieron “observadores de la embajada” norteamericana durante el proceso electoral de noviembre de 2013 (ver <http://iipdigital.usembassy.gov>), que ignoran sistemáticamente las denuncias realizadas por la candidata Xiomara Castro de Zelaya, candidata por el Partido Libertad y Refundación de Honduras (LIBRE), sobre la consumación de un “fraude electoral de proporciones incalculables” (actualidad.rt.com).

Y es que uno de los principales efectos a mediano plazo que se infieren de esta nueva modalidad de golpes “de guante blanco” (que se replica en Paraguay de junio de 2012), consiste en que

apuntan no sólo a contrarrestar procesos de ciudadanía y de democratización nacional en países del continente que se atrevieron a ir en contra de los intereses de las oligarquías locales asociadas a una plutocracia que concentra el capital internacional y a agencias norteamericanas Como el Comando Sur, sino que además pretenden condicionar un proceso posterior donde las debilitadas y perseguidas fuerzas progresistas (que deben pasar al plano de la denuncia y de la resistencia) deban volver a “competir” con las estructuras partidarias tradicionales en condiciones desfavorables con el objeto de relegitimar el sistema electoral delegativo. Una especie de refundación cuasi “preventiva” del orden político alineado con los intereses de los ámbitos más poderosos y conservadores de Estados Unidos que tiene por fin deslegitimar una experiencia de cambio y ampliación de derechos abortada de manera ilegal, para preservar la seguridad del capital durante una de las mayores crisis generales del sistema que se haya conocido a nivel mundial (Boron, 2012).

(B) VÍNCULO ENTRE PARTIDOS POLÍTICOS Y FUERZAS ARMADAS.

Otro elemento central para comprender las consecuencias y, por ende, los diversos niveles de responsabilidad que le caben a cada sector comprometido -asociadas a condiciones favorables para la irrupción del orden institucional y el proceso de ciudadanía, la remilitarización de Honduras y las estrategias que apuntan a la desmovilización popular frente al fraude en las urnas cometido en las últimas elecciones y las dificultades para defender los intereses y la soberanía nacional-, se encuentra asociado con el vínculo estrechamente construido entre partidos tradicionales y fuerzas armadas, afianzado por un proceso de adoctrinamiento llevado a cabo por agencias estadounidenses desde la guerra fría y, sobre todo en las últimas dos décadas, por el Comando Sur.

Este devino en un fenómeno sintetizado por algunos autores como de “militares politizados”⁵ y de “partidos militarizados”⁶ (Salomón, 2010) producto de asignarle al sector castrense un papel arbitral⁷ (presuntamente neutral) en los conflictos intra-partidarios⁸ y -como consecuencia de una apertura post-dictatorial “tutelada” por los sectores tradicionales y el gran capital ligado a las recetas de Washington que convivió con altísimos niveles de impunidad de las Fuerzas Armadas nunca juzgadas por los delitos de lesa humanidad cometidos en los ochenta- de que los ámbitos de formación de las mismas y la asignación de roles continuara a cargo de los sectores militares locales y extranjeros sin que pudiera revertirse esta tendencia –como sí lo hicieron otros países de América del Sur, donde prima la conducción civil de los mismos-. Basta comparar los programas de los famosos cursos del Colegio de Defensa Nacional, donde acuden año a año los dirigentes políticos hondureños actuales y potenciales para formarse en temas de Defensa desde la

- 5 Que actúan con un alto grado de incidencia sobre las decisiones partidarias, por ejemplo, en las comisiones del Congreso Nacional y en los que perdura una cultura autoritaria producto del adoctrinamiento de la guerra fría que los hace auto designarse defensores del orden “occidental y cristiano” con Estados Unidos a la cabeza frente a intentos “comunistas”.
- 6 Pues los partidos diseñan respuestas al conflicto en función de lo que los militares pueden pensar o hacer. Además, la formación en Defensa de los partidos la brindan los mismos militares desde una visión militar y no desde una civil.
- 7 La condición de árbitros del conflicto político ha convertido a los militares en protagonistas del escenario político al cual acuden los partidos y sus dirigentes para asegurar su apoyo. Esto brinda un poder arbitral a las Fuerzas Armadas que supuestamente están diseñadas para recibir órdenes de la máxima autoridad civil, el presidente, y contradice el precepto constitucional que los define como institución profesional, apolítica y no deliberante. Este argumento se reactualizó en 2009, pues con él no sólo se buscó justificar el golpe de 1956 sino también el cometido contra Manuel Zelaya.
- 8 Función que posibilita a las Fuerzas Armadas asumirse como garantes de la alternabilidad en el ejercicio de la presidencia, situación que amplió su radio de acción y les ha permitido incluir su papel arbitral supuestamente equidistante de las fuerzas en conflicto.

visión militar, con las modificaciones legales y programáticas de Argentina que han privilegiado el proceso inverso, es decir la formación en temas de Defensa desde la visión civil democratizadora que se va construyendo en función de los intereses soberanos de la propia población y que re-significa conceptos como el de soberanía ecológica y diseña políticas de Defensa con perspectiva de derechos humanos y de género, de ciudadanía de la Defensa, etc. (Winer, 2013).

Durante la guerra fría, la ideología de la DSN asignó una división internacional de Defensa hemisférica que colocó a los militares hondureños en el centro del escenario político, impregnando de anticomunismo y conservadurismo, no sólo al sector castrense⁹ sino a toda la sociedad. Las “técnicas” contrarrevolucionarias enseñadas en Panamá en los cursos norteamericanos para combatir la representación de la llamada “amenaza ideológica” ubicada al interior de las fronteras -y de la población civil- (desaparición forzada de personas, torturas, etc.), se adoptaron como prácticas cotidianas aún más durante la crisis centroamericana, cuando Honduras fue utilizada como laboratorio de prácticas estratégicas estadounidenses de contrainsurgencia y desinformación y como plataforma territorial hacia la región.

Esto hizo que se internalizaran las nociones de la guerra fría y consolidó una cultura autoritaria y una mirada deformada que interpreta cualquier conflicto social como una amenaza izquierdista a la estabilidad política del país. Entre octubre de 1981 y agosto de 1987 se llevaron a cabo en territorio nacional 58 operaciones conjuntas entre los ejércitos de Estados Unidos y Honduras y la “asistencia” del imperio alcanzó la suma de 1, 288 millones de dólares (de los cuales casi 360 iban destinados a la ayuda militar) (Meza y otros, 1988). Así, en los ochenta, los partidos políticos permanecerían desvinculados de la toma

9 salvo en el periodo de reformismo militar hondureño entre 1972 y 1974/5.

de decisiones frente a la crisis centroamericana, llevando a los militares al extremo de su autonomía, mientras se mantenía un dinamismo electoral delegativo que daba la imagen de democracia (pero sin comunismo) con procesos continuos bendecidos por el Departamento de Estado. La burbuja electoral era reconocida nacional e internacionalmente, mientras al interior del país se consolidaba un irrespeto por las diferencias, la violación de los derechos humanos y el resquebrajamiento del Estado y de la legalidad y se justificaban las permanentes agresiones a la soberanía de los países vecinos. Ya en la década del noventa, la desaparición de las amenazas tradicionales y el fin del conflicto centroamericano, obligó a que las Fuerzas Armadas se reubicaran¹⁰ institucionalmente siguiendo las directrices del Comando Sur y asumiendo nuevos roles y funciones policiales (como la lucha contra el narcotráfico¹¹, la criminalidad organizada, el terrorismo internacional y, en especial, la seguridad ciudadana), que les permitieron relegitimarse ante la sociedad y conservar una porción del presupuesto, la autonomía y la impunidad de épocas anteriores. Por supuesto, también perduró la mentalidad antidemocrática y leal a los intereses foráneos puesto que la financiación de agencias extranjeras les permitía incrementar sus ingresos y “modernizar” sus equipamientos. Ninguna administración civil se planteó como programa de gobierno la conducción *efectiva* del instrumento militar y casi todos los par-

10 En 1995, el gobierno liberal de Carlos Roberto Reina (1994-1998) sustrajo a la Policía del control militar, eliminó el servicio militar obligatorio y pasó a control civil algunas instituciones que antes se encontraban bajo las fuerzas castrenses. Si bien estas reformas fueron duramente criticadas por las Fuerzas Armadas y les obligaron a hacer cambios en su desempeño, en su trato con los civiles y con los políticos, lograron relegitimar su papel ante la sociedad y devinieron luego en la asignación de otros roles

11 Que les ha conducido a modernizar equipos (lanchas, radares, etc.) con fondos estadounidenses y a monopolizar el combate de este fenómeno dentro y fuera de las fronteras, marginando a la Policía y a los fiscales quienes solo actúan como material de relleno en operaciones dirigidas por militares.

tidos continuaron avalando la condición arbitral de las Fuerzas Armadas, sosteniendo aquel conocido refrán que asegura que a éstas se debía “mantenerlas contentas”.

En una entrevista sostenida con Manuel Zelaya Rosales y Xiomara Castro de Zelaya en 2009 en Buenos Aires, éstos reprodujeron los argumentos con que los militares hondureños fundamentaron la violación de la legalidad ante sus colegas del Comando Sur en Estados Unidos “este presidente comunista pretendía acabar con el ejército y con la libertad de empresa” aseveraron. Durante los últimos cuatro años, las Fuerzas Armadas han acrecentado su poder aún más, reafirmado su condición arbitral y han establecido públicamente su decisión de quitar al titular del ejecutivo (o impedir que llegue un candidato que no les complazca) cuando les incomode a ellos o al gran empresariado, a quien consideran su aliado natural, junto con el Comando Sur los Estados Unidos. Muchas reformas deberán impulsarse en el país y en la región para revertir esta situación.

BIBLIOGRAFÍA

Binns, Jack. *The United State in Honduras, 1980-1981: An Ambassador's Memoir*. Washington, McFarland, 1963.

Boron, Atilio. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires, Ediciones Luxemburg, 2012.

Funes, Lucila. “Empresarios y partidos políticos” en *Golpes de Estado: partidos, instituciones y cultura política*. Tegucigalpa, CEDOH, 2010. Pág. 57-101.

Meza, Víctor. “Política, políticos y dependencia externa” en *Golpes de Estado: partidos, instituciones y cultura política*. Teguci-

galpa, CEDOH, 2010. Pág.1-23.

Meza, Víctor y otros. *Honduras-Estados Unidos: subordinación y crisis*. Tegucigalpa, CEDOH, 1988.

Roitman Rosenmann, Marcos. *Historia de los golpes de Estado en América Latina*. Buenos Aires, Akal, 2013.

Romano, Silvina. “La OEA, el enemigo interno y los militares en Guatemala” colgado en <http://zur2.wordpress.com> y levantado el 10 de enero de 2014.

Salomón, Leticia. “Partidos políticos y fuerzas armadas: ¿árbitros, guardianes o subordinados al poder civil?” en *Golpes de Estado: partidos, instituciones y cultura política*. Tegucigalpa, CEDOH, 2010. Pág.125-143.

Shepherd, Philip. *Seis claves para entender las actuales relaciones honduro-estadounidenses*. Tegucigalpa, CEDOH, 1986.

Winer, Sonia. “La estrategia de Estados Unidos y su proyección sobre América del Sur” en *Observatorio Latinoamericano, Dossier Argentina: 30 años de democracia*. Buenos Aires, IEALC, 2013. Pág. 35-48.

Sonia Winer es doctora en Ciencias Sociales y Lic. En Ciencia Política de la Universidad de Buenos Aires, Magister en investigación y estudios latinoamericanos del la Universidad Toulouse Le Mirail II (IPEAL). Investigadora del CONICET y coordinadora del equipo “Reformas democráticas: Defensa y de Derechos Humanos en América del Sur” y docente de la UBA.
